



# Uma fronteira QUE NOS UNE Uma fronteira DE DESENVOLVIMENTO

Balanço da cooperação  
transfronteiriça Espanha – Portugal  
2000 - 2014



---

# **UMA FRONTEIRA QUE NOS UNE - UMA FRONTEIRA DE DESENVOLVIMENTO.**

**Balanço da cooperação transfronteiriça Espanha – Portugal  
2000 - 2014**

**José Santos Soeiro**



---

**Maio 2016**

O presente estudo foi analisado e avaliado pelo Conselho Consultivo de Fronteira da RIET que emitiu um parecer favorável ao seu conteúdo.

Este Conselho é constituído pelas seguintes personalidades:

**Presidente:**

**Luis Braga da Cruz**, Ministro da Economia do XIV Governo Constitucional de Portugal.

**Membros:**

- ≡ **Júlio Pedrosa**. Ministro de Educação do XIV Governo Constitucional de Portugal.
- ≡ **Arlindo Cunha**. Ministro de Agricultura do XI Governo Constitucional de Portugal e Ministro das Cidades do XV Governo Constitucional de Portugal.
- ≡ **José Soeiro**. Presidente do IFDR 2005-2013 e Presidente da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. até 2015
- ≡ **Eduardo Junco**. Embaixador de Espanha em Portugal desde 2 de maio de 2012 até 2015.
- ≡ **Carlos Beltrán**. Vocal-Assesor do Ministerio de Economía y Hacienda e Coordenador Nacional do Programa INTERREG Espanha-Portugal desde 2004 a 2011.

**UMA FRONTEIRA QUE NOS UNE - UMA FRONTEIRA DE DESENVOLVIMENTO.  
Balanço da cooperação transfronteiriça Espanha – Portugal  
2000 - 2014**

DIRECTOR.

José Santos Soeiro

AUTORES.

José Santos Soeiro

Carlos Beltran

Marta Cabanas

Emily Lange

Xoan Vazquez Mao

Eva Masarova

EDITOR.

Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças

MAQUETAÇÃO.

Antía Barba Mariño

IMPRESSÃO.

ISBN .

Versão impresa: 978-989-99606-6-4

Versão Digital: 978-989-99606-7-1

# MEMBROS DA REDE IBÉRICA DE ENTIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS

## ENTIDADES DE COOPERAÇÃO

AIMRD - Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero  
Centro de Estudios Ibéricos  
BINSAL - Comunidad Territorial Beira Interior Norte-Provincia de Salamanca  
Comunidad Territorial Douro Superior – Provincia de Salamanca  
Diputación de Huelva  
Eixo Atlántico  
Eurocidade Chaves – Verin  
Eurociudad del Guadiana  
Fundação Rei Afonso Henriques  
TRIURBIR – Triangulo Urbano Ibérico Rayano  
ZAS-NET

## ENTIDADES EMPRESARIAIS

CECOTRAN – Centro de Cooperación Transfronterizo Empresarial Galicia – Norte  
CONFAES – Confederación de Empresarios de Salamanca  
NERCOFEC – Plataforma Empresarial de Cooperación Transfronteriza entre las Confederaciones empresariales de Badajoz, Cáceres y Portalegre  
CEC – CCIC - Conselho Empresarial do Centro e Câmara de Comercio e Industria do Centro

## UNIVERSIDADES

Universidade de Aveiro  
Universidad de Extremadura  
Universidad de Huelva  
Universidad Pontificia de Salamanca  
Universidad de Salamanca  
Universidade de Alto-Tras-Os-Montes e Alto Douro  
Universidad de Vigo

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>NOTA PRÉVIA.....</b>	<b>9</b>
<b>FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA.....</b>	<b>15</b>
<b>O CONTEXTO SOCIOECONÓMICO DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE ESPANHA E PORTUGAL .....</b>	<b>23</b>
<b>A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE ESPANHA E PORTUGAL NOS CICLOS DE PROGRAMAÇÃO DA POLÍTICA DE COESÃO .....</b>	<b>41</b>
<b>AS REALIZAÇÕES DOS PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE 2000 A 2013 .....</b>	<b>53</b>
<b>A CONVENÇÃO DE VALÊNCIA.....</b>	<b>71</b>
<b>A GOVERNAÇÃO DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA.....</b>	<b>75</b>
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXO   1 – BALANÇO DE 2 CICLOS DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA 2000 – 2013 .....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXO   2 – BOAS PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA 2000-2013 .....</b>	<b>111</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>121</b>
<b>ÍNDICE DAS FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS .....</b>	<b>122</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Transformar uma fronteira que divide numa fronteira que une e assegurar um desenvolvimento económico e social equilibrado em todo o território sem linhas de descontinuidade foram e continuam a ser os grandes desígnios da cooperação territorial europeia.

A importância estratégica atribuída à cooperação territorial europeia pelos territórios transfronteiriços, encontra fundamento na história e na geografia de Portugal e de Espanha.

A fronteira terrestre luso-espanhola é a fronteira mais estável, mais antiga e mais extensa da UE. Todavia e contrariamente à situação geral da Europa, estas regiões fronteiriças são no geral territórios de baixa densidade população e menores índices de desenvolvimento económico e social. Pelo contrário, na Europa as regiões de fronteira foram historicamente espaços de comércio e de proximidade enquanto a nossa fronteira terrestre foi historicamente uma linha limite entre 2 poderes centrais fortes, olhada como o final terrestre do império senão mesmo ocasionalmente como território de disputa.

A reduzida dimensão financeira dos programas de cooperação territorial europeia para os territórios transfronteiriços de Portugal e de Espanha não tem equivalência no seu importante potencial em termos do número das entidades envolvidas, na diversidade das temáticas abordadas e sobretudo da transferência de experiências e abertura a um trabalho em rede vital no contexto da nossa integração na Europa e no mundo.

Ao colocar a cooperação como o terceiro objetivo da Política de Coesão, a União Europeia realçou o papel fundamental que a mesma tem na construção de um espaço europeu comum, ajudando a garantir que as fronteiras não são barreiras, que as populações possam partilhar vivências e que o trabalho em prol de objetivos comuns possa ser uma realidade tangível. A cooperação territorial é pois a pedra angular da integração europeia, e apesar do muito já feito há ainda um longo caminho a percorrer e um grande potencial a ser explorado.

A crise económica e financeira sublinhou esta relevância, não apenas pela assimetria territorial dos seus impactes, como pelo papel decisivo da Política de Coesão no plano europeu de resposta à crise e no seu importante contributo para os ajustamentos estruturais das regiões europeias, indispensáveis ao bom funcionamento da União Monetária.

O Tratado de Lisboa definiu a promoção da coesão económica, social e territorial e da solidariedade entre Estados-Membros como valor e missão central da União e atribuiu à Política de Coesão um objetivo claro de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da União e, em especial, de contribuir para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões mais desfavorecidas.

No âmbito da Política de Coesão, a solidariedade europeia expressa-se através de apoios estruturais à promoção do desenvolvimento dos territórios, ou seja, procurando explorar o potencial de crescimento de todos os territórios da União. Não se trata, portanto, de uma política de cariz assistencialista, mas sim de uma política transversal que concilia solidariedade e equidade na afetação de recursos com competitividade e eficiência na sua alocação.

Também não será a primeira e mais importante resposta à atual situação de crise económica e financeira. Não será também a primeira nem a principal resposta a todos os grandes desafios atuais da UE: a globalização, as alterações climáticas, a demografia, etc. Mas é seguramente a principal resposta para a UE e PT saírem bem da atual conjuntura de crise.

Os programas de cooperação territorial europeia têm constituído de há muito o único instrumento de financeiro de suporte às políticas públicas orientadas para o desenvolvimento dos territórios transfronteiriços e para o desenvolvimento de políticas comuns de gestão partilhada de recursos e a valorização das potencialidades e de novas oportunidades, num território vasto que evidencia piores indicadores de desenvolvimento socioeconómico comparativamente com as regiões adjacentes e com os níveis médios observados em Espanha e em Portugal.

Menos população, problemas demográficos agravados, menos empresas e menor dinâmica empresarial, menos emprego e, consequentemente, um menor rendimento, caracterizam o espaço de cooperação transfronteiriça do restante território e o afastam dos níveis médios da União Europeia, ainda que com variações e com exceção para a faixa litoral da Euroregião Galicia-Norte de Portugal.

Este contexto e a circunstância de constituírem o único instrumento de apoio ao desenvolvimento de políticas públicas assentes na cooperação transfronteiriça, justificam a atenção que desde o seu início a Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças tem concedido ao acompanhamento e participação nos programas genericamente designados por IINTERREG, propondo-se, com o presente estudo, fazer uma avaliação objetiva e fundamentada do que foi a cooperação transfronteiriça, das realizações e dos atores que a têm promovido.

A **RIET – Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças** considera que, com base nesta avaliação e na experiência impar dos seus associados, poderá dar um significativo contributo para a configuração futura da cooperação territorial europeia e para uma melhor realização do Programa Interreg V 2014-2020.

O presente estudo não se pretende substituir à avaliação que os órgãos de gestão e as autoridades nacionais estão regulamentarmente vinculadas a realizar, para cuja realização se disponibiliza de resto a colaborar empenhada e ativamente. Pelo contrário, constitui uma iniciativa pioneira de análise, reflexão e identificação de conclusões promovida e realizada autonomamente pelas organizações representativas dos atores da cooperação em toda a linha de fronteira.

Uma única ambição motivou este estudo: conferir ao espaço transfronteiriço de Espanha e de Portugal, no desenho das políticas europeias de cooperação territorial, um protagonismo à altura da sua história e à dinâmica que os associados da RIET têm evidenciado.

## **NOTA PRÉVIA**



## 2. NOTA PRÉVIA

*Uma fronteira que nos une - Uma fronteira de desenvolvimento. Balanço da cooperação transfronteiriça 2000-2014* constitui um estudo promovido pela RIET – Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças com o objetivo de realizar uma avaliação do resultado dos programas INTERREG.

Foi realizado por um conjunto de peritos convidados a título pessoal para que, com base na sua experiência pessoal, realizassem a análise do que foi a cooperação transfronteiriça no largo período de 2000 a 2014 e formulassem conclusões e recomendações objetivas, independentes e fundamentadas.

Os documentos públicos dos vários programas INTERREG, designadamente os relatórios anuais e os relatórios finais de encerramento, constituíram a principal fonte de informação para identificar as entidades que participaram na cooperação transfronteiriça, o âmbito temático das iniciativas realizadas e os recursos financeiros alocados, numa visão por áreas de cooperação, correspondentes aos cinco espaços regionais que se foram progressivamente consolidando e afirmando com identidades próprias e especificidades de intervenção.

Com base numa análise objetiva dos elementos de informação assim recolhidos, foram identificadas as tendências de cooperação transfronteiriça ao longo de 14 anos, correspondendo ao período de aplicação de duas gerações sucessivas de programas INTERREG, a partir das quais os autores formulam, de forma sintética, um conjunto de conclusões e de recomendações orientadas para uma melhor aplicação do programa **Interreg V 2014-2020**, constituindo também um contributo para o desenho do futuro da política de cooperação territorial europeia.

Procurando analisar em conjunto dois programas distintos relativos a dois períodos de programação sucessivos dos fundos europeus estruturais e de investimento, houve necessidade de analisar e enquadrar as temáticas prosseguidas por cada uma das iniciativas (operações) segundo uma matriz suscetível de favorecer uma visão de conjunto, tendo sido realizada para o efeito uma classificação com base na grelha de objetivos temáticos incluídos no Quadro Estratégico Europeu associado à estratégia Europa 2020.

Para o efeito, foi necessário realizar uma análise da caracterização de cada uma das operações cofinanciadas, não fugindo dos riscos e dos inevitáveis erros de uma apreciação subjetiva e de uma informação por vezes escassa, sobretudo em matéria de indicadores de resultado e de impacto.

Tabela 1: Tipologia das operações. Sistematização com base os objetivos temáticos do QEC 2014-2020

Objetivos temáticos QEC 2014-2020	Prioridades de investimento para a CTE transfronteiriça Reg 1301/2006	Tipologia de operações POCTEP 2007-2013	Tipologia de operações PIC 2000-2006 Medidas de intervenção - Complemento de programação	
OT1 Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação		Infraestruturas e actividades de I,D&D	Desenvolvimento rural transfronteiriço	13
			Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal	21
			Eficiência energética e fontes de energia renováveis	23
			Promoção e desenvolvimento empresarial e da base produtiva	31
			Desenvolvimento tecnológico, investigação e ampliação da sociedade da informação	32
			Dinamização socioeconómica local, agro industrial e serviços	33
			Educação, formação e empregabilidade	34
			Cooperação e integração social, laboral e institucional	41
			Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	42
			Estruturas institucionais para a cooperação	43
OT2 Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade		Tecnologias e serviços e aplicações TIC para os cidadãos e Administrações	Desenvolvimento rural transfronteiriço	13
			Valorização turística do património	24
			Promoção e desenvolvimento empresarial e da base produtiva	31
			Desenvolvimento tecnológico, investigação e ampliação da sociedade da informação	32
			Dinamização socioeconómica local, agro industrial e serviços	33
			Cooperação e integração social, laboral e institucional	41
			Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	42
			Estruturas institucionais para a cooperação	43
OT3 Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores, mediante a integração dos mercados de trabalho transfronteiriços, incluindo a mobilidade transfronteiriça, iniciativas locais e conjuntas no domínio do emprego, serviços de informação e aconselhamento e formação conjunta	Outros investimentos em empresas	Desenvolvimento rural transfronteiriço	13
			Eficiência energética e fontes de energia renováveis	23
			Promoção e desenvolvimento empresarial e da base produtiva	31
			Desenvolvimento tecnológico, investigação e ampliação da sociedade da informação	32
			Dinamização socioeconómica local, agro industrial e serviços	33
			Cooperação e integração social, laboral e institucional	41
			Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	42
			Estruturas institucionais para a cooperação	43
OT4 Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores		Energia renováveis, eficiência e poupança energética	Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal	21
			Sustentabilidade cultural, património histórico, etnográfico e identidade local	22
			Eficiência energética e fontes de energia renováveis	23
			Cooperação e integração social, laboral e institucional	41
			Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	42
			Estruturas institucionais para a cooperação	43

Objetivos temáticos OEC 2014-2020	Prioridades de investimento para a CTE transfronteiriça Reg 1301/2006	Tipologia de operações POCTEP 2007-2013	Tipologia de operações PIC 2000-2006 Medidas de intervenção - Complemento de programação		
OT5 Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos		Protecção e desenvolvimento do património natural e prevenção de riscos	23	Cooperação e integração social, laboral e institucional	41
				Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	42
				Estruturas institucionais para a cooperação	43
OT6 Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos		Abastecimento, melhoria das infra-estruturas e da utilização da água e saneamento e depuração de águas Gestão integral dos resíduos urbanos, industriais e especiais Protecção, reabilitação e preservação do património cultural Melhoria dos serviços turísticos Desenvolvimento e reabilitação urbana e rural Melhorar serviços culturais	21	Ordenamento urbano e territorial e de zonas costeiras transfronteiriças	12
			22	Desenvolvimento rural transfronteiriço	13
			24	Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal	21
			25	Sustentabilidade cultural, património histórico, etnográfico e identidade local	22
			34	Valorização turística do património	24
			43	Promoção e desenvolvimento empresarial e da base produtiva	31
				Dinamização socioeconómica local, agro industrial e serviços	33
				Educação, formação e empregabilidade	34
				Cooperação e integração social, laboral e institucional	41
				Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	42
	Estruturas institucionais para a cooperação	43			
OT7 Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas		Estradas da rede estatal, autonómica e local, aeroportos, portos, vias navegáveis Transportes multimodais e centros de transporte de passageiros e de mercadorias	31	Infra-estruturas de transportes e comunicações de importância transfronteiriça	11
			32		
OT8 Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral				Desenvolvimento rural transfronteiriço	13
				Dinamização socioeconómica local, agro industrial e serviços	33
				Educação, formação e empregabilidade	34
				Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	42
				Estruturas institucionais para a cooperação	43
OT9 Promover a inclusão social e combater a pobreza	promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação, mediante a promoção da igualdade de género, da igualdade de oportunidades e da integração das comunidades transfronteiriças	Infraestruturas de saúde e sociais Integração e reinserção laboral dos grupos desfavorecidos	42	Educação, formação e empregabilidade	34
			44	Cooperação e integração social, laboral e institucional	41
				Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	42
				Estruturas institucionais para a cooperação	43

Objetivos temáticos QEC 2014-2020	Prioridades de investimento para a CTE transfronteiriça Reg 1301/2006	Tipologia de operações POCTEP 2007-2013	Tipologia de operações PIC 2000-2006	Medidas de intervenção - Complemento de programação	
OT10 Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento e da execução de regimes conjuntos de educação, formação profissional e formação	Desenvolvimento do potencial humano e actividades educativas e formativas no âmbito da investigação e inovação e transferência de tecnologia e melhoria das Infraestruturas educativas	12	Educação, formação e empregabilidade	34
			41	Cooperação e integração social, laboral e institucional	41
			Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	42	
			Estruturas institucionais para a cooperação	43	
OT11 Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente	reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública, através da promoção da cooperação jurídica e administrativa e da cooperação entre os cidadãos e as instituições	Mecanismos para melhorar a projecção de políticas e programas	45	Educação, formação e empregabilidade	34
				Cooperação e integração social, laboral e institucional	41
				Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	42
				Estruturas institucionais para a cooperação	43
AT Assistência técnica		Preparação, implementação, gestão e fiscalização Avaliação e estudos. Informação e comunicação	51	Preparação, implementação, gestão e fiscalização	51
			52	Avaliação e estudos. Informação e comunicação	52

**FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO  
TRANSFRONTEIRIÇA**



### 3. FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Como abordagem inicial, propomo-nos explorar de forma muito breve as questões de princípio: o quê, porquê, como, onde e quem?

O que é a cooperação transfronteiriça e, exatamente, como se define? Porquê colocar em prática, quais as necessidades ou problemáticas que levaram à sua criação, e serão as mesmas que encorajam a sua continuidade? Onde se pratica e como se descrevem as regiões de fronteira? Como se trata de um trabalho que analisa uma fronteira em particular, como se descrevem e caracterizam as regiões de fronteiras de entre Portugal e Espanha? Quem são os atores deste projeto? Finalmente, qual o contributo da cooperação transfronteiriça para o desenvolvimento das regiões de fronteira?

Apresentando-se o conceito de cooperação transfronteiriça, a perspetiva histórica é explorada: como surgiu a cooperação, como evolui e onde se enquadra no seio das políticas da UE. Deste contexto, a cooperação transfronteiriça começa a ser desenvolvida na fronteira entre Portugal e Espanha, desenvolvendo-se ao longo dos anos e institucionalizando-se progressivamente.

#### 3.1 | A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA E A POLÍTICA DE COESÃO DA UNIÃO EUROPEIA

A cooperação transfronteiriça é definida pelo Comité das Regiões como *“a cooperação bilateral, trilateral ou multilateral entre autarquias locais e regionais (podendo ainda envolver atores da esfera semipúblico ou privada) de regiões limítrofes, ou separadas por mar” e que “tem por principal objetivo a integração de regiões separadas por fronteiras nacionais que enfrentam problemas comuns e que carecem de soluções comuns”* (CE, 2003, p. 6).

Pode-se dizer que a cooperação transfronteiriça surge de forma local e informal nas fronteiras da Europa Central no final dos anos 50. A primeira euroregião a ser constituída foi a Euregio, entre a Alemanha e Holanda. Ao longo das décadas seguintes, este projeto de cooperação vai ganhando mais espaço e reconhecimento na Europa, sendo progressivamente incorporado na política europeia também.

O primeiro contributo mais formal surge em 1980 com a Convenção-Quadro de Madrid<sup>1</sup>, que formaliza a cooperação transfronteiriça para o espaço europeu, lançando um primeiro conjunto de linhas orientadoras a partir do qual outros convénios e acordos poderão emergir.

Esta Convenção pode ser considerada como um primeiro esforço para formalizar e facilitar a cooperação na Europa, sendo complementado e melhorado ao longo do tempo. Por exemplo, três Protocolos Adicionais foram criados em 1995, 1998 e 2009, e vários instrumentos foram criados ao longo dos anos para procurar facilitar e melhorar este processo de cooperação.

Um dos maiores desafios que se coloca a uma fluída cooperação transfronteiriça são os diferentes sistemas administrativos e legais entre Estados-membros, nomeadamente entre vizinhos fronteiriços que partilham projetos transfronteiriços sujeitos a leis nacionais díspares. A Convenção de Madrid não apresentava disposições operacionais nem vinculativas, e ao longo do tempo esta necessidade de maior agilidade legal e prática foi sendo trabalhada na medida do possível, tratando-se de Estados-membros com realidades diferentes, e procurando respeitar as disposições legais diferentes numa união que respeita os Estados-nação que a constituem. Desta forma, este é um desafio que ainda se coloca à prática da cooperação transfronteiriça, pois considera-se que os instrumentos com maior capacidade interventiva serão aqueles com incluem algum poder legal. Por outro lado, os Estados-membros sentem que movimentos no sentido de capacitar entidades a nível transfronteiriço podem ser ameaças à sua soberania nacional.

---

<sup>1</sup> Convenção-Quadro Europeia para a Cooperação Transfronteiriça entre as Comunidades ou Autoridades Territoriais, assinada em maio de 1980, em Madrid.

De qualquer forma, um dos maiores esforços no sentido de colmatar esta dificuldade e agilizar o processo de cooperação transfronteiriça foi a criação do **Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT)**, a partir do Regulamento (CE) 1082/2006. A grande inovação deste instrumento foi a sua personalidade jurídica, permitindo uma união mais real dos esforços conjuntos, com candidatura, orçamento e gestão única.

Tem havido bastante procura desta figura legal por parte dos parceiros transfronteiriços. Até à data, **57 AECT já foram instituídos<sup>2</sup>, cinco dos quais entre Portugal e Espanha**; outros estão em fase de preparação. Entre Portugal e Espanha já existiam três AECT em 2009 – este crescimento é assinalável tendo em conta que o Regulamento apenas se tornou aplicável em ambos países em 2007/2008.

Este esforço para criar mais bases jurídicas para a prática da cooperação transfronteiriça é um processo em curso. O Regulamento (CE) 1082/2006 foi criado e tem sido bastante procurado mas também recebeu críticas quanto à sua ambiguidade e inflexibilidade enquanto apoio legal. Para além disso, os aspetos legais não são os únicos e necessários a prover para a concretização do projeto transfronteiriço. De facto, a despeito de ter um regulamento que conceda robustez legal, são necessários apoios estruturais para que possa de facto funcionar.

Indo ao encontro de algumas das críticas demonstradas pelos atores territoriais, esta figura foi atualizada pelo Regulamento (UE) 1302/2013, procurando *“facilitar a constituição e funcionamento” dos Agrupamentos e “propor a clarificação de certas disposições em vigor.”*<sup>3</sup>

Para além deste esforço de fornecer e melhorar as bases estruturais e institucionais, tem havido um grande investimento financeiro no projeto da cooperação transfronteiriça pela criação de programas de fundos estruturais.

A consideração por questões de coesão social e económica crescem dentro da Política de Coesão. A criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) é um marco importante, criando espaço para o objetivo de esbatimento das assimetrias regionais. A cooperação transfronteiriça foi apoiada por programas de fundos estruturais desde o final dos anos 80, particularmente através de uma iniciativa específica denominada de INTERREG. A passagem de 1989-1990 foi, portanto, determinante para a história da cooperação transfronteiriça, e após o sucesso da primeira geração de 1990-1993, a iniciativa tem sido repetida: 1994-1999, 2000-2006, 2007-2013, e agora renova-se para 2014-2020.

Mais recentemente, através do Tratado de Lisboa (2007), à coesão social e económica adicionou-se a coesão territorial. Assim, o período de programação de 2007-2014 regia-se por três objetivos, orientados por estes três tipos de coesões:

- 1 | Convergência – solidariedade entre regiões; pretendia-se a redução das disparidades regionais;
- 2 | Competitividade regional e emprego, dirigida para as regiões de melhor desempenho;
- 3 | Cooperação territorial europeia.

A cooperação transfronteiriça, desta forma, já inseriu-se diretamente neste terceiro objetivo da política regional de coesão. Este objetivo subdividia-se em três planos de cooperação: a transfronteiriça, transnacional e inter-regional.

Os fundos estruturais foram um marco decisivo para a cooperação transfronteiriça, particularmente para a fronteira entre Portugal e Espanha, sendo inegável o impacto e importância do INTERREG, que contribuiu para o fortalecimento e amadurecimento da cooperação transfronteiriça, constituindo-se também como um incentivo para a procura da redução das barreiras legais entre regiões.

2 Segundo: <https://portal.cor.europa.eu/egtc/CoRAactivities/Pages/egtc-list.aspx>, consultado a 29 de dezembro 2015.

3 Consideração (1), Regulamento (UE) N° 1302/2013 de 17 de dezembro.

Por outro lado, analisando os vários períodos de programação e a repartição do orçamento comunitário para a Política de Coesão, encontram-se rapidamente críticas perante os escassos fundos atribuídos à cooperação transfronteiriça. Aponta-se, por exemplo, a proporção atribuída ao terceiro objetivo, que no período de 2007-2013 fica apenas com 2,5% do orçamento, ao qual ainda tem de ser subdividido pelos três tipos de cooperação. A cooperação transfronteiriça retém, portanto, 1,8%.

O próximo período de programação prevê quase um terço do financiamento destinado para a Política de Coesão, com vista a reduzir as disparidades de desenvolvimento entre regiões, e prevê um ligeiro aumento deste objetivo para 2,8% do orçamento da Política de Coesão, continuando a ser repartido pelos três tipos de cooperação territorial.

## 3.2 | A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE ESPANHA E PORTUGAL

### 3.2.1. Antecedentes

A cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha é uma prática relativamente recente numa fronteira que tem muita história e muita inter-relação ao longo de oito séculos.

Invariavelmente, esta fronteira tem sido descrita como uma das mais estáveis e antigas. Ao mesmo tempo, têm surgido descrições desta fronteira como algo mais móvel, com destaque para os seus períodos de instabilidade. De facto, é importante assinalar que é apenas a partir do século XIX que ambos países se debruçam seriamente na delimitação mais precisa e moderna da fronteira terrestre. O Tratado de Limites (1864) e o Convénio de Limites (1926) são os dois principais esforços neste sentido, em que ambas Coroas procuram estabelecer por definitivo a linha que os separa, e neste processo resolver todas as ‘pontas soltas’ que se tinham acumulado ao longo dos séculos, nomeadamente o Couto Misto, os povos promíscuos e o Caso de Olivença. Este último fica por resolver, existindo ainda um troço da fronteira de 54km entre o Alentejo e a Extremadura, a propósito do Caso de Olivença. Houve também um período de 60 anos em que Portugal esteve sob o domínio espanhol – apesar de a fronteira continuar a ser considerada interna durante este período, pois quando Portugal readquire a sua independência, retornam, grosso modo, aos seus territórios prévios.

A segunda metade do século XX traz várias mudanças para o contexto fronteiriço. De uma fronteira completamente fechada, entre dois regimes autoritários, com um significativo comércio irregular, progressivamente, ao longo dos anos 60 e 70 nota-se um êxodo rural e portanto despovoamento de certas regiões de fronteira, alterando a dinâmica destes territórios. Mais recentemente, a entrada conjunta na União Europeia introduz novas dinâmicas no território fronteiriço, mantendo-se todavia o despovoamento deste território.

O relacionamento entre os dois estados, ao longo desta história conturbada, foi invariavelmente marcada por tensão e desconfiança. Este contexto condicionou a manutenção de relações de amizade e cooperação estáveis. No contexto nacional, esta situação começa a evoluir no final das ditaduras de ambos países (1974 e 1975), da consolidação de regimes democráticos e de seguida através da adesão à União Europeia – as negociações de entrada para a União em si são motivo de aproximação. No ano em que entregam o pedido formal (1977) celebram um Tratado de Amizade e Cooperação Hispano-Portuguesa. Em 1986, ambos países entram na Comunidade Europeia e em 1989-90 ratificam a Convenção de Madrid. Nesse período entram também no primeiro período de programação INTERREG.

Ainda antes destes compromissos nacionais, algumas regiões fronteiriças trabalhavam na sua aproximação de forma independente e mais informal. Este é o caso das regiões da Galiza e do Norte de Portugal, por exemplo, que já nos inícios dos anos 80 estabeleceram contatos e procuraram harmonizar os seus programas de desenvolvimento regional. Estes passos informais, auxiliados por uma simultânea aproximação nacional e integração na Comunidade facilitam o processo e levam a que as instituições envolvidas reconheçam a necessidade e se preparem para passar para uma cooperação mais formal e institucional já em 1991, formando a primeira Comunidade de Trabalho do espaço de cooperação transfronteiriço entre Galiza e Norte de Portugal.

### 3.2.2. A Cooperação a partir dos anos 90

A primeira Comunidade de Trabalho entre Galiza e Norte de Portugal foi constituída em 1991, à qual se seguiram outras ao longo dos anos, ao longo da fronteira:

Comunidade de Trabalho Galiza e Norte de Portugal	1991
Comunidade de Trabalho Alentejo-Extremadura	1992
Comunidade de Trabalho Andaluzia-Algarve	1995
Comunidade de Trabalho Castela e Leão-Centro de Portugal	1995
Comunidade de Trabalho Bragança e Zamora	2000
Comunidade de Trabalho Andaluzia-Alentejo	2001

A nível nacional, ocorreram mais dois momentos determinantes para a cooperação transfronteiriça. Primeiro, em 2002, estabeleceu-se a **Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais**, assinada em Valência, a 3 de outubro. Esta Convenção de Valência veio no seguimento da Convenção-Quadro de Madrid, cumprindo cláusulas por esta delineada, envergando no entanto mais força vinculativa. Cria, desta forma, uma referência legal para as iniciativas realizadas ao longo desta fronteira, indicando também que qualquer proposta deva ser aprovada por organismos nacionais especificados (atualmente, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão em Portugal e a Secretaria do Estado das Administrações Públicas em Espanha).

Esta Convenção define também as diferentes estruturas de cooperação transfronteiriça (ECT), criando uma distinção para aquelas que detêm personalidade jurídica (associações de direito público e empresas intermunicipais para Portugal, e consórcios para Espanha) daquelas sem personalidade jurídica (comunidades de trabalho, grupos de trabalho). Define-se, também, o âmbito funcional dos diferentes organismos.

As comunidades de trabalho, por exemplo, são ECT sem personalidade jurídica, funcionando mais como instituições consultivas. Inseridas nesta categoria, dedicam-se ao estudo de questões de interesse mútuo, realizando relatórios, propostas de cooperação, planos, programas e projetos; impulsionam a relação entre diversos agentes e encarregam-se da execução das tarefas previstas para as diferentes estruturas no INTERREG. Os organismos com personalidade jurídica podem dedicar-se a tarefas mais práticas, como a realização de obras públicas, gestão comum de equipamentos e serviços públicos.

Perante a celebração desta Convenção, todas as ECT teriam um período de 5 anos para adaptar os seus estatutos às novas disposições apresentadas. Este tratado trouxe, de facto, um aprofundamento importante da cooperação ibérica. Uma disciplina jurídica mais apropriada passa a permitir uma maior segurança jurídica na gestão transfronteiriça para as entidades público-privadas, bem como a adoção de entidades (associações de direito público, consórcios) mais ágeis nesta gestão. Esta conjuntura facilita também o enquadramento de maior escassez financeira que se sente nas próximas gerações de programação.

Outro marco institucional e legal importante foi a adaptação do já mencionado Regulamento (CE) 1082/2006 para o Decreto-lei 376/2007 em Portugal, e o Real Decreto 37/2008, lançando a possibilidade de criação de Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) ao longo do espaço de cooperação transfronteiriça. De facto, três AECT são logo estabelecidos entre Portugal e Espanha em 2008-2009: o AECT Galiza-Norte de Portugal, aprovado em 2008 torna-se operacional em março de 2010; o AECT Duero-Douro e ZASNET, ambos aprovados em 2009.

De facto, ao longo dos anos foram-se constituindo várias ECT, que progressivamente têm polvilhado o espaço de cooperação transfronteiriça de iniciativas, projetos e instituições transfronteiriças. Um grande impulsionador deste movimento foram, sem dúvida, os fundos estruturais INTERREG. Segundo uma listagem apresentada recentemente, a criação de ECT tem sido progressiva ao longo dos diversos períodos de programação:

**Quadro 1:** N° de ECT criadas segundo os períodos de programação INTERREG

Períodos de INTERREG	N° ECT criadas
1989-1993	2
1994-1999	8
2000-2006	14
2007-2014	13

Fonte: Lange da Silva, 2015, p. 21

Ao longo de mais de duas décadas foram surgindo comunidades de trabalho, comunidades territoriais de cooperação, associações de municípios, grupos, centros ou locais empresariais e de negócios transfronteiriços, centros de estudo e de investigação transfronteiriça, conselhos sindicais inter-regionais, euroregiões, eurocidades, observatórios transfronteiriços, e finalmente AECT.

O financiamento por parte dos fundos europeus estruturais e de investimento tem sido crucial para este crescimento de iniciativas transfronteiriças, bem como para todas as melhorias nas condições das regiões nesta fronteira.

Na seção seguinte, analisa-se a situação socioeconómica desta fronteira, no entanto, adianta-se já que a situação nos anos 80-90 era muito grave para as regiões fronteiriças. Desta forma, a primeira geração de INTERREG seria insuficiente para lidar com as sérias questões económicas e populacionais da altura. Por outro lado, esta primeira geração de fundos comunitários contribuiu para a consolidação e solidificação da prática de cooperação transfronteiriça, nomeadamente através das ECT que se foram estabelecendo.

A próxima geração de INTERREG continua o trabalho do reforço da cooperação transfronteiriça e esforço de melhoria socioeconómica, ampliando-se também as áreas de intervenção.

O INTERREG III permitiu um grande aumento no orçamento e no número de projetos, e portanto fala por si na quantidade de trabalho que se foi desenvolvendo durante o que é descrito por alguns como os “anos de ouro” da cooperação transfronteiriça. Teve também inovações em termos de governança, possibilitando uma gestão mais conjunta dos projetos transfronteiriços.

Nestes três primeiros programas de cooperação foi dada muita ênfase a questões materiais, ou seja, melhoria de infraestruturas e acessibilidades. O descaramento do investimento na área imaterial e investimento quase exclusivo nestas áreas materiais tem sido criticado, no entanto, salienta-se que as carências infraestruturais eram mesmo acutilantes nos anos 90.



**O CONTEXTO SOCIOECONÓMICO DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO  
TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE ESPANHA E PORTUGAL**



## 4. O CONTEXTO SOCIOECONÓMICO DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE ESPANHA E PORTUGAL

### 4.1 | ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA

Dedica-se esta seção à descrição socioeconómica das regiões de fronteira, explorando indicadores demográficos, económicos e territoriais. Descrito o contexto territorial da fronteira em questão, a cooperação transfronteiriça emerge como estratégia adequada e necessária para o futuro destas regiões.

Este subponto pretende caracterizar os territórios da fronteira entre Espanha e Portugal, explorando indicadores demográficos, económicos e territoriais. Utiliza com fonte alguns documentos de trabalho para o próximo período de programação, bem como trabalhos académicos recentes (E. Medeiros, E. Lange, I. Pires).

O POCTEP 2007-2014 definiu o espaço de cooperação transfronteiriça como ilustra a Figura 1, ou seja, constituída por 17 NUTS (7 do lado espanhol e 10 do lado português). Em Portugal as NUTS III da Raia Ibérica são: Minho-Lima; Cávado; Alto Trás-os-Montes; Douro; Beira Interior Norte; Beira Interior Sul; Alto Alentejo; Alentejo Central; Baixo Alentejo; Algarve. Em Espanha: Pontevedra; Ourense; Zamora; Salamanca; Cáceres; Badajoz; Huelva. A estas NUTS III são ainda acopladas a NUTS III designadas de 'adjacentes'.

O POCTEP 2007-2013 também definiu cinco áreas de cooperação distintas, que continuam para o próximo período de programação:

- 1 | Norte – Galiza
- 2 | Norte – Castela e Leão
- 3 | Centro – Castela e Leão
- 4 | Centro – Extremadura – Alentejo
- 5 | Alentejo – Andaluzia – Algarve

Os eixos definidos por este novo POCTEP 2014-2020 seguem as orientações do Quadro Estratégico Comum Europeu e da Estratégia Europa 2020, com prioridades para o crescimento inteligente, inclusivo e sustentável, bem como a melhoria da capacidade institucional e a eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça.

Figura 1: Área de intervenção do POCTEP 2007-2013



Fonte: Lange da Silva, 2015, p. 116

## 4.2 | POPULAÇÃO E TERRITÓRIO

O espaço de cooperação transfronteiriça representa cerca de 27% do território de ambos países, e pouco menos de 5,5 milhões de habitantes, em 2012. Se considerarmos as NUTS adjacentes, este número ascende para quase 15 milhões de habitantes (2012).

No entanto, este território caracteriza-se por uma debilidade demográfica preocupante (Quadro 2). Destacam-se baixas densidades populacionais e variações populacionais negativas. A tendência é claramente para um decréscimo populacional, e mesmo o Algarve, que tem uma variação positiva, demonstra uma ligeira diminuição na segunda década considerada. Contrastam-se as realidades nacionais, pois as regiões espanholas apresentam valores mais positivos, com menos regiões a apresentarem variações populacionais negativas.

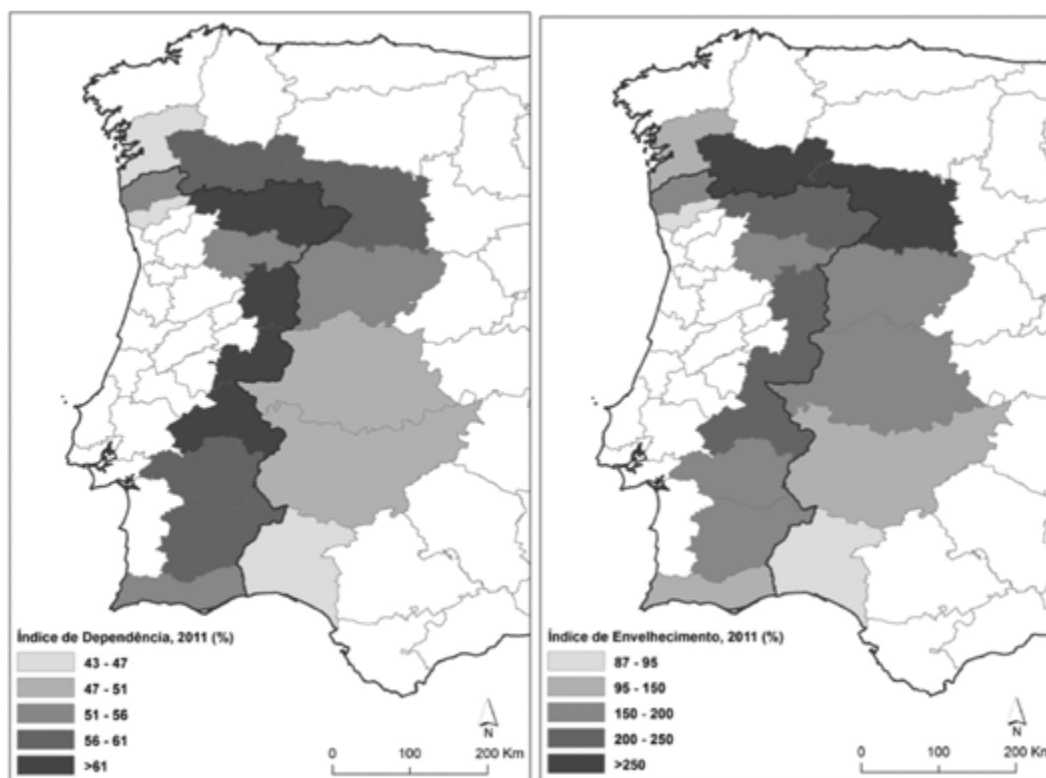
Quadro 2: Variação e densidade populacional

Evolução demográfica					
Território	Variação pop. (%)		Densidade pop. (hab/km <sup>2</sup> )		
	1991-2001	2001-2011	1991	2001	2011
Portugal	4,47	1,42	107,9	112,7	114,3
Espanha	5,61	24,71	70,3	74,2	92,5
Espaço de cooperação transfronteiriça	-0,03	-0,26	62,5	64,0	65,8
Minho-Lima	0,00	-0,03	113,0	112,9	110,0
Cávado	0,10	0,04	287,6	317,6	329,9
Douro	-0,07	-0,07	58,0	53,8	49,9
Alto Trás-os-Montes (ATOM)	-0,05	-0,09	28,7	27,2	24,9
Beira Interior Norte	-0,03	-0,10	29,2	28,2	25,4
Beira Interior Sul	-0,04	-0,05	21,6	20,8	19,8
Alto Alentejo	-0,06	-0,07	21,6	20,3	18,8
Alentejo Central	-0,40	-4,38	24,1	24,0	24,1
Baixo Alentejo	-0,06	-0,07	16,7	15,8	14,7
Algarve	0,16	0,11	69,4	80,2	89,3
Badajoz	0,01	0,06	29,9	30,1	31,9
Cáceres	-0,02	0,026	20,7	20,4	20,9
Huelva	0,04	0,135	43,8	45,4	51,5
Ourense	-0,04	-0,02	48,7	46,7	45,8
Pontevedra	0,01	0,068	199,6	200,8	214,4
Salamanca	-0,03	0,019	29,0	28,1	28,6
Zamora	-0,07	-0,033	20,3	18,9	18,3

Fonte: INE, apud Lange da Silva, 2015, p. 117 e 17 NUTS III da Raia Ibérica

Os valores de envelhecimento e dependência apresentados na Figura 2 continuam a reforçar esta situação grave para as NUTS III raianas, principalmente as do interior de Portugal (Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Norte e Beira Interior Sul, e o Alto Alentejo) e no caso da Espanha, o interior norte (Ourense, Salamanca, Zamora).

Figura 2: Índice de Envelhecimento e Índice de Dependência



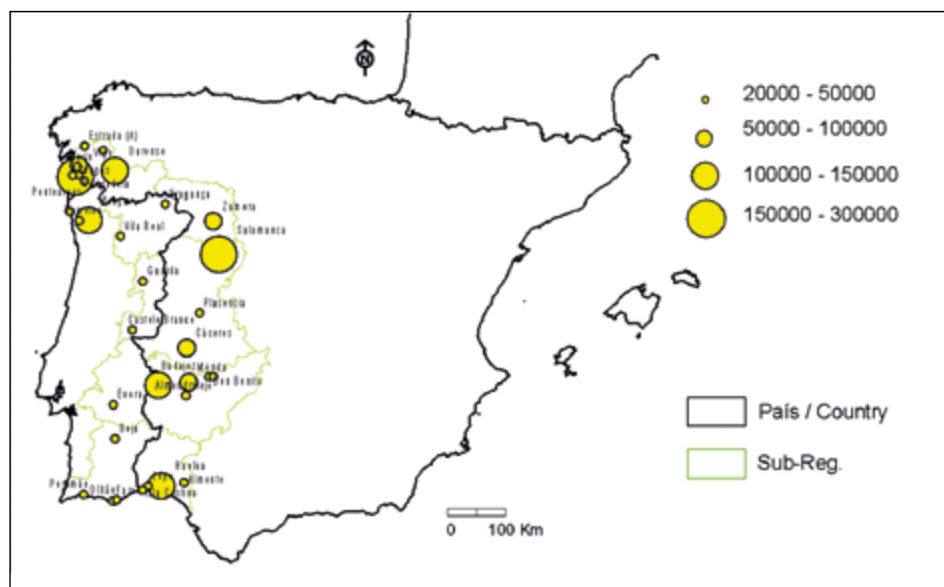
Fonte: Dados dos INE, apud Lange da Silva, 2015, p. 119

Em termos de educação, as regiões fronteiriças apresentam uma elevada taxa de abandono escolar (21%), bastante acima da média UE27. Extremadura, Andaluzia e o Centro apresentam as NUTS III com valores mais preocupantes. Existe também uma elevada proporção de população que não estuda nem trabalha. No entanto, desde 2008, a taxa de abandono escolar tem apresentado uma diminuição, e há um aumento de população com formação superior.

Procurando perceber a inclusão social e nível de pobreza destas regiões, considera-se a taxa de população em risco de pobreza ou exclusão social. No entanto, o Eurostat apresenta apenas os dados das NUTS II de Espanha, que dividem-se claramente entre Galiza e Castela e Leão (23,2% e 21,7%, respetivamente) e Extremadura e Andaluzia (38,4% e 38,7%, respetivamente). A média da UE27 situa-se nos 24,9%, por isso a situação das regiões do sul é preocupante. Provavelmente, as tendências serão semelhantes do outro lado da fronteira.

O território transfronteiriço é predominantemente rural, com quase 60% do seu território a entrar nesta categoria, e 50% da sua população ser residente de centros urbanos com menos de 10 mil habitantes. Os principais centros urbanos da Península Ibérica efetivamente não se localizam na proximidade da fronteira, à exceção de Badajoz (Figura 3).

Figura 3: Centros urbanos com mais de 20 mil habitantes, 2001



Fonte: Medeiros, 2009, p. 36.

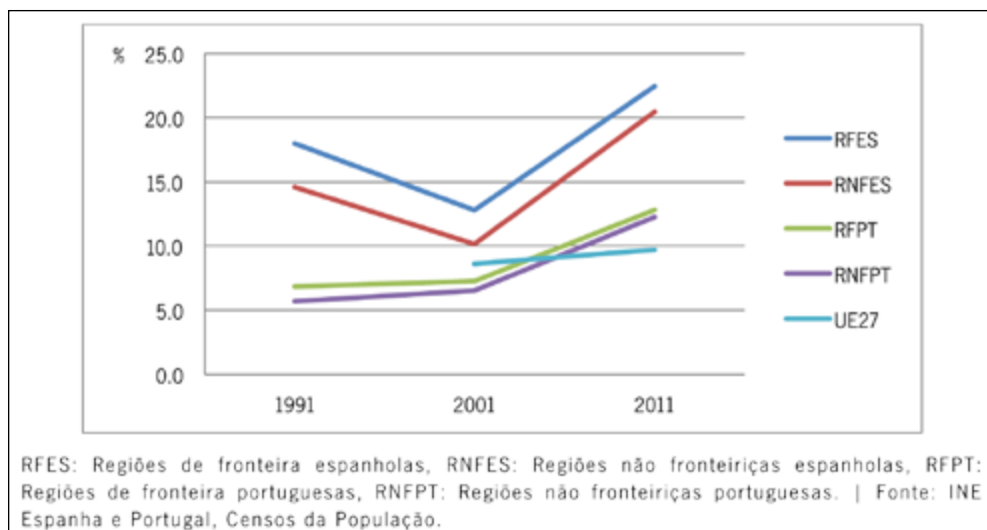
Segundo o POCTEP 2014-2020, os centros urbanos no espaço de cooperação transfronteiriça encontram-se pouco desenvolvidos, e os eixos urbanos da Península Ibérica acabam por ser escassos na própria Raia. Eduardo Medeiros (2009) identifica três eixos principais: Braga-Porto-Vigo, Évora-Badajoz-Cáceres e Faro-Huelva, sendo que o primeiro e terceiro são mais significativos, embora localizados nas periferias da própria Raia. Atualmente, estes eixos mantêm-se como os mais significativos, e por isso destacam-se largas faixas do território raiano sem grande dinamismo urbano.

De um modo geral, a realidade demográfica apresentada confirma a tendência que se tem assistido desde os anos 60-70 de êxodo rural e progressivo esvaziar demográfico das regiões interiores de ambos países – não exclusivo a NUTS da Raia Ibérica, mas também no que diz respeito a algumas NUTS adjacentes – em direção à faixa litoral, principalmente aos centros urbanos de destaque. Esta situação agrava-se quando consideramos que a população que predomina nas áreas fronteiriças tende a ser envelhecida.

### 4.3 | ECONOMIA, SISTEMA PRODUTIVO E EMPREGO

A crise económica que afetou a Europa deixou uma marca indiscutível ao longo da fronteira entre Portugal e Espanha. A taxa de desemprego apresenta uma nítida subida após o ano de 2008 (Figura 4). Cumulativamente, segundo o POCTEP 2014-2020, nestas regiões destaca-se, ainda, um elevado desemprego jovem (50%) e crescente desemprego de longa duração (44%).

Figura 4: Taxa de desemprego



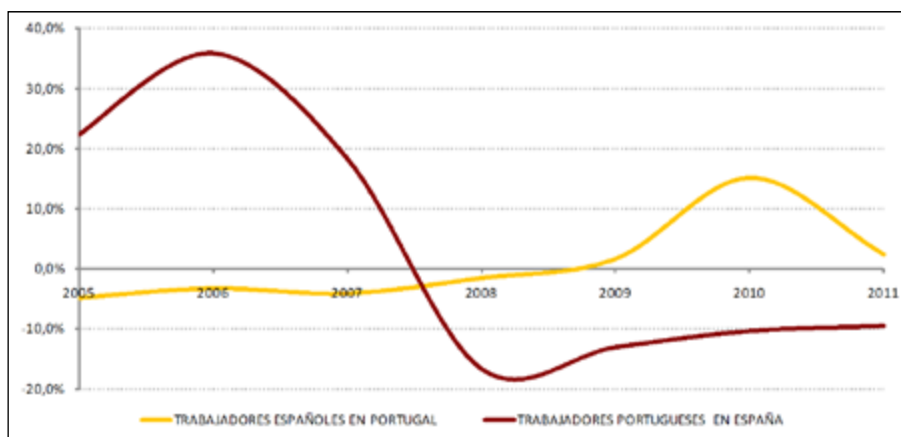
Fonte: Lange da Silva, 2015, p. 118.

	Desemprego 15-64 anos 2012
<b>Espaço cooperação</b>	<b>24,3</b>
PT	15,7
ES	25,0
UE27	10,4
UE15	10,6

Fonte: CPC, C. d. (2014)

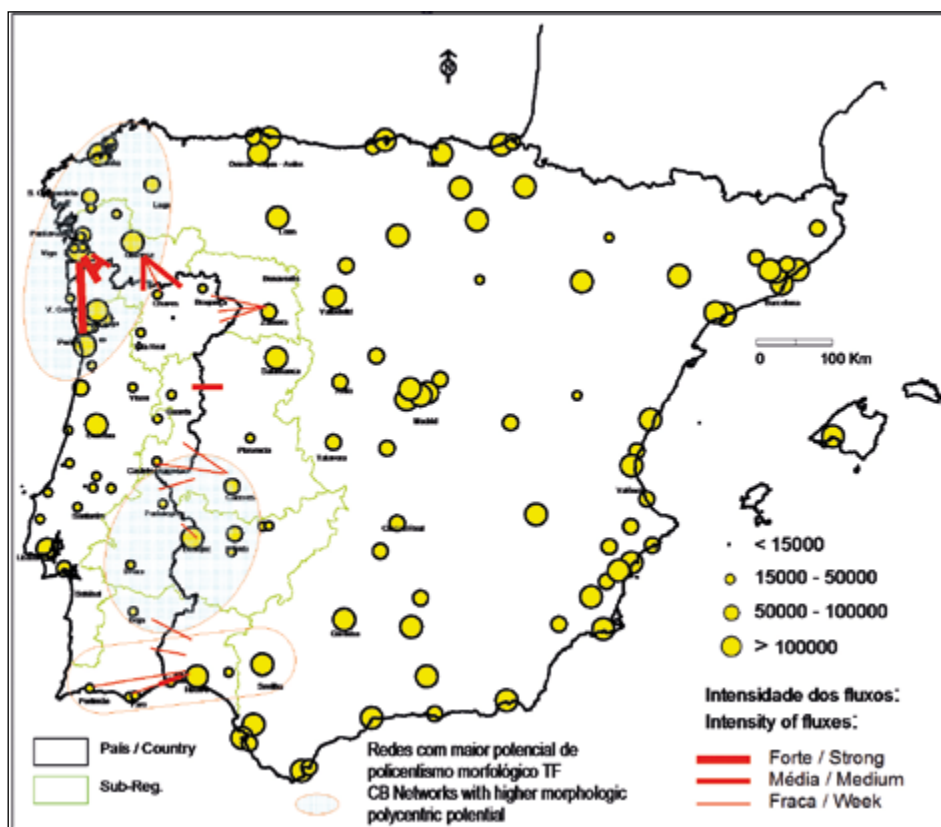
A mobilidade laboral transfronteiriça ressentiu-se também com a crise económica (Figura 5). Encontramos relações entre estes movimentos e a taxa de desemprego, particularmente no que toca o sector da construção em Espanha, onde tradicionalmente faziam presença um grande número de trabalhadores portugueses. Em geral, os maiores fluxos laborais transfronteiriços dão-se claramente na fronteira Norte-Galiza, destacando-se o eixo Porto-Vigo (Figura 6).

Figura 5: Mobilidade laboral transfronteiriça



Fonte: Evaluación Ex Ante (Regio Plus Consulting e CEDRU), apud CPC, 2014, p. 56.

Figura 6: Migrações transfronteiriças, 2006



Fonte: Medeiros, 2009, p. 50.

Os valores de PIB per capita das regiões fronteiriças estão abaixo das médias nacionais, e portanto europeias (Quadro 3).

Em relação ao PIB, as NUTS da Espanha apresentam, de um modo geral, valores mais próximos da UE. No entanto, a média das regiões fronteiriças localiza-se abaixo dos 75%, colocando-as no que o novo período de programação denomina de regiões “menos desenvolvidas” da Europa. A média das regiões adjacentes já está ligeiramente acima dos 75%; no entanto, das 16 NUTS apenas quatro apresentam um PIB superior a 90%: A Corunha, León, Valladolid e Alentejo Litoral.

**Quadro 3:** PIB por Habitante em Paridade de Poder Aquisitivo, por NUTS III (UE27=100)

<b>PIB per capita</b>				
<b>Base 100 = UE27</b>				
Território	2007	2008	2009	2010
UE 27	100	100	100	100
Portugal	78	78	80	80
Espanha	105	104	103	99
Espaço de cooperação transfronteiriça	74	74	75	73
NUTS Adjacentes	80	80	80	79
Ourense	76	82	81	81
Pontevedra	89	92	91	87
Zamora	84	80	81	80
Salamanca	86	86	90	83
Cáceres	74	70	71	70
Badajoz	72	72	72	69
Huelva	85	80	77	75
Minho-Lima	50	51	54	56
Cávado	59	60	62	62
Alto T. Montes	50	52	55	56
Douro	48	49	53	54
Beira Int. Norte	52	51	54	56
Beira Int. Sul	67	65	69	73
Alto Alentejo	63	62	66	65
Alentejo Central	66	66	66	67
Baixo Alentejo	74	68	75	78
Algarve	88	86	85	83

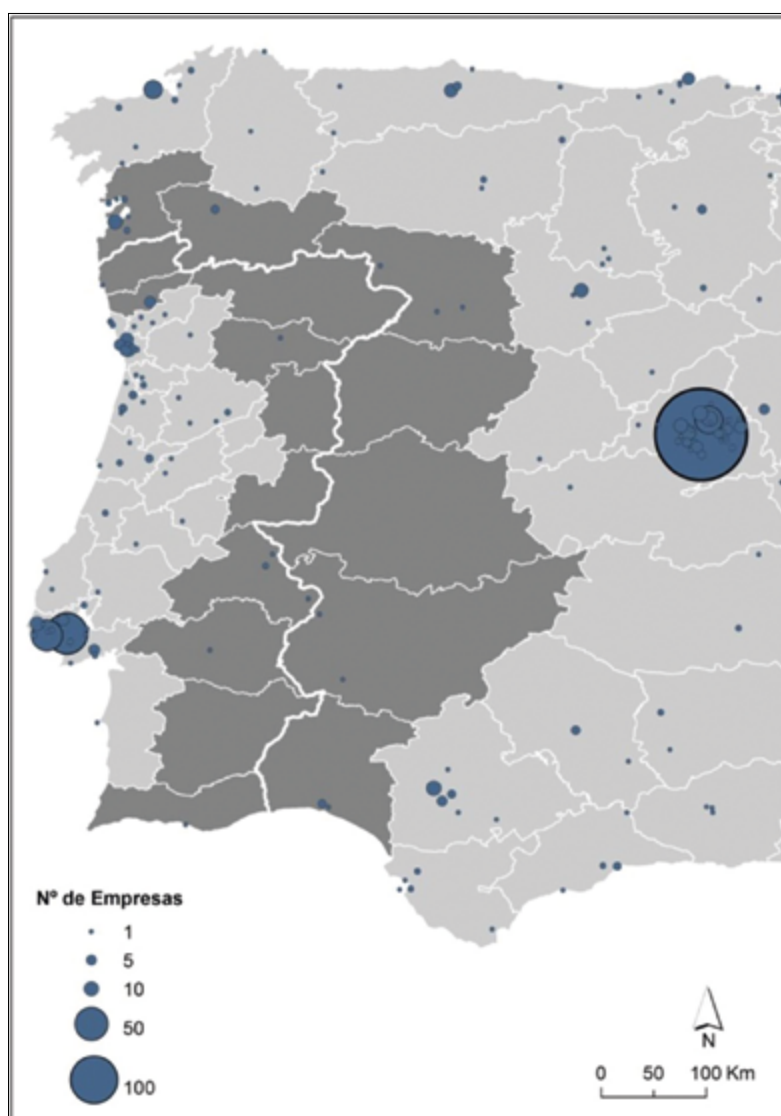
Fonte: Eurostat, adaptado de CPC, 2014, p. 20

O POCTEP 2014-2020 afirma que através do forte impacto da crise económica e financeira, o processo de convergência estagnou, e prevê-se uma recuperação difícil para estas regiões que apresentam várias debilidades. O sistema produtivo no espaço de cooperação transfronteiriça apresenta pouco diversidade, centrando-se em serviços básicos e exploração de recursos naturais endógenos.

Em termos comparativos, Portugal encontra-se numa posição mais desfavorável em relação à Espanha. Esta situação pode ser explicada pelo facto da Espanha conseguir arrancar mais cedo para um novo modelo de crescimento económico, ainda antes da adesão à UE; enquanto que Portugal apenas começa a modernizar a sua indústria e criar uma maior abertura exterior com a ajuda de fundos comunitários. De facto, há alertas para a necessidade urgente de um upgrading tecnológico da estrutura produtiva portuguesa. O POCTEP 2014-2020 afirma que é necessário uma diversificação e mudança na estrutura produtiva para promover um crescimento produtivo e melhorias na competitividade económica.

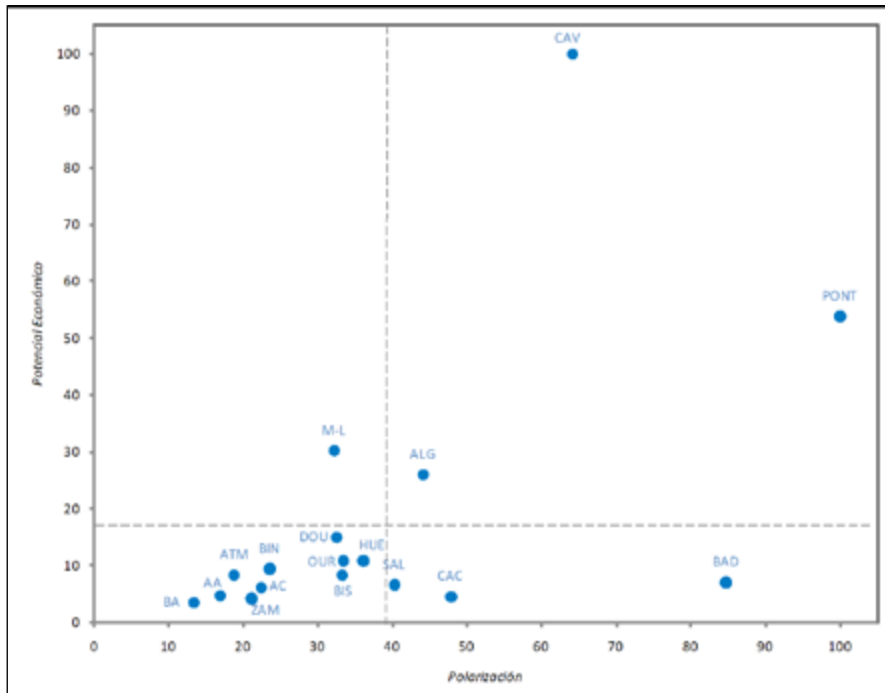
Semelhante ao mapa dos maiores centros urbanos, não é surpreendente que encontremos o maior número de empresas nas faixas do litoral e não na faixa do interior da fronteira (Figura 7), e portanto o dinamismo económico apresentado pelas NUTS raianas é bastante preocupante (Figura 8). O tecido empresarial é constituído principalmente por PME e microempresas (95%), o que significa que há maior dificuldade a financiamento e investimentos externos (Figura 9).

**Figura 7:** Número de empresas por NUTS III na Península Ibérica



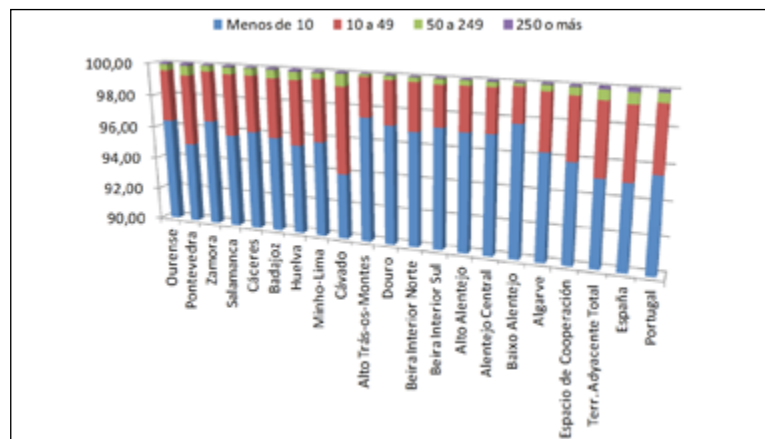
Fonte: Adaptado de Pires, 2010, p. 87.

**Figura 8:** Dinamismo económico das NUTS 3 do espaço de cooperação transfronteiriço



Fonte: Evaluación Ex Ante (Regio Plus Consulting, S.L. y CEDRU), apud CPC, 2014, p. 23.

**Figura 9:** Dimensão das empresas por número de assalariados (% em 2009)



Fonte: INE, apud CPC, 2014, p. 30.

A produtividade do espaço de cooperação transfronteiriça situa-se 18% abaixo da média da UE27. No entanto, entre 2007-2010 apresentou um elevado nível de crescimento, atingindo os valores mais altos de sempre.

Desta forma, as NUTS III que apresentam maior dinamismo coincidem com aquelas que apresentam maior densidade populacional, variações populacionais mais positivas, e um capital humano mais qualificado. O Diagnóstico apresentado pela Consultores de Políticas Comunitárias (2014) mostra que as NUTS que se localizam no interior fronteiro apresentam mesmo um escasso potencial económico.

O espaço de cooperação transfronteiriça é heterogéneo, e portanto nem todas as NUTS demonstram as mesmas dinâmicas e evoluções. De facto, identificam-se três seções ao longo da Raia Ibérica, que recordam os três eixos urbanos identificados por Medeiros (2009).

O eixo Porto-Vigo engloba Pontevedra e Cávado, mas também Minho-Lima: esta seção apresenta padrões de população mais densos, algum crescimento de população, aumento da taxa de atividade económica e PIB per capita acima da média da Raia; tem como atividades dominantes a indústria transformadora e os serviços. Entre o Algarve e Huelva também encontramos valores mais encorajadores: algum crescimento de população e taxa de atividade positiva, serviços (muito associados ao turismo) como atividade económica importante.

Finalmente, o último grupo é claramente um grupo de regiões menos desenvolvidas, que localiza-se precisamente na faixa interior de ambos países (Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz, Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo). Badajoz destaca-se deste grupo em alguns indicadores, e de facto entre esta cidade e Évora vai-se constituindo algum corredor de importância.

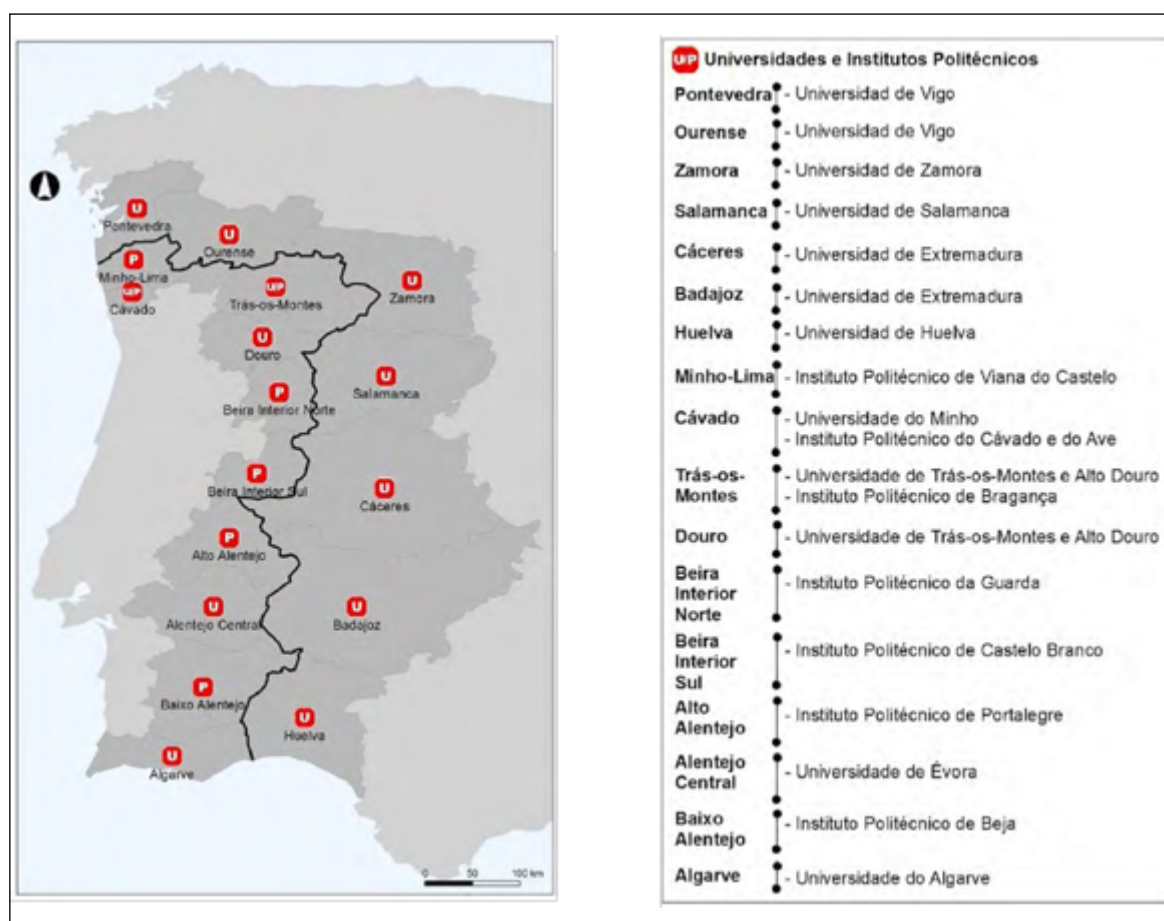
No entanto, localizam-se, de facto, numa região com povoamento disperso, decréscimo da população e forte ruralidade. A agricultura permanece como atividade relevante, a taxa de atividade económica é inferior à média nacional e a taxa de desemprego muito elevada. O analfabetismo nestas regiões também é superior às médias nacionais.

## 4.4 | INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O espaço de cooperação transfronteiriça evidencia um menor nível de investimento (1,1%) na área de Investigação e Desenvolvimento (I&D) do que a média da UE27 (2%). No entanto, entre 2007-2010 nota-se um aumento no gasto total em I&D (PIB, 2010) sobretudo nas regiões portuguesas do Norte. Segundo o Diagnóstico do CPC (2014), na sua maioria este gasto tem sido feito por entidades governamentais e por universidades.

Destacam-se, ainda, vários centros de estudo, de investigação, centros tecnológicos e universidades que se dedicam à valorização do I&D no sector empresarial e civil (Figura 10).

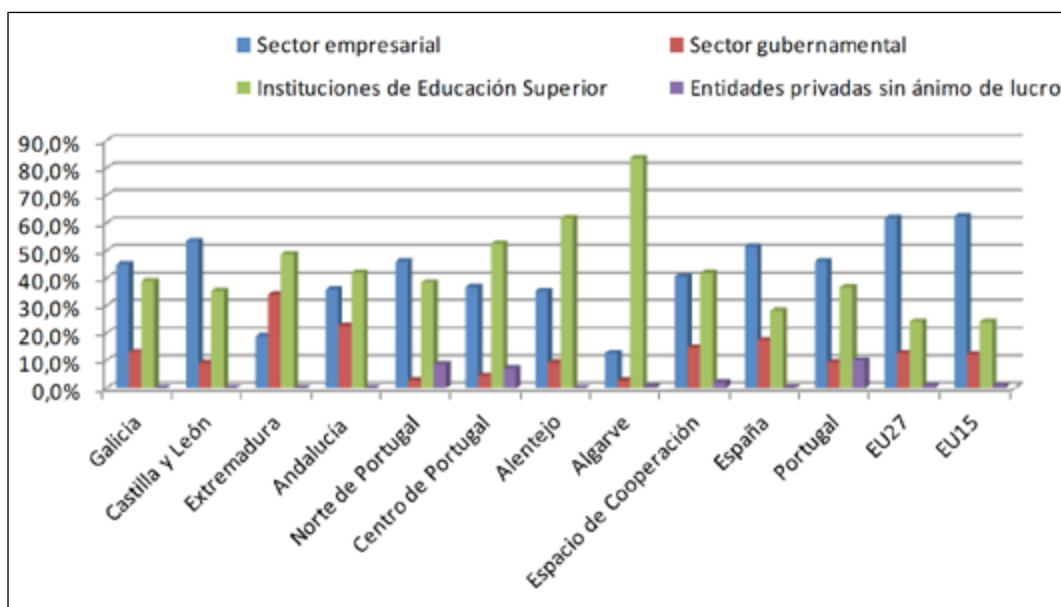
**Figura 10:** Centros de Educação Superior Públicos no Espaço de Cooperação Transfronteiriço



Fonte: CPC, 2014, p. 75.

O tecido empresarial já foi apresentado como debilitado. Este não demonstra o envolvimento desejável na área de I&D (Figura 11), dificultando a transferência e *upgrade* tecnológico desejado e necessário para os mercados competitivos europeus. De qualquer forma, destacam-se as regiões de Castela e Leão (53,6%), Norte (46%) e Galiza (45,1%) como as NUTS II que demonstraram um investimento mais elevado por parte das empresas no I&D. O Algarve e Extremadura apresentam os valores mais baixos (menor de 20%) (Quadro 4).

Figura 11: Gasto em I&D por entidades executoras no ano de 2010 (%)



Fonte: EUROSTAT, apud CPC, 2014, p. 69.

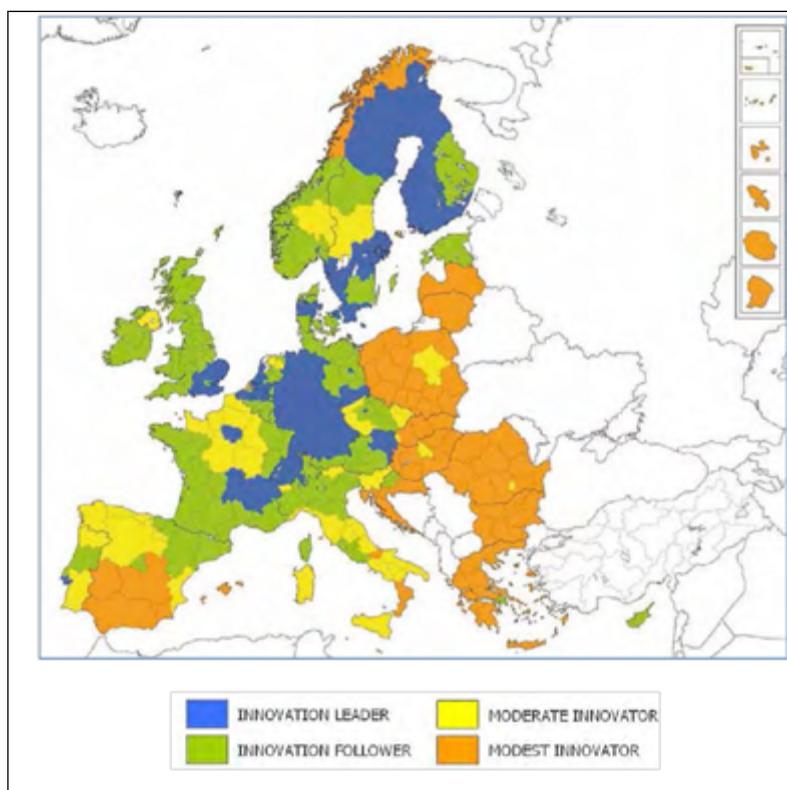
Quadro 4: Gasto em I&D executado pelo sector empresarial (%)

Regiones	2007	2008	2009	2010
Galicia	55,3%	48,1%	44,3%	45,1%
<b>Castilla y León</b>	<b>59,0%</b>	<b>62,0%</b>	<b>52,9%</b>	<b>53,6%</b>
Extremadura	16,4%	19,3%	13,1%	19,0%
<b>Andalucía</b>	<b>37,1%</b>	<b>33,5%</b>	<b>31,8%</b>	<b>35,9%</b>
Norte de Portugal	46,7%	52,8%	43,6%	46,0%
<b>Centro de Portugal</b>	<b>53,2%</b>	<b>42,3%</b>	<b>38,6%</b>	<b>36,7%</b>
Alentejo	47,7%	63,1%	32,3%	35,3%
<b>Algarve</b>	<b>20,2%</b>	<b>15,8%</b>	<b>15,9%</b>	<b>12,7%</b>
Espacio Transfronterizo NUTS 2	45,6%	44,3%	38,4%	40,6%
<b>España</b>	<b>55,9%</b>	<b>54,9%</b>	<b>51,9%</b>	<b>51,5%</b>
Portugal	51,2%	50,1%	47,4%	46,1%
<b>UE27</b>	<b>63,7%</b>	<b>63,3%</b>	<b>61,7%</b>	<b>61,9%</b>
<b>UE15</b>	<b>64,2%</b>	<b>63,9%</b>	<b>62,3%</b>	<b>62,4%</b>

Fonte: EUROSTAT, apud CPC, 2014, p. 70.

Desta forma, não é surpreendente que nenhuma das regiões fronteiriças se apresente como líder de inovação (Figura 12), segundo o índice de inovação regional. A maior parte das regiões são consideradas pelo *Regional Innovation Scoreboard* como *inovadores moderados*, ou no que toca a Extremadura e Andaluzia, inovadores modestos. De facto, o gasto que o sector empresarial tem feito em I&D não tem demonstrado uma tendência positiva nos últimos anos (Quadro 5). Por outro lado, o investimento governamental em I&D, através dos seus centros de investigação tem crescido ligeiramente. O Espaço Transfronterizo NUTS 2, em 2010 apresenta 15,3%, que é superior à UE 27 (12,9%).

Figura 12: Índice de inovação regional (2012)



Fonte: Regional Innovation Scoreboard (2012), apud CPC, 2014, p. 66.

O número de profissionais ligados a esta área da Ciência e Tecnologia tem aumentado ao longo dos anos. No entanto, as diferentes regiões apresentam comportamentos diferentes (Quadro 5). Identificam-se dois grupos, com a Galiza, Castela e Leão, Andaluzia, Norte e Centro com valores entre os 9-10%, e as restantes NUTS II (Extremadura, Algarve e Alentejo) com uma percentagem bastante inferior.

Quadro 5: Recursos humanos em ciência e tecnologia a tempo completo sobre o total da população empregada (%)

Regiones	2008	2009	2010	2011
Galicia	8,2%	8,8%	9,9%	9,5%
Castilla y León	<b>9,6%</b>	<b>10,1%</b>	<b>9,9%</b>	<b>10,0%</b>
Extremadura	5,5%	5,9%	6,3%	6,1%
Andalucía	<b>7,4%</b>	<b>8,5%</b>	<b>9,1%</b>	<b>9,2%</b>
Norte	7,2%	8,8%	8,7%	10,3%
Algarve	<b>5,1%</b>	<b>5,1%</b>	<b>4,3%</b>	<b>6,1%</b>
Centro (PT)	7,9%	8,2%	9,3%	9,9%
Alentejo	6,0%	7,5%	4,2%	5,4%
Esp. Transf. NUTS 2	<b>7,6%</b>	<b>8,5%</b>	<b>8,8%</b>	<b>9,3%</b>
España	<b>10,7%</b>	<b>11,8%</b>	<b>12,1%</b>	<b>12,0%</b>
Portugal	9,8%	10,8%	11,2%	12,2%
EU27	<b>11,2%</b>	<b>11,6%</b>	<b>11,9%</b>	<b>12,2%</b>

Fonte: EUROSTAT, apud CPC, 2014, p. 72.

Associado a esta explanação de indicadores relativos à investigação e desenvolvimento, apresenta-se também algumas observações quanto ao alcance das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no território transfronteiriço (Quadro 6). Em relação ao acesso a Internet de banda larga, de um modo geral, destaca-se a forma como as NUTS II associadas à Raia Ibérica apresentam valores bastante inferiores à média europeia. No entanto, o acesso demonstrado nestas regiões reflete os valores nacionais, em que destaca-se Portugal com 60% (média idêntica ao espaço transfronteiriço), e Espanha com 67%, mais próxima dos 73% da UE 27.

**Quadro 6:** Lugares com acesso a Internet de Banda Larga (% sobre total de lugares)

Regiones	2008	2009	2010	2011	2012
Galicia	32	38	47	52	62
<b>Castilla y León</b>	<b>35</b>	<b>41</b>	<b>47</b>	<b>54</b>	<b>62</b>
Extremadura	35	39	46	52	58
<b>Andalucía</b>	<b>39</b>	<b>46</b>	<b>53</b>	<b>56</b>	<b>63</b>
Norte de Portugal	36	45	48	53	56
<b>Centro de Portugal</b>	<b>31</b>	<b>39</b>	<b>45</b>	<b>51</b>	<b>54</b>
Alentejo	34	37	42	48	47
<b>Algarve</b>	<b>44</b>	<b>50</b>	<b>55</b>	<b>57</b>	<b>60</b>
Espacio Transfronterizo NUTS 2	<b>36</b>	<b>43</b>	<b>49</b>	<b>54</b>	<b>60</b>
<b>España</b>	<b>45</b>	<b>51</b>	<b>57</b>	<b>62</b>	<b>67</b>
Portugal	39	46	50	57	60
<b>UE27</b>	<b>49</b>	<b>57</b>	<b>61</b>	<b>67</b>	<b>73</b>

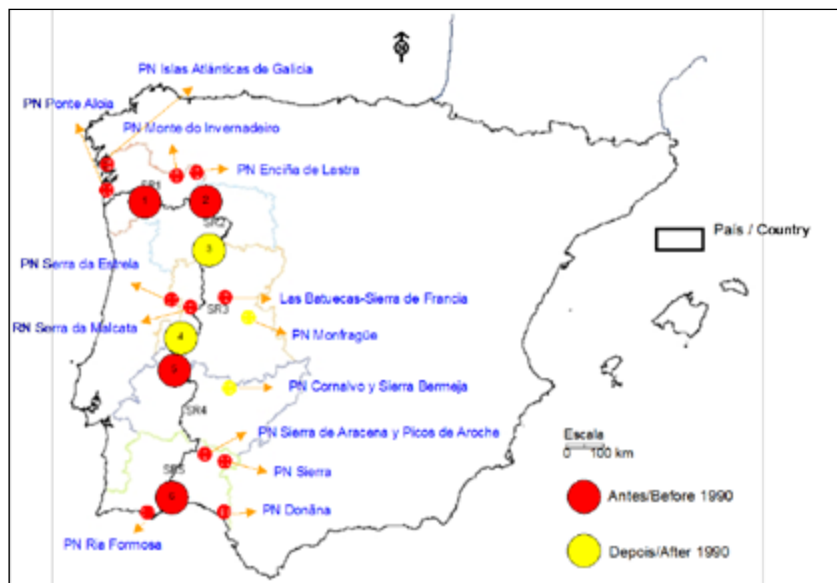
Fonte: EUROSTAT, apud CPC, 2014, p. 96.

## 4.5 | AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS, PATRIMÓNIO E TURISMO

O espaço de cooperação transfronteiriça destaca-se como uma faixa territorial com imensa riqueza em termos de recursos naturais e património cultural. Este contexto contribui para que vários projetos de cooperação tenham em vista o ambiente, património ou turismo como objeto de financiamento. O próprio turismo como atividade económica tem aumentado nos últimos anos.

Destacam-se várias áreas protegidas ao longo da própria fronteira – cerca de 1.600.000 hectares de território – com diversidade e qualidade de ecossistemas naturais. Neste espaço há territórios com ambientes naturais montanhosos e interiores, mas também uma vertente marinha e costeira. As áreas protegidas (Figura 13) devem ser geridas de forma transfronteiriça pelo facto destes meios ambientais não respeitarem, naturalmente, os limites políticos, e tem havido avanços no sentido da gestão conjunta destas áreas naturais.

Figura 13: Principais zonas protegidas na Raia Ibérica, 2006



Fonte: Medeiros, 2009, p. 64

Um território com esta variedade e extensão de ambientes naturais também implica uma elevada probabilidade de riscos naturais, tanto como resultado de fenómenos naturais como de ação humana. Desta forma, a Raia Ibérica está sujeita a uma série de riscos naturais: erosão do solo, erosão costeira, desertificação e compactação, deslizamentos, inundações, seca e os incêndios florestais. Associados a estes recursos naturais, colocam-se como desafios, por exemplo, a qualidade dos recursos hídricos, bem como os impactos do desenvolvimento do turismo sobre determinados territórios da fronteira

Os territórios da Raia Ibérica apresentam também um alto potencial energético, tanto nas regiões do interior como do litoral. O objetivo da UE 2020 é de atingir 20% do consumo final a partir de energias renováveis, e portanto o desenvolvimento desta área é muito importante. Tem havido avanços, e em Portugal aposta-se fortemente na energia eólica e de biomassas, enquanto que Espanha no aumento do gás natural e diversas fontes renováveis (biomassa, hidroelétrica, biodiesel, bioetanol e solar). A Península Ibérica, de facto, apresenta valores mais elevados da percentagem de energias renováveis no consumo final do que a média europeia (24,6% para Portugal, 13,8% na Espanha e 12,5% na UE), tendo-se mantido o aumento progressivo de utilização de energias renováveis desde 2008.

Esta fronteira também se destaca em termos de património, apresentando 8 sítios considerados como Património da Humanidade pela UNESCO e vários Bens de Interesse Cultural (BIC). Estes pontos patrimoniais são um catalisador do turismo local e regional e, assim, uma importante atividade económica para estas regiões.

## 4.6 | A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO PARA AS REGIÕES FRONTEIRIÇAS

O espaço de cooperação transfronteiriça foi considerado a “fronteira do subdesenvolvimento” nos anos 70 por dois jornalistas espanhóis (A. Pintado e E. Barrenechea) devido às condições desfavoráveis que apresentava. Em comparação com esse período, atualmente, tem havido uma inegável melhoria dos níveis de desenvolvimento apresentado por estas regiões.

No entanto, como descrito no ponto anterior, ainda demonstram valores muito preocupantes e com tendência para um agravamento. De facto, os cenários propostos para o território europeu para a próxima década apontam para uma continuação das tendências preocupantes dos territórios marginais, tais como o aumento do envelhecimento, fraco dinamismo económico e dificuldades de mobilidade.

Esta conjuntura leva a um consequente despovoamento populacional, e portanto a uma maior marginalização de algumas regiões fronteiriças, principalmente aquelas localizadas no interior de ambos países, agravando situações de dupla perifericidade – a simultânea marginalização física (distância real) e relacional de territórios em relação a centros de decisão, movimento e atividade.

Os territórios fronteiriços apresentam-se como desafios complexos por vários motivos. Por um lado, caracterizam-se por este conjunto de condições desfavoráveis num mundo cada vez mais competitivo. Habitualmente, são territórios nas periferias nacionais dos países, com massa crítica de pequena dimensão e impacto (ou sem a presença efetiva de massa crítica) e tipicamente afetados por um menor número de eixos de movimento e centros de atividade. São também territórios que colocam um desafio à governança quando propõem iniciativas e gestão conjunta transnacional, envolvendo potencialmente, parceiros europeus, nacionais, regionais e locais. A cooperação transfronteiriça é um dos modelos mais adequados a esta gestão por exigir em seu torno a governança multinível.

Desta forma, a cooperação transfronteiriça surge como uma estratégia necessária para o esforço de contrariar as tendências negativas e de marginalização, bem como de potenciar e valorizar um território que apresenta ainda várias riquezas e oportunidades. Identificou-se uma fronteira heterogénea, e portanto, para algumas regiões a cooperação transfronteiriça constitui-se como uma oportunidade para mais desenvolvimento, envolvimento em projetos dinâmicos e captação de fundos. Mais ainda, apresenta-se como uma oportunidade que considera o contexto particular territorial nas estratégias de desenvolvimento.

A dupla perifericidade facilmente cria círculos viciosos: com menos população, há menor dinamismo e menor capacidade de atrair investimento e fundos. Com menos investimentos, fundos e oportunidades as possibilidades de incentivar um aumento de população e dinamismo económico tornam-se mais difíceis. Desta forma, para algumas regiões raianas – especialmente aquelas que apresentam condições de dupla perifericidade – a cooperação transfronteiriça não é apenas um oportunidade mas uma necessidade de sobrevivência, principalmente na captação de fundos imprescindíveis para o investimento em áreas básicas da sua população.

Sem dúvida, há muito caminho a percorrer nos modelos jurídicos apresentados – a revisão do Regulamento do AECT é prova disso; no entanto, as possibilidades e competências têm aumentado. Os períodos de financiamento também têm sido cruciais para o desenvolvimento das regiões fronteiriças. No entanto, nota-se uma progressiva redução dos fundos comunitários de um período de programação para o outro, enquanto a área de cooperação objeto destes subsídios se foi alargando. Esta situação agrava o círculo vicioso de subdesenvolvimento.

O espaço de cooperação transfronteiriço é um espaço bastante consolidado em termos institucionais, com várias entidades a desenvolver iniciativas em toda a sua extensão. Tem ainda, algumas entidades que trabalham na cooperação há bastantes anos, com bastante know-how acumulado, e que a cada geração de programação adquirem mais maturidade. Estas mesmas entidades podem ser uma mais-valia para as regiões transfronteiriças quando funcionam como lobby perante os níveis nacionais e europeus, reclamando as necessidades destes territórios, mas também promovendo uma maior articulação entre os diferentes atores envolvidos.

**A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE ESPANHA E PORTUGAL NOS  
CICLOS DE PROGRAMAÇÃO DA POLÍTICA DE COESÃO**



## 5. A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE ESPANHA E PORTUGAL NOS CICLOS DE PROGRAMAÇÃO DA POLÍTICA DE COESÃO

A integração de Espanha e de Portugal no espaço económico e político europeu contribuiu significativamente para atenuar as fronteiras artificiais, físicas e psicológicas, permitindo a abertura de um vasto campo de oportunidades no âmbito da cooperação entre os territórios de fronteira. Estas oportunidades, especialmente importantes no contexto de um território transfronteiriço fortemente deprimido, veio a suscitar um novo período de relações entre os dois países, até então caracterizadas por níveis muito baixos de articulação e de aproveitamento das sinergias potenciais existentes em ambos os lados do espaço de cooperação transfronteiriça.

Foi um período em que a cooperação para desenvolver territórios com problemas comuns se suplantou ao tradicional isolamento e desconfiança que séculos de contradições históricas haviam consolidado entre os dois estados ibéricos.

Os programas da iniciativa comunitária INTERREG vieram a desempenhar um papel determinante na evolução referida, não só como catalisadores de um ambiente de cooperação transfronteiriça mas também como instrumento de promoção de ações concretas desenvolvidas em comum e em cooperação.

Depois de um período inicial em que o estabelecimento das bases de cooperação transfronteiriça implicou um esforço considerável, assiste-se agora ao reforço das intervenções com natureza material e imaterial e ao alargamento do quantitativo de atores e agentes da cooperação transfronteiriça.

**Quadro 7:** Projetos e investimentos dos programas Interreg

Programas	Total EM	Dotação EU	Espaço de cooperação transfronteiriça ES-PT			
			Projetos	Unid monet	Investimento total	FEDER
			nº			
			1406		2.425.200.039	1.380.293.714
INTERREG I (1990-1993)	11		226	ECU	279.573.082	
INTERREG II (1994-1999)	11/15	3,8	397	€	309.896.262	
INTERREG III (2000-2006)	15/25	5,8	563	€	1.098.671.689	823.910.103
INTERREG IV (2007-2013)	27/28	8,7	220	€	354.475.282	267.405.976
INTERREG V (2014-2020)	28	10,1	---	€	382.583.724	288.977.635

## 5.1 | INTERREG I (1990-1993)

A primeira geração de INTERREG foi lançada e implementada pela Comissão Europeia como uma “iniciativa comunitária”, tendo permitido lançar as bases para a cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal.

Ainda que tenha sido insuficiente para abordar todos os problemas então existentes, sobretudo nos aspetos económicos e sociais, como eram a ausência de um tecido empresarial e económico dinamizador, a baixa densidade populacional e o efeito barreira produzido pela fronteira política no intercâmbio de bens e serviços, esta primeira geração INTERREG teve um efeito muito positivo na criação de um espírito de cooperação entre as instituições, públicas e privadas, regionais e locais, tendo ainda apoiado a criação de estruturas próprias para a cooperação, favorecendo o diálogo entre agentes e instituições, assinalando as linhas de desenvolvimento futuro para a cooperação e ampliando as áreas e modalidades de intervenção.

Os objetivos prioritários do programa foram:

- Promover as condições de desenvolvimento socioeconómico dos territórios de fronteira,
- Contribuir para a estabilização da população e o crescimento ordenado dos centros urbanos de fronteira,
- Melhorar a integração dos territórios transfronteiriços no espaço económico da Península Ibérica.

O programa foi estruturado em quatro eixos de intervenção:

- 1 | Infraestruturas de integração e articulação
- 2 | Recuperação do património turístico
- 3 | Conservação dos recursos hídricos e saneamento
- 4 | Ações de cooperação transfronteiriça
- 5 | Gestão e acompanhamento

Foram aprovados 226 operações, sobretudo na Beira Interior Norte, no Minho-Lima e no Algarve, em Portugal, e em Huelva, em Espanha. Com um investimento total de 280 M€ aproximadamente, beneficiaram sobretudo Algarve, Huelva, Badajoz e Minho-Lima.

Os territórios menos desenvolvidos não foram os mais beneficiados com o investimento realizado, certamente devido a uma insuficiente iniciativa e a um menor dinamismo das instituições e agentes implicados na cooperação.

Segundo E. Medeiros (2009), em Portugal, a iniciativa do Governo representou 50,88% dos projetos e 28,87% do investimento total, tendo as entidades da Administração Central promovido 22,12% dos projetos e 66,29% do investimento. Em Espanha, 77% dos projetos foram iniciativa das administrações e governos autónomos, com um investimento que representou 97,74% do total.

Neste primeiro programa não houve a participação de universidades, sendo de destacar a criação das Comunidades de Trabalho envolvendo a participação de instituições das regiões transfronteiriças.

## 5.2 | INTERREG II (1994-1999)

A segunda geração da Iniciativa Comunitária INTERREG surgiu num contexto de melhoria das condições económicas, sociais e infraestruturais, apesar das carências e dos problemas que persistiam no espaço de cooperação transfronteiriça, tendo apoiado o desenvolvimento de estratégias de intervenção orientadas para outros âmbitos que não apenas os problemas básicos do território.

Em 1994 e seguintes, o programa contou com a participação de um conjunto de instituições e entidades que representavam a alma e a vontade coletiva de cooperação das populações dos territórios transfronteiriços, determinantes para o reforço e consolidação das bases imateriais da cooperação e que foram também o resultado dos avanços ocorridos na criação e consolidação das estruturas e organizações de cooperação.

Este segundo programa INTERREG, aplicado no período de 1994 a 1999, foi orientado, como já referimos, para um novo contexto de desafios e oportunidades, através de:

- Um claro reforço do apoio a projetos de dinamização da cooperação empresarial, social e institucional,
- Apoio a iniciativas de dinamização e qualificação da atividade económica, dando continuidade ao INTERREG I no caso dos projetos de agricultura e desenvolvimento rural e cessando com o apoio a atividades produtivas e de telecomunicações,
- Continuidade da intervenção nos domínios previstos no programa anterior, designadamente as acessibilidades, equipamentos urbanos e ambientais.

Foi conferida ênfase ao desenvolvimento socioeconómico dos territórios de fronteira e ao fomento das estruturas de cooperação e ainda às infraestruturas de articulação territorial e ambiental, para o que foram desenhados os seguintes eixos de intervenção:

- Desenvolvimento socioeconómico local
- Ambiente e património arquitetónico
- Melhoria da permeabilidade da fronteira
- Assistência técnica

Foram aprovadas 397 operações, representando um investimento total de 310 M€.

Em Espanha, os projetos foram repartidos entre os três primeiros eixos de intervenção, sendo Badajoz a NUTE III com mais projetos aprovados e apresentando no seu conjunto as NUTE III de Huelva, Pontevedra, Salamanca e Badajoz 62% do investimento realizado. Em Portugal os projetos concentraram-se principalmente na melhoria da acessibilidade transfronteiriça, sendo o Algarve e o Minho-Lima as NUTE III que mais beneficiaram de mais projetos aprovados, apresentando o Norte cerca de 50% do investimento realizado.

As instituições das administrações autonómicas asseguraram em Espanha a gestão de 79,94% dos projetos que representaram 74% do investimento realizado, dando continuidade à tendência já verificada na anterior geração do INTERREG. Em Portugal, verificou-se uma participação mais equilibrada da Administração Central (31%), das entidades desconcentradas (39%) e das entidades locais e associações (24%).

### 5.3 | INTERREG III A (2000-2006)

A proposta conjunta de Espanha e de Portugal para o programa INTERREG III foi focalizada na nova orientação implementada pela Comissão Europeia para promover o desenvolvimento equilibrado e harmonioso dos territórios de fronteira, com um vasto leque de oportunidades para reposicionar os territórios de fronteira enquanto economias periféricas da União Europeia.

Esta ideia de reposicionamento proporcionou uma visão mais alargada, resultando na necessidade de os territórios, as regiões e as cidades desenvolverem estratégias comuns de afirmação, capazes de corrigirem a trajetória regressiva e de perda de influência, cujo êxito dependia da capacidade de associar a competitividade do território e a sustentabilidade, mobilizando os recursos endógenos e a inovação, potencial humano e o conhecimento.

A programação assente em cinco subprogramas (áreas de cooperação) constituiu uma novidade e um desafio à capacidade de coordenação das iniciativas das estruturas regionais e locais particularmente para a possibilidade de aprofundar experiências anteriores.

Os principais domínios de continuidade com o programa INTERREG II estavam orientados com a proteção e integração numa dinâmica regional dos vastos recursos naturais, patrimoniais e culturais, a promover a articulação e integração territorial e o desenvolvimento dos territórios rurais transfronteiriços, bem como a consolidar os mecanismos de cooperação transfronteiriça, sendo aditados novos e importantes domínios:

- Desenvolver níveis de integração social nos espaços transfronteiriços, particularmente nos domínios da saúde e integração de grupos sociais desfavorecidos,
- Aumentar os níveis de cobertura inter-regional dos equipamentos e serviços de apoio aos cidadãos.

O programa foi estruturado nos seguintes eixos prioritários de intervenção:

- 1 | Infraestruturas, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço
- 2 | Valorização, promoção e conservação do meio ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais
- 3 | Desenvolvimento socioeconómico e promoção da empregabilidade
- 4 | Fomento da cooperação e integração social e institucional
- 5 | Assistência técnica

Foram aprovadas 563 operações com um investimento total de 1.098.671.689 euros e um apoio FEDER de 823.910.103 euros.

**Quadro 8:** Projetos e investimentos Interreg III

Exo prioritário	Projetos	Investimento total	FEDER
	nº	€	
	<b>563</b>	<b>1.098.671.689</b>	<b>823.910.103</b>
1	104	377.447.459	283.084.981
2	178	364.498.772	273.280.823
3	173	247.240.869	185.430.619
4	101	87.953.664	65.965.119
5	7	21.530.925	16.148.561

Fuente: Informe final Programa INTERREG III A.MEH-IFDR

## 5.4 | INTERREG IV: PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA 2007-2013 (POCTEP)

A regulamentação europeia relativa ao período de 2007-2013 integrou a cooperação territorial europeia como um dos objetivos da Política de Coesão, deixando esta de ser tratada como uma iniciativa comunitária, sendo assim reconhecida, nos seus planos transfronteiriça, transnacional e inter-regional, como um instrumento para a concretização da coesão económica e social.

No artigo 6.1 do Regulamento (CE) nº 1080/2006, do Parlamento e do Conselho, de 5 de julho, relativo ao FEDER, é assinalada a tipologia de intervenções em que se deve centrar a cooperação transfronteiriça. Num segundo nível de coerência programática, é estabelecida a necessidade de ser promovida uma adequada articulação com os objetivos do *Marco Estratégico Nacional de Referência de Espanha (MENR-E)* e com o *Quadro de Referência Estratégico de Portugal (QREN-Portugal)*, que se assumem como referências nucleares para a definição da estratégia, dos objetivos e das medidas a implementar através do programa INTERREG IV.

Com base neste referencial, as administrações regionais de cada uma das cinco áreas de cooperação identificaram a sua estratégia em articulação com as autoridades nacionais e locais, de que resultaram os objetivos do programa, o que constituiu uma inovação muito significativa no processo de programação.

Relativamente ao INTERREG III, o Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal 2007-2013 significou um salto qualitativo muito importante, sumariamente caracterizado por uma:

- Integração territorial: os subprogramas foram eliminados, ainda que fossem observadas as especificidades das cinco áreas territoriais de cooperação;
- Orientação para a gestão conjunta de infraestruturas, equipamentos e serviços, traduzindo um significativo aprofundamento do carácter transfronteiriço do programa.

Como conclusão transversal a todas as áreas de cooperação, foram identificadas as seguintes prioridades de intervenção:

- Uma componente de competitividade territorial, através da promoção de atividades de investigação, desenvolvimento e inovação, internacionalização empresarial e criação de infraestruturas e a especialização em atividades económicas de elevado valor acrescentado;
- Uma componente de sustentabilidade territorial, associada à conservação e promoção dos recursos naturais, ambientais e culturais, bem como a prevenção e luta contra catástrofes naturais, nomeadamente incêndios florestais;
- Uma componente de cooperação territorial, associada ao fortalecimento da cooperação e integração social e institucional dos coletivos transfronteiriços.

O POCTEP 2007-2013 assentou nos seguintes eixos prioritários:

- 1 | Promoção da competitividade e do emprego
- 2 | Meio ambiente, património e prevenção de riscos
- 3 | Ordenamento do território e acessibilidades
- 4 | Integração socioeconómica e institucional
- 5 | Assistência técnica à cooperação transfronteiriça

Foram aprovadas 220 operações, com um investimento total de 354.475.282 euros e um apoio FEDER de 262.361.844 euros.

**Quadro 9:** Projetos e investimentos Interreg IV

Eixo prioritário	Projetos	Investimento total	FEDER
	nº	€	
	<b>220</b>	<b>354.475.282</b>	<b>267.405.976</b>
1	90	138.467.003	103.850.252
2	66	111.170.704	83.378.028
3	27	53.080.667	39.810.500
4	37	36.261.766	27.196.325
5		15.495.142	13.170.871

Fuente: Autoridad de Gestión. Secretariado Técnico. MH

Uma análise detalhada dos projetos, investimento, promotores e áreas de cooperação é realizada no capítulo seguinte, no qual os resultados dos programas INTERREG III e IV são apresentados conjuntamente, o que permite uma visão alargada e mais consolidada para o período 2000-2013, período muito relevante na cooperação transfronteiriça e nas relações bilaterais entre Espanha e Portugal.

## 5.5 | INTERREG V-A: PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA 2014-2020

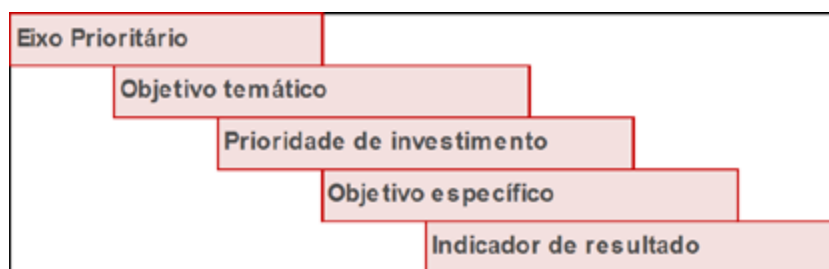
O novo período de aplicação da Política de Coesão da União Europeia, cujo primeiro objetivo é reforçar o crescimento e o emprego, considera como segundo objetivo a cooperação territorial europeia. Os programas transfronteiriços, transnacionais e inter-regionais devem contribuir para o desenvolvimento regional para favorecer um desenvolvimento harmonioso de todo o território da União Europeia, em particular dos territórios situados nas fronteiras internas e externas.

Como novidade, a cooperação territorial europeia é abordada em regulamentação própria, o Regulamento (EU) nº 1299/2013, do Parlamento e do Conselho, de 17 de dezembro. Nos seus artigos 6º e 7º são reguladas a concentração temática e as prioridades de investimento. Pelo menos 80% da contribuição FEDER para um programa de cooperação transfronteiriça deve ser centrada num máximo de quatro objetivos temáticos, estabelecidos no artigo 9º do Regulamento (UE) nº 1203/2013.

Assim, foram fixados os seguintes objetivos temáticos:

- Objetivo Temático 1: Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- Objetivo Temático 3: Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas
- Objetivo Temático 5: Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
- Objetivo Temático 6: Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- Objetivo Temático 11: Reforçar a capacidade institucional.

**A lógica de intervenção do programa deverá ser a seguinte:**



O programa INTERREG V-A, aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão CE de 12 de fevereiro de 2015, mantém as cinco áreas de cooperação dos anteriores programas e, pela primeira vez, podem participar como beneficiários entidades privadas, designadamente empresas, sendo adotados 5 eixos prioritários:

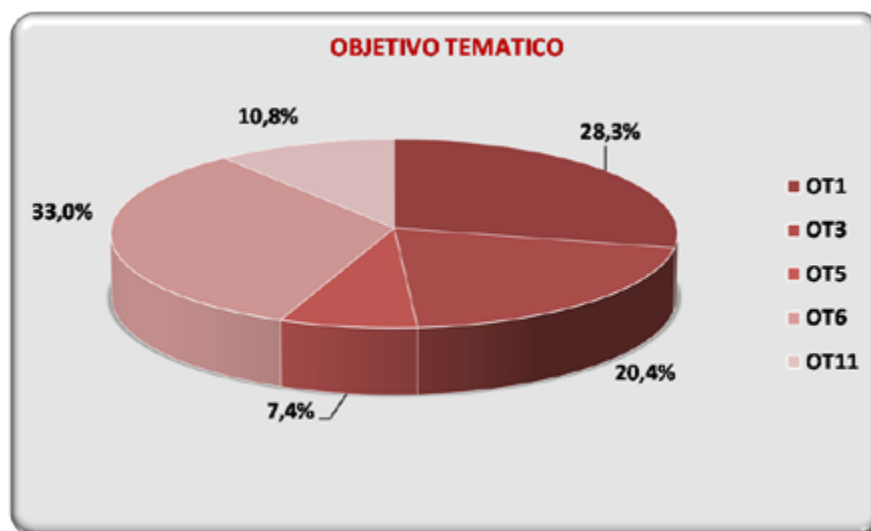
- Crescimento inteligente, através de uma cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação
- Crescimento inclusivo, através de uma cooperação transfronteiriça a favor da competitividade empresarial
- Crescimento sustentável, através de uma cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão de recursos naturais
- Melhor capacidade institucional e eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça
- Assistência Técnica

Para cada objetivo temático são definidas as prioridades de investimento, os objetivos específicos e os indicadores de resultado, de acordo com o seguinte plano financeiro:

**Quadro 10:** Plano financeiro por objetivo temático (2014-2020)

OBJETIVO TEMÁTICO		CUSTO TOTAL	FEDER
<b>Total</b>		<b>382.583.724</b>	<b>268.749.200</b>
<b>1</b>	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	102.564.377	76.923.282
<b>3</b>	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	74.018.585	55.513.939
<b>5</b>	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	26.971.246	20.228-434
<b>6</b>	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	119.444.089	89.583.067
<b>11</b>	Reforçar a capacidade institucional	39.187.006	29.390.254
	Assistencia técnica	20.398.421	17.338.658

**Gráfico 1:** Investimento total previsto por OT (2014-2020)



A primeira convocatória para a apresentação de candidaturas foi lançada para os quatro primeiros eixos, com um valor de apoio FEDER de 190.147.285 €. O prazo de apresentação de candidaturas terminou em 22-02-2016, tendo sido apresentadas mais de 500 candidaturas, cujo processo de seleção deverá estar concluído no decurso de 2016.



**AS REALIZAÇÕES DOS PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO  
TRANSFRONTEIRIÇA DE 2000 A 2013**



## 6. AS REALIZAÇÕES DOS PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE 2000 A 2013

A identificação e análise das realizações e dos resultados obtido com a aplicação dos programas INTERREG no espaço de cooperação transfronteiriça é promovida para o conjunto dos dois últimos ciclos de programação concretizados, ou seja, para o período dilatado de 2000 a 2013 através dos INTERREG III e IV, procurando assim favorecer-se uma visão alargada e mais consolidada das relações transfronteiriças.

Procurando analisar em conjunto dois programas distintos, correspondentes a dois ciclos sucessivos de programação, houve necessidade de analisar e enquadrar as temáticas prosseguidas por cada uma das iniciativas (operações) segundo uma matriz suscetível de favorecer uma visão de conjunto, tendo sido realizada para o efeito uma classificação com base na grelha de objetivos temáticos incluídos no Quadro Estratégico Europeu associado à estratégia Europa 2020.

Para o efeito, foi necessário realizar uma análise da caracterização de cada uma das operações cofinanciadas, não fugindo dos riscos e dos inevitáveis erros de uma apreciação subjetiva e de uma informação escassa, sobretudo em matéria de indicadores de resultado e de impacto, tendo sido feito recurso aos seguintes instrumentos:

- As medidas de intervenção e a tipologia de operações previstas no Complemento de Programação, para o período 2000-2006,
- A tipologia de operações e as prioridades de investimento fixadas no Regulamento (CE) nº 1301/2006, para o período 2007-2013.

A matriz de articulação entre as diferentes tipologias, apresentada no capítulo 2, foi adotada exceto nos casos em que, com base na análise da identificação e dos resultados de cada operação em concreto, se concluiu por outra classificação.

Os promotores das operações realizadas no decurso do período 2000-2013 foram classificados de acordo com a seguinte tipologia:

- **Administração Central, incluindo desconcentrada, e Administração Regional,**
- **Administração Local, incluindo entidades por si promovidas,**
- **Universidades, instituições universitárias e centros de ID&E,**
- **Outros, incluindo organizações empresariais e sindicais, organizações com finalidade económica, organizações de desenvolvimento regional, fundações e ONG e outras organizações sem finalidade económica**

A análise realizada acolheu as cinco áreas de cooperação que têm vindo a ser consagradas:

- **Galicia - Norte de Portugal**
- **Castilla y Leon - Norte de Portugal**
- **Castilla y Leon - Centro de Portugal**
- **Extremadura - Centro de Portugal – Alentejo**
- **Andaluzia - Alentejo - Algarve.**

Para a análise das operações realizadas no decurso do período 2000-2013 e dos investimentos promovidos por cada promotor foi feito recurso às declarações finais de encerramento dos programas e dos relatórios anuais aprovados pelos comités de acompanhamento.

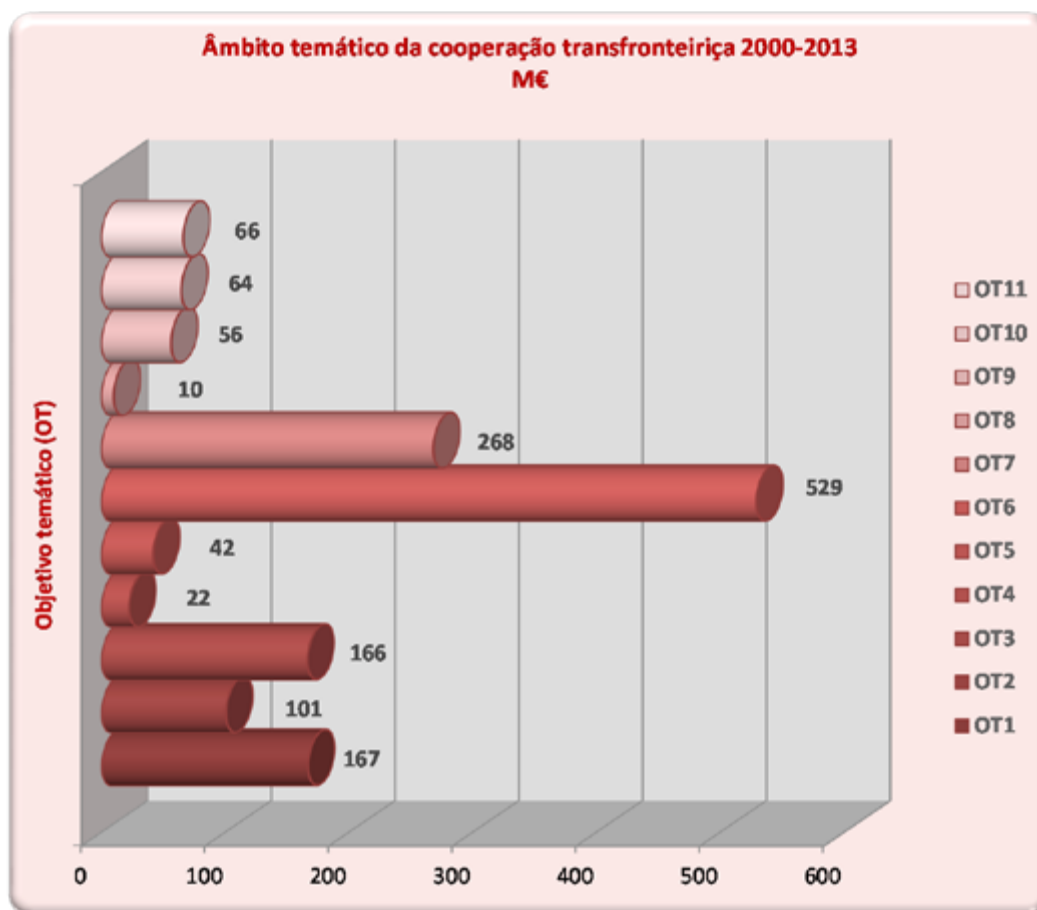
Não foram consideradas as operações relacionadas com o financiamento da gestão, acompanhamento e controlo dos dois programas, a título de assistência técnica.

## 6.1 | INVESTIMENTOS

No decurso do período 2000-2013, o investimento total elegível ascendeu a 1.492 milhões de euros, evidenciando-se a sua distribuição pelos vários objetivos temáticos no gráfico 2. O **OT 6 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos evidencia o maior volume de investimento (35,5%)** correspondendo a 529,2 M€. O **OT 7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas** segue-se em volume de investimento realizado, atingindo 268 M€, correspondendo a 18% do investimento total.

No seu conjunto, os OT 4 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores, OT5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos e OT8 - Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral, que foram os menos procurados pelas iniciativas dos promotores, representam apenas 5% do volume total de investimento realizado.

Gráfico 2: Investimentos por objetivo temático (2000-2013)



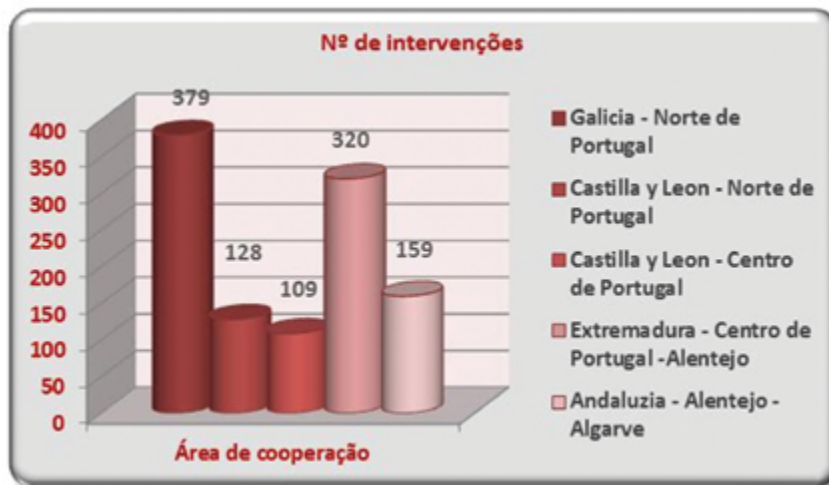
Objetivos temáticos	
1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
2	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas
4	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores
5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
6	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
7	Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas
8	Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral
9	Promover a inclusão social e combater a pobreza
10	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
11	forçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente

Os gráficos 3 e 4 ilustram o investimento realizado em cada área de cooperação, em termos globais e para cada objetivo temático. Importa realçar que os valores de investimento por área de cooperação, ou mais precisamente de apoio FEDER concedido, só marginalmente expressam a procura dos programas, uma vez que são predominantemente o resultado de uma repartição indicativa à priori. Pelo contrário, a repartição por objetivo temático expressa em plenitude a procura e as intenções dos promotores.

Os valores dos investimentos realizados por área de cooperação e por objetivo temático permitem realçar as seguintes conclusões mais relevantes:

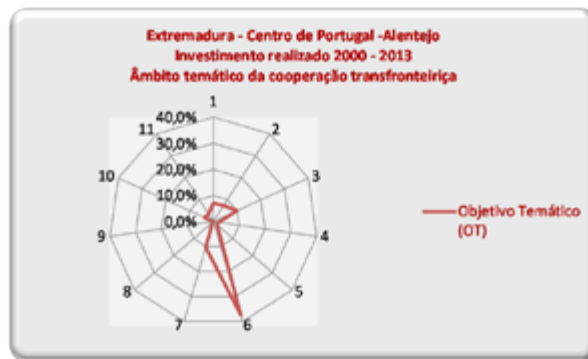
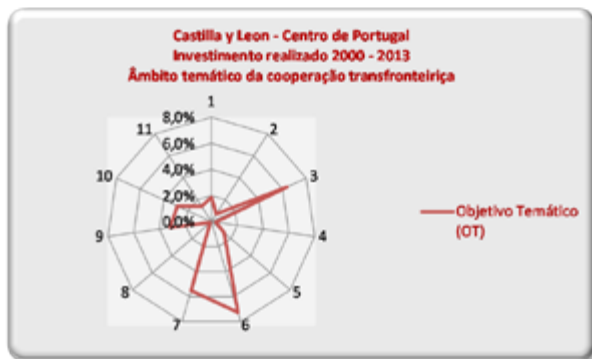
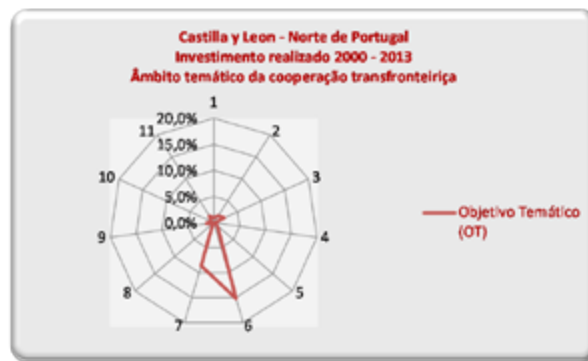
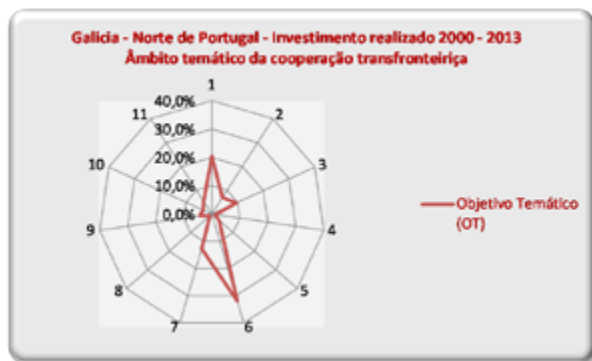
- Na área de cooperação Galicia – Norte de Portugal destaca-se o investimento relacionado com o OT 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, que representa 20,4% do volume total do investimento realizado no período 2000-2013;
- A área de cooperação Castilla y Leon - Norte de Portugal apresenta a maior concentração temática, uma vez que canalizou 45,4% do investimento realizado para o OT 6 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos;
- A área de cooperação Castilla y Leon - Centro de Portugal, que beneficiou do menor investimento realizado no decurso do período 2000-2013 (apenas 158 M€, correspondendo a 10,6% do total), repartiu as iniciativas de forma equilibrada entre os 3 principais objetivos temáticos (OT6 com 23,5%, OT3 com 20,7% e OT9 com 10,3%). Nesta área de cooperação destaca-se ainda, certamente como resposta aos indicadores socioeconómicos que a caracterizam, o investimento no OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza, que apresenta o maior peso relativo (10,3%);
- A Extremadura - Centro de Portugal – Alentejo, seguindo um modelo muito similar à área de cooperação Castilla y Leon - Norte de Portugal, evidencia uma significativa concentração temática no OT 6 Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos (44,5%) e, no seu conjunto, os OT 5, 8 e 9 apenas representam 3% do total do investimento realizado;
- Por último, a área de cooperação Andaluzia - Alentejo – Algarve é a que, em termos relativos, mais recursos canalizou para a promoção de transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (OT7).

**Gráfico 3:** Intervenções apoiadas em cada área de cooperação (2000-2013)



No conjunto das áreas de cooperação, a orientação do investimento realizado traduz a diversidade do território transfronteiriço, ainda que seja patente alguma dispersão de recursos (por exemplo, os OT 5 e 8 consumiram 2,2 % dos recursos investidos).

**Gráfico 4:** Investimentos por área de cooperação e por objetivo temático



**Gráfico 4:** Investimentos por área de cooperação e por objetivo temático



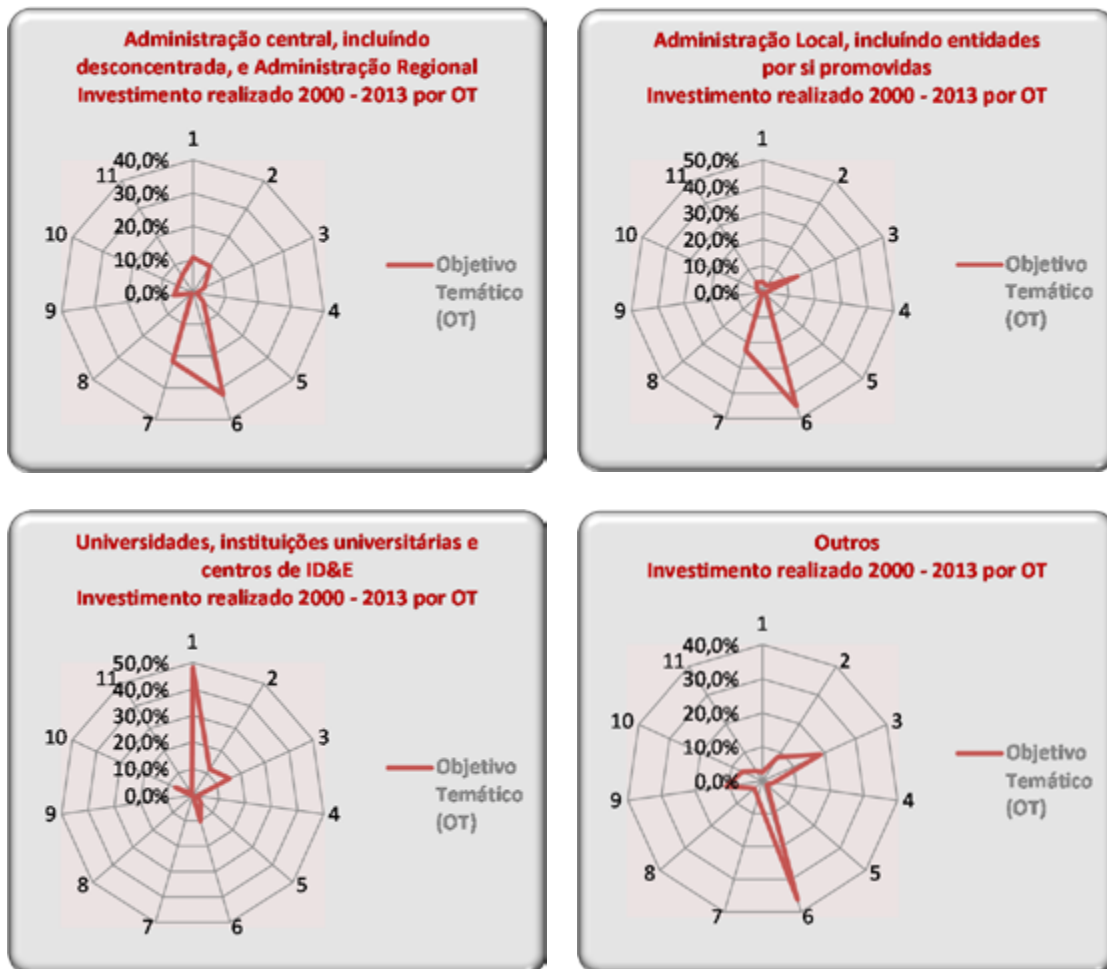
A iniciativa de cada tipologia de promotor expressa também tendências relevantes, das quais se destaca o seguinte:

- A Administração Local, incluindo as entidades por si promovidas, foi responsável por 43% do total do investimento realizado, com maior expressão em Castilla y Leon - Centro de Portugal (53,9%) e menor na Galicia - Norte de Portugal (35,2%), apresentando-se como os principais autores da cooperação transfronteiriça entre 2000 e 2013;
- Administração Central, incluindo a desconcentrada, e a Administração Regional, contribuiu para a realização de 35% do total do investimento, com uma significativa persistência de valores relativos em cada uma das áreas de cooperação, o que poderá ser expressão das referências à priori para a participação da Administração Regional em Espanha;
- O grupo Universidades, instituições universitárias e centros de ID&E, teve uma participação pouco expressiva na generalidade das áreas de cooperação, variando entre 4,4% e 9,5%, com a exceção importante de Galicia - Norte de Portugal, muito por força do projeto de criação do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia para o qual foi mobilizado um investimento de cerca de 48 M€;
- O grupo "outros", que integra um leque muito vasto de diferentes naturezas jurídicas (organizações empresariais e sindicais, organizações com finalidade económica, organizações de desenvolvimento regional, fundações e ONG e outras organizações sem finalidade económica) evidencia uma participação de apenas 10,3% no investimento total realizado. Não obstante nesta tipologia se incluem 354 entidades, a circunstância de terem conseguido organizar parcerias alargadas permitiu-lhes participarem em apenas 80 operações.

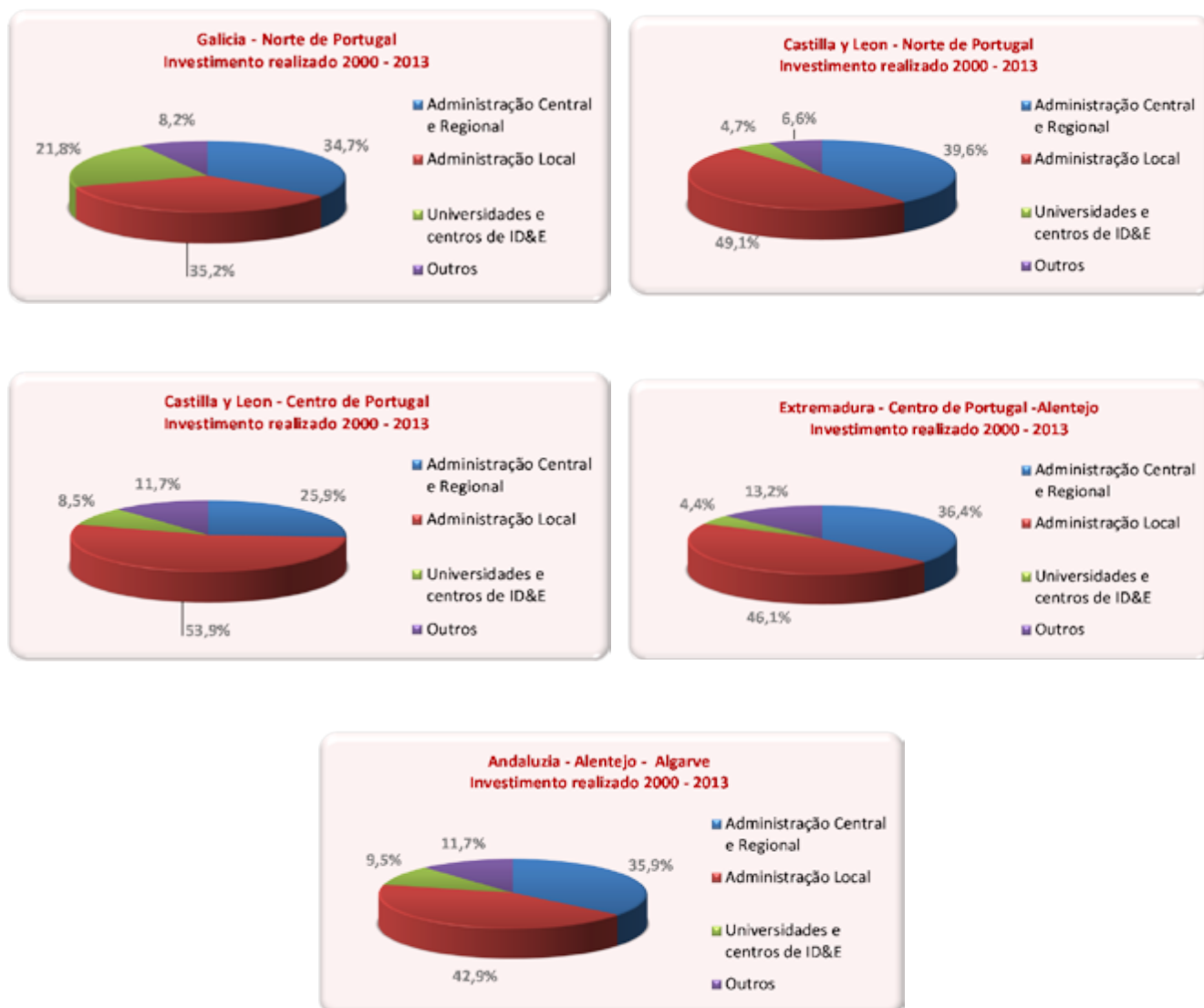
Gráfico 5: Investimento total por tipologia de beneficiário (2000-2013)



Gráfico 6: Investimento realizado por tipologia de beneficiário e por objetivo temático (2000-2013)



**Gráfico 7:** Investimento realizado por área de cooperação e por tipologia de beneficiário (2000-2013)



A participação dos promotores integrados na tipologia “outros” é ilustrada no gráfico 6, que evidencia a distribuição de recursos por objetivo temático e no gráfico 8, que mostra a participação relativa de cada componente jurídica deste vasto grupo de beneficiários, destacando-se a participação das organizações com finalidade económica.

**Gráfico 8:** Investimentos realizados pelos beneficiários “outros” (2000-2013)



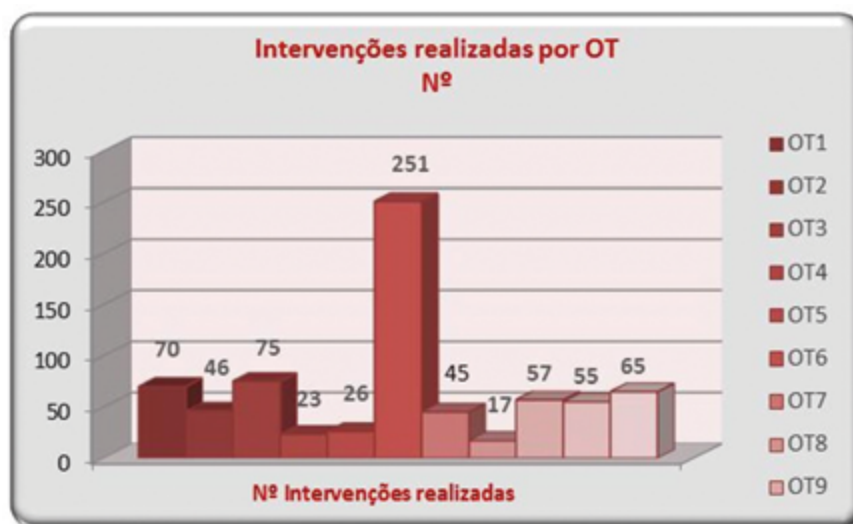
## 6.2 | INTERVENÇÕES

No decurso do período 2000-2013, foram realizadas 730 operações, como se evidencia no gráfico 9.

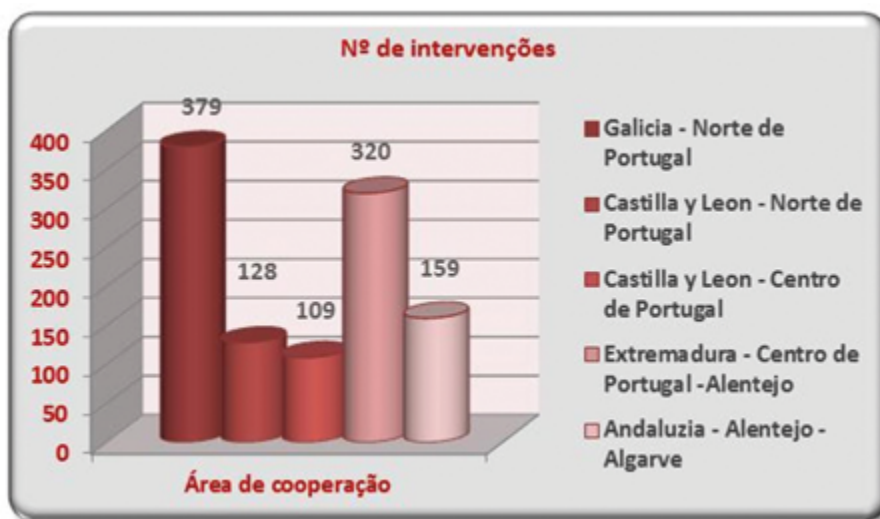
O OT 6 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos concentra 34,4% do total de operações. A significativa distância, segue-se o OT3 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas, apenas com 10,3% do total de operações.

Numa visão por área de cooperação, destaca-se a Galiza – Norte de Portugal na qual foram realizadas 30,3% do total das intervenções, seguida pela Andaluzia – Alentejo – Algarve com 22,7%, como se pode verificar no Gráfico nº 10.

**Gráfico 9:** Quantitativo de intervenções por objetivo temático (2000-2013)



**Gráfico 10:** Quantitativo de intervenções promovidas por área de cooperação (2000-2013)

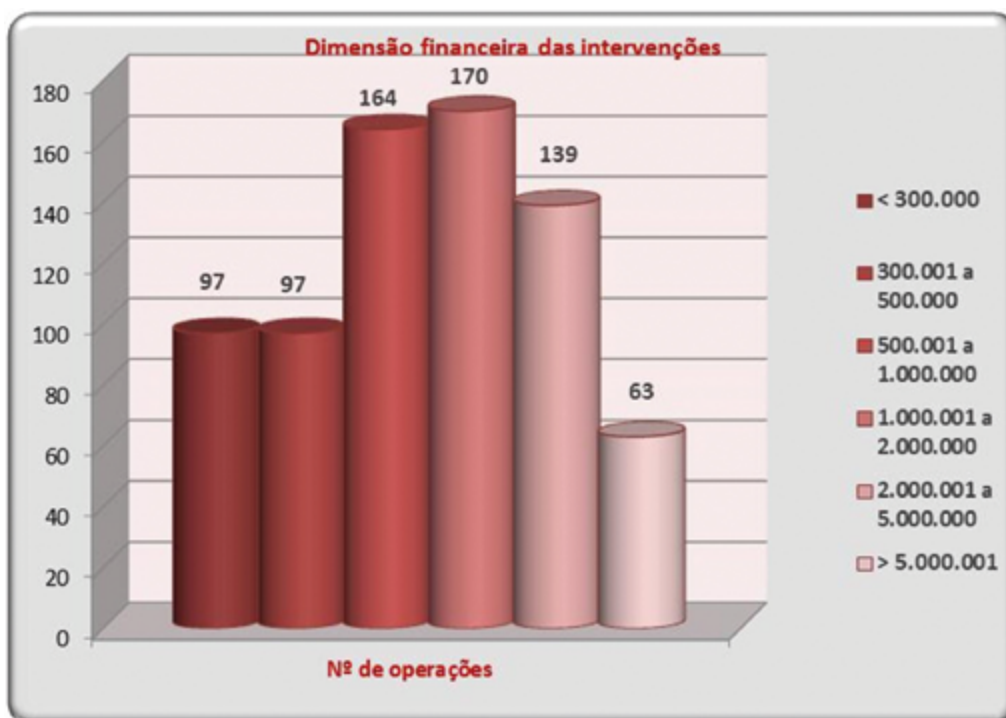


26,6% das iniciativas apresentam um volume de investimento inferior a 500.000 € (gráfico 11), com maior expressão na área de cooperação Andaluzia - Alentejo - Algarve onde este nível de investimento unitário representa 38,6% do total das operações.

O maior quantitativo de intervenções situa-se no intervalo de 1 a 2 M€ (23,3%) seguido do intervalo de 0,5 a 1 M€ com 22,5% do total.

63 operações apresentaram um volume de investimento superior a 5 M€, tendo maior expressão relativa na Extremadura - Centro de Portugal – Alentejo, área de cooperação onde representam 15,3% do total das operações aí realizadas.

**Gráfico 11:** Dimensão financeira das intervenções (2000-2013)



A dimensão financeira média das intervenções é de aproximadamente 2 M€ de investimento, valor médio unitário que é significativamente superior no OT7 - *Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas*, atingindo aí a dimensão média unitária de aproximadamente 7 M€. Em sentido inverso, o OT8 - *Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral*, evidencia o menor valor médio unitário com apenas cerca de 577 mil euros, o que se considera ser expressão da natureza imaterial desta tipologia de operações.

**Gráfico 12:** Investimento médio unitário por OT (2000-2013)



**Gráfico 13:** Investimento médio unitário por tipologia de promotor (2000-2013)

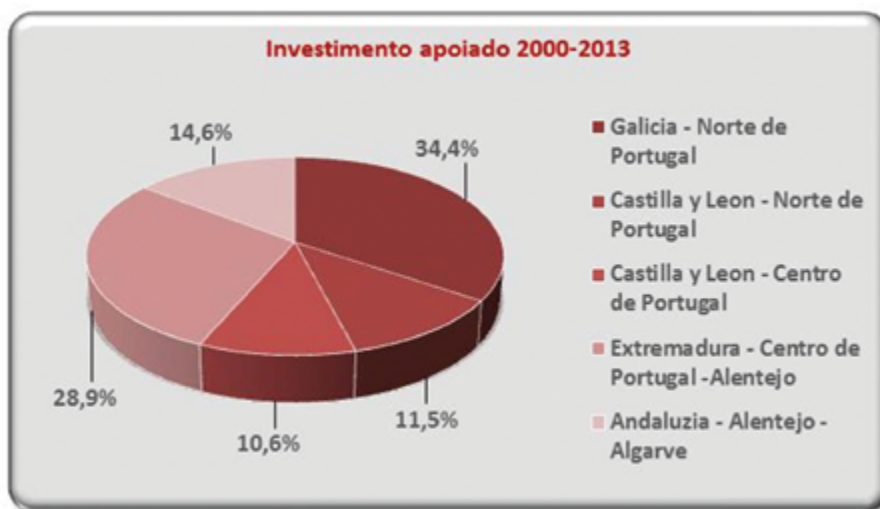


A Administração Local, incluindo entidades por si promovidas, que já foi assinalada como a principal promotora da cooperação, por força do valor do investimento realizado, apresenta também um maior valor médio unitário de investimento por intervenção (aproximadamente 3 M€/operação) sendo de realçar tratar-se de um valor superior ao valor médio unitário da Administração Central, incluindo desconcentrada e Administração Regional, grupo que expectavelmente deveria ter centrado a sua intervenção em grandes intervenções, o que não ocorreu.

**Gráfico 14:** Quantitativo de parceiros por área de cooperação (2000-2013)



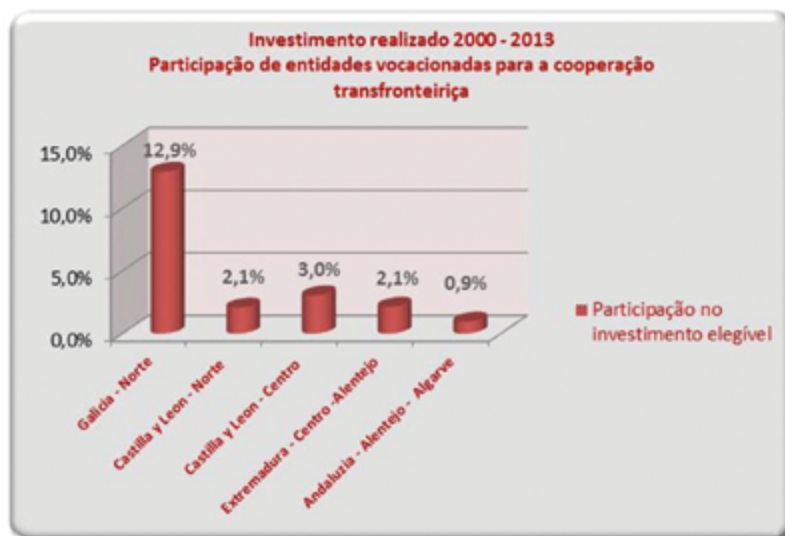
**Gráfico 15:** Investimento apoiado por área de cooperação (2000-2013)



A observação conjunta das variáveis a que se referem os gráficos 14 e 15 permite verificar ser a área de cooperação Galicia – Norte de Portugal a que apresenta uma maior dinâmica de cooperação. Um menor dinamismo verificado nas áreas de cooperação Castilla y Leon – Norte de Portugal e Castilla y Leon – Centro de Portugal será devido a menores dotações financeiras na programação por força da aplicação do critério “população” para a alocação dos recursos, ainda que as características demográficas e socioeconómicas desta área de cooperação possam também ter contribuído para o menor investimento.

As instituições e entidades criadas ao abrigo da Convenção de Valência e da regulamentação europeia relativa a AECT têm uma diminuta participação nas iniciativas de cooperação transfronteiriça, tendo participação em apenas 38 operações com um investimento total de aproximadamente 85 M€, ou seja, o equivalente a 5,7% do total. Realça-se todavia que os AECT tiveram uma criação e operacionalização efetiva muito tardias relativamente ao período de tempo em análise.

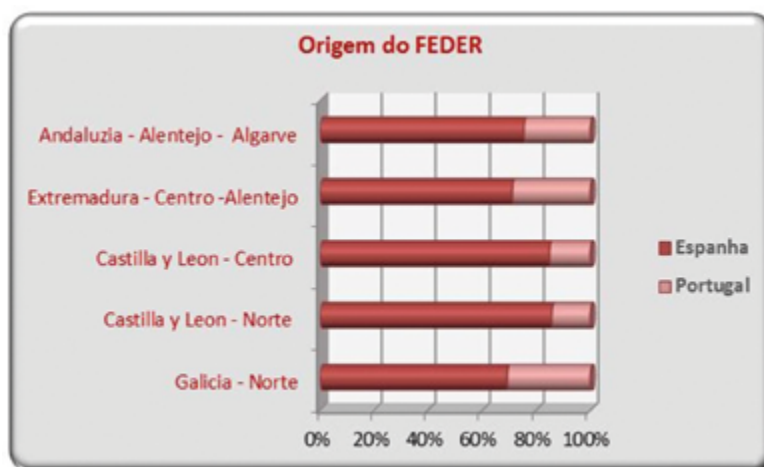
**Gráfico 16:** Participação das entidades vocacionadas para a cooperação transfronteiriça (2000-2013)



### 6.3 | FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO

No período de 2000-2013, o FEDER participou nas iniciativas de cooperação com uma taxa de cofinanciamento de 75%, verificando-se para o conjunto das 730 operações uma **contribuição FEDER de aproximadamente 1.094 M€ (gráfico 17)**.

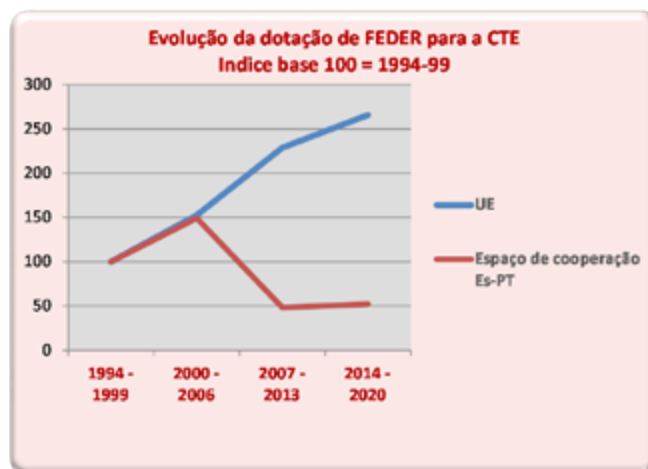
**Gráfico 17:** Origem do FEDER em cada área de cooperação (2000-2013)



A imputação do FEDER a cada um dos dois Estados, por força das regras de programação financeira europeias, evidencia em acentuado desequilíbrio entre o FEDER atribuído a Portugal e o FEDER atribuído a Espanha, o qual representa 66,3% do total mobilizado no decurso do período 2000-2013 a título dos programas de cooperação transfronteiriça. Este desequilíbrio foi mais acentuado no decurso do INTERREG IV (2007-2013).

O gráfico 18 evidencia a evolução das dotações de FEDER atribuídas para a cooperação transfronteiriça no plano europeu e no espaço de cooperação transfronteiriça ES-PT, sendo patente a significativa evolução negativa dos montantes de FEDER atribuídos a este espaço de cooperação.

**Gráfico 18:** Evolução comparada da dotação de FEDER



## 6.4 | PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

No decurso do período 2000-2013 foram concretizadas muitas e importantes realizações, várias delas constituindo exemplos reconhecidos de boas práticas de cooperação. Em anexo apresenta-se uma sintética caracterização de algumas das iniciativas mais significativas para a cooperação transfronteiriça e que tiveram um maior impacto no território.

No seu conjunto, as operações realizadas permitem a apresentação de bons resultados, patentes nos indicadores de realização retirados dos relatórios anuais dos programas INTERREG relativos a 2000-2006 e a 2007-2013 e que se sistematizam pelo âmbito temático que tem sido utilizado no presente trabalho através do recurso aos objetivos temáticos definidos para o período 2014-2020:

<b>Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação</b>		
	Projetos de ID&E aprovados	nº 188
	Infraestruturas de ID&E construídas e/ou apoiadas	nº 17
<b>OT1</b>	Entidades de ID&E (públicas e privadas) apoiadas	nº 373
	Investigadores apoiados	nº 643
	Patentes	nº 15
	Redes de cooperação de centros de ID&E orientados para a valorização de recursos	nº 45
<b>Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade</b>		
	Redes implementadas	nº 42
<b>OT2</b>	Linhas digitais e pontos de acesso instalados	nº 134.710
	Redes telemáticas transfronteiriças criadas, instituições e áreas envolvidas	nº 9.352
	Aplicações de TIC para os cidadãos	nº 120
<b>Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas</b>		
	Empresas de base tecnológica promovidas ( <i>spin off</i> )	nº 194
	Empresas ligadas à valorização dos recursos endógenos apoiadas	nº 3.719
<b>OT3</b>	Ações de promoção económica exterior apoiadas	nº 511
	Redes de ligação dos centros de ID&E com as empresas	nº 119
	Ações empresariais de base tecnológica apoiadas	nº 70
	Incubadoras transfronteiriças de empresas, criadas ou melhoradas	nº 25
<b>Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores</b>		
	Ações de educação ambiental ou energética	nº 469
<b>OT4</b>	Unidades de produção de energia renovável instaladas	nº 63
	Projetos de melhoria da eficiência energética apoiados	nº 259
	Projetos de utilização de energia renovável	nº 124
<b>Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos</b>		
<b>OT5</b>	Estudos de prevenção de riscos naturais	nº 6
	Ações e projetos de prevenção de incêndios florestais	nº 41
	Sistemas transfronteiriços de prevenção de riscos e de intervenções em catástrofes	nº 8

<b>Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos</b>			
OT6	ETAR construídas ou beneficiadas	nº	275
	Redes de saneamento novas ou melhoradas	nº	1.518
	Lixeiros seladas	nº	28
	Centros de tratamento de resíduos sólidos urbanos, agrícolas ou industriais, construídos ou melhorados	nº	79
	Área reflorestada	Há	10.118
	Rotas culturais do património cultural transfronteiriço estabelecidas	nº	57
	Espaços naturais reabilitados	nº	91
	Edifícios culturais e turísticos reabilitados	nº	117
<b>Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas</b>			
OT7	Estradas transfronteiriças novas	km	261
	estradas transfronteiriças reabilitadas	km	21.499
	Pontes internacionais construídas	nº	9
	Portos e marinas melhorados	nº	3
	Plataformas logísticas e intermodais construídas ou melhoradas	nº	12
	Intervenções em portos e marinas e outras infraestruturas com fins turísticos	nº	195
<b>Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral</b>			
OT8	Criação de associações empresariais e comerciais transfronteiriças criadas	nº	160
	Centros e agências de desenvolvimento local instalados para a promoção agroindustrial local	nº	29
	Empresas de valorização dos recursos económicos locais criadas	nº	113
	Postos de trabalho ligados à valorização dos recursos económicos locais criados em empresas	nº	765
<b>Promover a inclusão social e combater a pobreza</b>			
OT9	Centros de saúde construídos ou equipados	nº	136
	Centros de serviços comunitários	nº	23
	Unidades móveis de saúde criadas	nº	16
	Ações conjuntas de prevenção da exclusão social	nº	13.043
	Iniciativas para a inclusão social e laboral de grupos em risco de exclusão	nº	44
	Iniciativas de cooperação na assistência sanitária conjunta	nº	14
	Gestão conjunta de serviços e equipamentos de apoio social	nº	49
<b>Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida</b>			
OT10	Ações de formação	nº	2.645
	Alunos	nº	64.140
	Ações de inserção ou reinserção	nº	112
	Alunos inseridos no mercado de trabalho	nº	6.046
	Beneficiários integrados profissionalmente em resultado de ações de integração socio-laboral	nº	2.540
	Formandos que atravessaram a fronteira para participar em ações de formação	nº	920



## **A CONVENÇÃO DE VALÊNCIA**



## 7. A CONVENÇÃO DE VALÊNCIA

Em 2002, Portugal e Espanha celebraram uma convenção destinada a promover e regular juridicamente a cooperação transfronteiriça entre entidades territoriais regidas pelo direito público, conhecida por **Convenção de Valência**, que promoveu a adoção pelos dois estados da Convenção Quadro Europeia sobre a Cooperação Transfronteiriça entre Comunidades ou Autoridades Territoriais, adotada em 21 de maio de 1980.

Esta convenção previa ser aplicada:

- Em Portugal, pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Centro, Alentejo e Algarve e pelas associações de municípios e municípios inseridos nas áreas de NUTE III de fronteira;
- Em Espanha, pelas Comunidades Autónomas de Galiza, Castela e Leão, Extremadura e Andaluzia, nas províncias de Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva, bem como aos municípios inseridos nestas províncias.

A Convenção de Valência consagra como instrumento jurídico de cooperação a figura do **protocolo de cooperação**, que deve corresponder a um interesse comum e respeitar as competências que o respetivo direito interno estabelece, tendo como finalidades mais relevantes:

- A concertação de iniciativas e a concretização de decisões,
- A promoção de estudos, planos, programas e projetos, incluindo os que forem objeto de cofinanciamento público ou da União Europeia,
- A realização de projetos de investimento, a gestão de infraestruturas e equipamentos e a prestação de serviços públicos,
- A promoção de modalidades de cooperação que visem o desenvolvimento dos territórios.

Com base nos referidos protocolos de cooperação, a Convenção de Valência permite a possibilidade de criação de organismos e de entidades especificamente orientadas para a cooperação transfronteiriça, com ou sem personalidade jurídica.

São exemplo de entidades criadas ao abrigo da Convenção de Valência sem personalidade jurídica as designadas comunidades de trabalho ao nível de NUTE II / Comunidade Autónoma e, com personalidade jurídica a Fundação Rei Afonso Henriques e o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, etc..

Ainda que inovadora e bem recebida pelos destinatários, o que é patente no significativo quantitativo de entidades criadas ao seu abrigo, a Convenção de Valência foi todavia muito conservadora no que se refere ao princípio de aplicação do direito de uma das partes, correspondente ao local de aplicação de uma obrigação jurídica, ao local da assunção de responsabilidades perante terceiros ou ao local da sede.

A Convenção de Valência previa expressamente a criação de entidades sem personalidade jurídica, designadamente as comunidades de trabalho e os grupos de trabalho. Com personalidade jurídica foram previstas as associações de direito público e as empresas intermunicipais (previstas no direito português) e os consórcios (previstos no direito espanhol), em ambos os casos submetidos às formas de controlo estabelecidas pelo direito interno da parte onde tenham a sua sede.

O articulado desta convenção previa ainda a institucionalização da designada **Comissão Mista Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça**, com uma natureza e representação governamental e das administrações públicas dos dois estados, reunindo estatutariamente duas vezes por ano, o que nem sempre tem ocorrido, para permuta de informações, analisar os problemas relativos à aplicação da convenção e para propor medidas apropriadas ao seu desenvolvimento.

Ao longo do período de vigência da Convenção de Valência foi sempre muito volátil e variável o quantitativo de entidades criadas, em particular as entidades sem personalidade jurídica, não se afigurando possível apresentar um quadro inequívoco, exaustivo e atual de todas as entidades criadas ao seu abrigo. Com efeito, além da diferente dinâmica das diversas entidades criadas, algumas foram criadas com objetivos limitados no tempo.

Em 2007, a Comissão Mista Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça constatava terem sido celebrados **50 acordos de cooperação transfronteiriça** que, na sua quase totalidade, previam a criação de novas entidades na sua grande maioria sem personalidade jurídica.

Posteriormente e em 2014, no âmbito dos trabalhos preparatórios do programa POCTEP para 2014-2020, foi identificada a criação e existência formal ao abrigo da Convenção de Valência e do Regulamento UE relativo à criação de AECT, das seguintes entidades:

<b>Entidades criadas para a cooperação transfronteiriça</b>	
<b>Total</b>	<b>33</b>
<b>Enquadradas na Convenção de Valência</b>	<b>29</b>
<b>Regulamento UE nº 1082/2006</b>	<b>4</b>
Comunidades de trabalho	<b>7</b>
Associações de municípios	<b>6</b>
Associações de entidades locais	<b>3</b>
Outras associações e redes	<b>3</b>
AECT	<b>4</b>
Eurocidades	<b>4</b>
Fundações	<b>2</b>
Centros de estudos e de apoio técnico	<b>4</b>

# **A GOVERNAÇÃO DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA**



## 8. A GOVERNAÇÃO DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

### 8.1 | INTRODUÇÃO

As fronteiras políticas internas da União Europeia delimitam não só os territórios de diferentes países mas também os diferentes sistemas político-administrativos e as diversas formas de organização administrativa que condicionam o dia-a-dia e a dinâmica da cooperação, afigurando-se indispensável que a cooperação transfronteiriça contribua para uma maior e mais eficiente interação entre os atores, públicos e privados de ambos os lados da fronteira.

Não se pretende eliminar as diferenças e as fronteiras políticas mas sim compatibilizá-las com o desenvolvimento sustentável e harmonioso de todo o território da União Europeia.

A cooperação transfronteiriça afigura-se como o melhor instrumento para estimular o entendimento e as relações entre os diversos atores das zonas de fronteira, permitindo também gerar massa crítica de população indispensável para as políticas de desenvolvimento. Por isso se promove a participação de atores regionais e locais, públicos ou privados.

A fronteira luso-espanhola, considerada a mais estável, mais antiga e mais extensa de toda a União Europeia, conta com uma larga tradição em matéria de cooperação e um grande número de atores especialmente ativos e participativos, como se verifica no quantitativo de mais de 1.000 entidades que, no decurso do período 2000-2013, promoveram iniciativas de cooperação organizadas em operações.

No decurso deste período, a cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal evoluiu desde a realização de projetos paralelos para a conceção e operacionalização de projetos verdadeiramente comuns e conjuntos. Esta mudança de paradigma, motivada pela evolução das necessidades dos atores e dos cidadãos no território do espaço de cooperação transfronteiriça, foi acompanhada pelo ajustamento do modelo de governação dos programas INTERREG, ainda que nem sempre tenha ocorrido ao ritmo desejado.

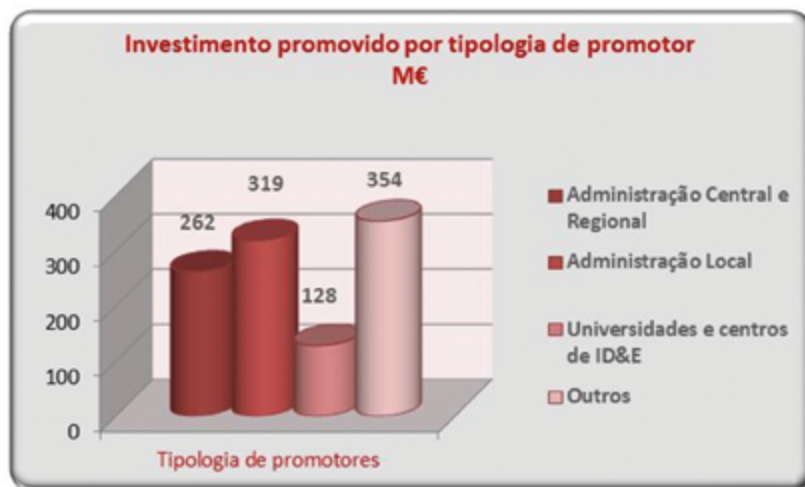
### 8.2 | ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA 2000 A 2013

No decurso dos últimos 14 anos, mais de 1.000 entidades foram beneficiárias de projetos de cooperação transfronteiriça. A análise da sua natureza jurídica e do respetivo âmbito territorial de intervenção evidencia algumas das características mais marcantes da cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal.

De acordo com a sua **natureza jurídica**, entre os beneficiários dos programas INTERREG encontramos, ao longo dos anos em análise, entidades das administrações centrais, dos governos regionais e da administração central desconcentrada, no caso de Portugal, autoridades locais e municipais, associações de entidades sectoriais com âmbitos de intervenção orientados para a cidadania e o desenvolvimento do território, tais como agências de desenvolvimento ou associações orientadas para a sociedade civil (por exemplo ONG).

Importa ainda destacar a participação de universidades e de entidades do mundo empresarial (principalmente associações empresariais, uma vez que até ao atual período de programação 2014-2020, o INTERREG não financiava a participação de empresas).

Gráfico 19: Tipologia de beneficiários

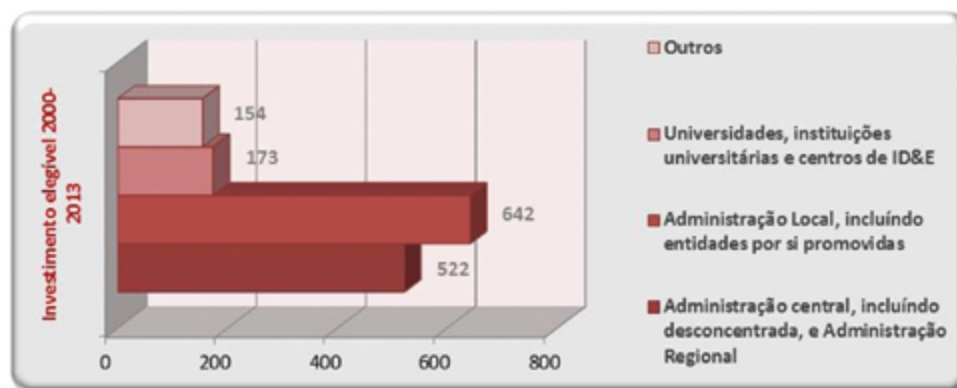


Do total de beneficiários, 24,6% integram-se nas administrações regionais, no caso de Espanha, ou central desconcentrada, no caso de Portugal, e cerca de 30% integram-se no universo da Administração Local (municípios e entidades por si promovidas). Os restantes 45,4% referem-se a universidades e centros de ID&E (12%) e a outras associações sectoriais e a fundações (33,4%). Não obstante esta última categoria se afigurar como muito relevante no que se refere ao número de participantes, a sua participação no esforço de investimento e no quantitativo de projetos foi menos significativa, como se pode observar nos gráficos seguintes.

Gráfico 20: Participação relativa das tipologias de beneficiários



Gráfico 21: Repartição do investimento realizado



Verifica-se assim que a pluralidade dos beneficiários é uma importante característica da cooperação no espaço de cooperação transfronteiriça. Aproximadamente metade das entidades beneficiárias dos programas INTERREG no período 2000-2013 foram entidades ligadas à governação regional ou local, enquanto a outra metade corresponde a entidades ligadas à investigação, a empresas ou à sociedade civil. Considera-se ser importante este equilíbrio uma vez que, sendo os fundos repartidos entre diferentes tipos de beneficiários, fica melhor assegurado o impacto dos fundos comunitários nos diversos domínios do desenvolvimento regional (ambiente, empresas, instituições, etc.), sendo minimizada a possibilidade de os apoios ficarem diluídos no normal funcionamento das entidades cujo objeto principal não é a cooperação.

A pluralidade de beneficiários seguiu um padrão realista com uma repartição equilibrada dos fundos comunitários disponíveis entre os atores da cooperação, ajustado às necessidades do território em cada momento e à evolução da própria dinâmica da cooperação.

Não obstante, importa realçar que muitas iniciativas dos governos regionais foram apresentadas por diferentes departamentos da mesma entidade, de forma nem sempre coordenada. Esta aparente indisciplina na consignação de fundos no seio de uma dada administração regional traduziu-se numa dispersão de recursos e na redução do seu impacto no território, questão que apenas afetou a parte espanhola uma vez que a parte portuguesa não possui administração regional no espaço de cooperação transfronteiriça.

Gráfico 22: Intervenções promovidas por tipologia de beneficiário (2000-2013)



A participação maioritária de entidades das administrações públicas é também indiciadora da crescente permeabilidade da fronteira para as iniciativas de cooperação, contribuindo para aumentar o impacto territorial dos resultados alcançados. Três fatores, emergidos no decurso dos últimos anos, proporcionaram um significativo contributo para esta evolução positiva:

- A criação de três euroregiões no espaço de cooperação transfronteiriça: “Euroregião Galicia-Norte de Portugal”, criada em 1991, a “EuroACE”, criada em 2009 e a “Euroregião Alentejo-Algarve-Andalucia”, criada em 2010;
- A possibilidade de apresentação de projetos pluriregionais;
- O surgimento de entidades que promovem atuações em todo a linha de fronteira e envolvem promotores das diferentes tipologias (autoridades públicas, entidades privadas e universidades), de que é exemplo a RIET – Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças.

Podemos assim concluir que a cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal conta já com uma muito **ampla participação de entidades de diferentes tipologias**, designadamente das administrações centrais, regionais e locais, municípios e deputações, universidades e centros de investigação e organizações que prosseguem fins sociais e económicos. Trata-se pois de **um leque muito vasto e que favorece um amplo impacto dos resultados**.

Acresce que a diversidade de beneficiários favorece o lançamento de programas mistos com a participação de entidades de diferente natureza jurídica, o que estimula o desenvolvimento de uma visão comum entre as atividades públicas, a iniciativa empresarial, social e a investigação. Esta diversidade de parceiros evidencia ainda um impacto muito positivo num expressivo conjunto de problemas de diferente natureza, tais como a prevenção de riscos, saúde, economia, turismo, sustentabilidade, inovação, meio ambiente, etc., cobrindo deste modo a quase totalidade das componentes do desenvolvimento.

Portanto, uma das principais conclusões a retirar é a **pluralidade e elevada diversidade dos destinatários dos fundos europeus** alocados à cooperação, que permitiu consolidar uma forte implicação institucional, territorial e social com as políticas de cooperação e na gestão dos fundos que as viabilizam em todo o espaço de cooperação transfronteiriça.

Outra constatação possível é que, na fronteira luso-espanhola, a cooperação é viabilizada, no mínimo em parte muito significativa, pelos fundos INTERREG, que permitem o arranque das iniciativas e a sua operacionalização, que maioritariamente se mantém para além do período de recebimento de fundos, atento o seu valor acrescentado.

Consideramos por isso que o valor acrescentado das ações de cooperação e as suas características de pluralidade e expressiva participação de parceiros, permitem que a **cooperação tenha um grande impacto na estruturação do território e no seu desenvolvimento económico**.

Como resultado do exposto, foi sendo conseguido um conjunto de estruturas permanentes de cooperação (quadro 11) entre os beneficiários dos fundos o que demonstra que o **INTERREG não só teve impacto económico e territorial como também organizacional, impacto este que sobrevive aos próprios fundos**, com uma vocação de permanência e que converte esta fronteira numa das mais estruturadas, dinâmicas e organizadas de toda a UE.

**Quadro 11:** Estruturas de cooperação permanentes, com personalidade jurídica (por ordem alfabética)

Estruturas de cooperación permanente, con personalidad jurídica				
Nível Territorial	Entidad	Área de Cooperación	Naturaleza	Año de fundación
Plurirregional	RIET Red Ibérica de Entidades Transfronterizas	Frontera Luso-Española	Asociación entidades transfronterizas	2009
Internacional	INL Laboratorio Ibérico Internacional de Nanotecnología	Internacional	Organización intergubernamental	2005
Regional/Local	AIMRD Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero	Castilla y León – Norte de Portugal	Asociación de municipios	1994
	Asociación Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular	Galicia-Norte de Portugal	Asociación de municipios	1992
	Asociación transfronteriza de municipios de las ciudades de frontera	Salamanca – Beira Interior Norte	Asociación de municipios	2002
	Asociación transfronteriza de los municipios de las tierras del Gran Lago de Alqueva	Alentejo - Extremadura	Asociación de municipios	2005
	Asociación transfronteriza de municipios de la Raya Seca	Beira Interior Norte - Salamanca	Asociación de municipios	2000
	CECOTRANS	Galicia – Norte de Portugal	Asociación de empresas	1998
	Centro de Estudios Ibéricos	Castilla y León – Centro de Portugal	Instituto de Estudios	1999
	Comunidad de Trabajo Euroregión Galicia-Norte de Portugal	Galicia- Norte de Portugal	Euroregión AECT	1991 (AECT desde 2010)
	Consorcio transfronterizo de ciudades amuralladas	Ciudad Rodrigo – Almeida	Consorcio municipal	2006
	Duero-Douro	Castilla y León – Norte de Portugal	AECT	2009
	Eurociudad Chaves-Verin, AECT	Galicia-Norte de Portugal	Eurociudad AECT	2007 (AECT desde 2013)
	Fundación Centro de Estudios Eurorexionais	Galicia- Norte de Portugal	Fundación	2004
	Fundación Rei Alfonso Henriques	Castilla y León – Norte de Portugal	Fundación	1994
	TRIURBIR Triángulo Urbano Ibérico Rayano	Alentejo – Extremadura	Asociación de municipios	1997
	Uniminho - Associação do Vale do Minho Transfronteiriço	Galicia – Norte de Portugal	Asociación	2005
ZASNET	Castilla y León – Norte de Portugal	AECT	2010	

**Quadro 12:** Estruturas de cooperação sem personalidade jurídica cujo funcionamento se rege por convénios ao abrigo da Convenção de Valência

Estruturas de cooperação sem personalidade jurídica			
Entidad	Área de Cooperación	Naturaleza	Año de fundación
Comunidad de Trabajo BINSAL	Castilla y León – Norte de Portugal	Comunidad de Trabajo	2006
Comunidad de Trabajo Castilla y León – Centro de Portugal	Castilla y León- Norte de Portugal	Comunidad de Trabajo	1995
Comunidad de Trabajo Castilla y León-Norte de Portugal	Castilla y León- Norte de Portugal- Centro de Portugal	Comunidad de trabajo	2000
Comunidad de Trabajo Euroregión Alentejo – Algarve-Andalucía	Alentejo-Algarve-Andalucía	Comunidad de Trabajo	2010
		Euroregión	
Comunidad de Trabajo Euroregión Alentejo-Centro-Extremadura	Alentejo-Centro-Extremadura	Comunidad de Trabajo	2009
		Euroregión	
Eurociudad Badajoz - Elvas	Alentejo-Centro-Extremadura	Eurociudad	2013
Eurociudad del Guadiana	Algarve-Huelva	Eurociudad	2013
Eurociudad Tui-Valença	Galicia-Norte de Portugal	Eurociudad	2013
NERCOFEC	Extremadura – Alentejo	Asociación de empresarios	2015

Por estes motivos, podemos concluir que o INTERREG é um programa conhecido e reconhecido entre as instituições e a sociedade civil na fronteira luso-espanhola, que beneficia de uma imagem positiva junto das populações e que transmite uma imagem forte de uma construção europeia pela positiva.

### 8.3 | OBSTÁCULOS À COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Apesar de os pontos fortes do INTERREG na fronteira luso-espanhola, a que nos referimos no ponto anterior, existem todavia algumas debilidades que importa corrigir para melhorar o seu funcionamento e o impacto. Essas debilidades podem ser agregadas em três áreas distintas: dificuldades jurídico-administrativas, de programação e de gestão.

#### 8.3.1. Dificuldades jurídico-administrativas

Persistem ainda vários **entraves de natureza jurídica e administrativa** à cooperação transfronteiriça, quer a nível regional quer local, para o desenvolvimento de atuações transfronteiriças e que se manifestam, por exemplo, na dotação e articulação dos serviços de proximidade entre os beneficiários dos diferentes estados, relacionados designadamente com a saúde, educação, segurança, ambiente, etc., persistindo barreiras legais e administrativas que dificultam ou impedem mesmo a contratação de pessoas, o financiamento, etc.

São numerosas as normas vigentes em entidades administrativas que não superam as barreiras e que afetam a cooperação. Tratando-se de atuações incidentes no âmbito dos dois estados, é necessário uma adaptação desse normativo à cooperação.

O caso dos AECT é um dos exemplos. A Comissão Europeia não teve em conta que as estruturas administrativas e as competências regionais não são as mesmas em todos os EM, ficando patente as limitações de um processo cuja legislação foi desenvolvida com uma incidência horizontal sem atender às diferentes realidades regionais e locais.

O reconhecimento e aprovação de um AECT e, conseqüentemente, o seu arranque, afigura-se como um processo lento e complexo, não obstante as recentes modificações adotadas na regulamentação. No caso da fronteira luso-espanhola, bem como no caso da fronteira hispano-francesa, constata-se que um AECT não tem competências efetivas no território e carece de financiamento próprio, vê limitadas as suas funções de planeamento, estudo e promoção das suas atividades, sem possibilidade de intervenção no financiamento, gestão e desenvolvimento de projetos.

A criação de novas estruturas com competências e financiamento próprio, não conta com simpatias nos dois estados, incluindo nas suas administrações regionais e locais que as encaram como concorrenciais.

Conseqüentemente, as principais limitações e constrangimentos dos AECT incidem nas entidades que já existiam antes da adoção da regulamentação europeia. Não sendo previsto um procedimento específico e mais abreviado para a conversão em AECT das entidades já existentes, estas devem cumprir os mesmos requisitos exigíveis a uma nova entidade, vendo-se obrigada ou tentada, a promover a constituição de uma entidade paralela, uma vez que, de acordo com a regulamentação de aplicação portuguesa, em caso de dissolução do AECT, os ativos e património passam para a posse do Estado.

### 8.3.2. Debilidades na programação

Nas primeiras etapas do INTERREG, o programa era caracterizado por uma significativa dispersão temática que afetava negativamente o impacto dos fundos. Esta situação foi corrigida, sendo a concentração temática uma preocupação atual.

Foi uma boa medida já que permite centrar as intervenções num limitado âmbito temático, assegurando um maior aproveitamento das intervenções cofinanciadas. No entanto, na fase de identificação dos temas estratégicos para o programa e da respetiva dotação financeira, deve ser tida em conta o impacto potencial das próprias ações de cooperação, evitando fazer de cada eixo principal um compartimento estanque. Os projetos devem ser associados a um único eixo, quando na prática, o seu impacto reflete-se em mais do que um eixo prioritário.

**A participação de diversos departamentos de uma mesma administração**, designadamente no caso das administrações regionais e nas universidades, por vezes de forma descoordenada entre si, gerando um efeito equivalente a uma dispersão temática, constitui outra debilidade que importa superar, designadamente através de uma regulação prévia da participação destas entidades para promover a coordenação e coerência entre as propostas apresentadas pelos diferentes departamentos, assegurando-se ainda uma repartição equilibrada dos fundos alocados, tanto mais que o impacto é sempre melhorado com a proximidade.

Por último, considera-se **necessário favorecer a participação das entidades criadas para a cooperação**, com um papel relevante na estruturação do território de fronteira.

### 8.3.3. Debilidades na gestão

Um dos principais obstáculos existentes para o desenvolvimento de iniciativas de cooperação é a **insuficiente liquidez dos promotores**, que condiciona a dimensão das iniciativas e impede mesmo a sua realização. Importa **facilitar a receção dos fundos pelos promotores**, logo desde a fase de seleção da candidatura e no decurso da realização da operação sem comprometer a sua realização.

A deficiente fluidez do circuito financeiro é agravada com a lentidão dos procedimentos de gestão, em particular dos procedimentos relativos à validação das despesas, originando frequentemente roturas de tesouraria nas entidades sujeitas a orçamentos muito limitados ou que não possam legalmente recorrer a crédito bancário, ficando muitas operações impedidas de realização ou conclusão.

Considera-se que este problema é devido a:

- **Procedimentos de gestão excessivamente longos e burocráticos**, que duplicam desnecessariamente verificações já realizadas, com atrasos muito expressivos na aprovação dos pedidos de pagamento e nas alterações das operações;
- **Instrumentos de gestão desadequados ou que não funcionam de forma satisfatória**, quando deveriam ser facilitadores para os beneficiários e para as próprias autoridades de gestão e não obstáculos adicionais.

No decurso do processo de aplicação dos procedimentos de gestão relacionados com a validação das despesas os beneficiários são confrontados com frequência com diferentes interpretações, senão mesmo com diferentes critérios, sobre a elegibilidade das despesas, originando insegurança jurídica nos beneficiários.

## **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**



## 9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 9.1 | CONCLUSÕES

De forma sintética, o exposto nos pontos anteriores e a informação de base que consta do anexo permitem-nos formular as seguintes conclusões mais relevantes:

O espaço de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, com base nos dados de 2012 e, ainda que com variações regionais e a exceção da faixa atlântica da euroregião Galicia – Norte de Portugal, com características marcadamente urbanas, apresenta-se, como um **território predominantemente rural**,

- ✓ **59,9 % área geográfica predominantemente rural**
- ✓ **50,3% da população em municípios < 10.000 habitantes**
- ✓ **Apenas 3 cidades > 100.000 habitantes a menos de 50 Km**

com acentuados problemas demográficos, designadamente uma baixa densidade populacional e uma população envelhecida, em comparação com as regiões adjacentes e as médias nacionais.

	Hab/Km2
Espaço cooperação	40
PT	114
ES	92

	% < 15 anos
Espaço cooperação	13,6
PT	14,8
ES	15,2
UE27	15,6

	Taxa de envelhecimento
Espaço cooperação	1,5
PT	1,2
ES	1,1
UE27	1,1

% > 65 anos / % < 15 anos

Evidencia também piores indicadores de desenvolvimento económico e uma menor dinâmica de crescimento, quer comparando com as zonas adjacentes quer com o nível médio de crescimento económico dos dois Estados.

	PIB per capita
Espaço cooperação	73
Zonas adjacentes	79
PT	80
ES	99
UE27	100
UE15	110

	Desemprego 15-64 anos 2012
Espaço cooperação	24,3
PT	15,7
ES	25,0
UE27	10,4
UE15	10,6

- ✓ **Menos 25.000 empresas entre 2007 e 2009**
- ✓ **95,9% empresas < 10 trabalhadores**

A crise internacional iniciada em 2008 teve um impacto particularmente acentuado e persistente neste território, tendo **interrompido um ciclo de convergência socioeconómica com a UE**.

2 Na generalidade da Europa, nomeadamente na Europa Central, as regiões transfronteiriças foram historicamente regiões de comércio, mais populosas e com mais prosperidade.

Pelo contrário, as zonas de fronteira entre Espanha e Portugal foram historicamente as zonas finais e mais distantes de dois estados centrais. Este contexto histórico explica que seja **um espaço de cooperação transfronteiriça com uma diferença estrutural significativa relativamente ao resto da Europa: uma densidade populacional menor, com acentuados problemas demográficos.**

3 Os programas de cooperação territorial europeia transfronteiriça, inseridos no âmbito da Política de Coesão europeia, têm constituído, pelo menos desde 1994, o único instrumento financeiro de apoio às políticas públicas especificamente orientadas para os territórios transfronteiriços.

O **critério “população”** utilizado pela UE para a repartição de recursos financeiros entre as diversas regiões de fronteira terrestre, **penaliza fortemente o espaço de cooperação transfronteiriça** entre Espanha e Portugal, por força da sua singularidade histórica de zona com baixa densidade populacional. O recurso continuado a esse critério tende a perpetuar as diferenças entre os níveis de desenvolvimento socioeconómico, apresentando um resultado perverso e contrário aos objetivos da Política de Coesão.

Apesar de ser a fronteira terrestre mais extensa, mais estável e mais antiga da UE, os **recursos financeiros para a cooperação neste espaço transfronteiriço têm diminuído, apesar de crescerem no orçamento europeu.**

Período	UE	Espaço de coop. Es-PT
1994 - 1999	100	100
2000 - 2006	150	150
2007 - 2013	230	50
2014 - 2020	270	50

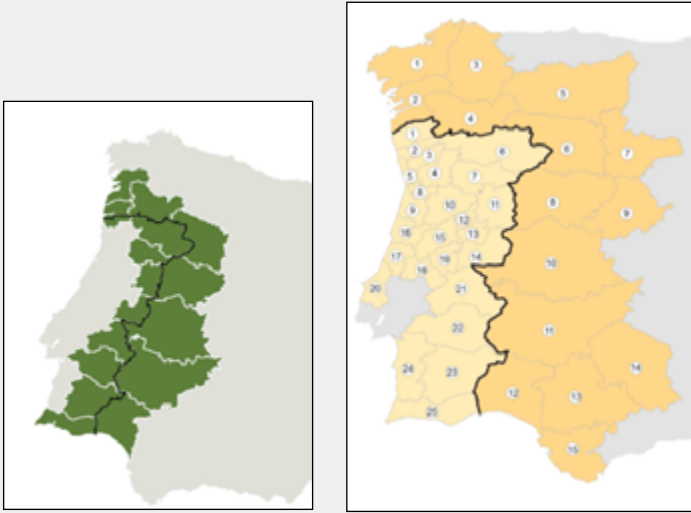
4 O espaço de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal tem evoluído no decurso dos vários ciclos dos programas Interreg, sendo também diferente do que foi identificado na Convenção de Valência destinada a promover e regular juridicamente a cooperação transfronteiriça entre entidades territoriais regidas pelo direito público.

Ou seja, não existe um espaço de cooperação transfronteiriça consolidado, com uma configuração estável, cujo território corresponda às zonas de influência da fronteira e às zonas com práticas de cooperação transfronteiriça e que seja definido previamente aos instrumentos programáticos de apoio às políticas públicas de reforço da coesão dos territórios transfronteiriços.

O êxito dos programas Interreg e os resultados com eles obtidos têm vindo a estimular o contínuo alargamento do espaço geográfico de elegibilidade desses programas, o que acentua a contínua diminuição de recursos financeiros do INTERREG.

4

O êxito dos programas Interreg e os resultados com eles obtidos têm vindo a estimular o **contínuo alargamento do espaço geográfico de elegibilidade desses programas, o que acentua a contínua diminuição de recursos financeiros do INTERREG.**



5

As regras de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento à cooperação territorial europeia não conseguiram até ao presente conciliar e aprofundar os princípios da transnacionalidade da cooperação com o princípio da responsabilidade financeira dos Estados-Membros pela utilização desses fundos.

Ao atribuir as dotações de fundos a cada um dos EM, a Comissão Europeia acaba por subordinar esses recursos às regras de disciplina financeira e orçamental nacionais, e consagra um significativo constrangimento à sua adequada aplicação segundo os estritos objetivos do programa.

**Que sentido e que objetivos se pretendem com a atribuição dos fundos para a cooperação transfronteiriça por EM e não ao programa?**

Não se trata de uma preocupação académica para serem devidamente aplicadas as regras de programação. Está sim em causa a prevalência dos objetivos e das metas do programa em detrimento dos equilíbrios entre níveis das administrações, subespaços de cooperação, etc, que se têm vindo a revelar como condicionadores da plena concretização dos programas.

Acresce que o significativo diferencial entre os valores de FEDER que em cada ciclo de programação são atribuídos a Portugal e a Espanha, e/ou por estes atribuídos à cooperação transfronteiriça, confere uma dimensão significativa aos constrangimentos decorrentes desta “nacionalização” dos recursos.

Espanha	Portugal
66,3%	33,7%

6

Com a aprovação do Regulamento (CE) nº 1082/2006, Espanha e Portugal deram imediata operacionalização aos procedimentos administrativos para a criação de Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial, estando atualmente reconhecidos 5 AECT.

Não obstante, após um acolhimento inicial marcado por uma elevada expectativa, seguiu-se a percepção das **limitações e das condicionantes ao seu funcionamento, não superadas pela regulamentação europeia**, prevalecendo a constatação de que a figura do AECT pouco inovou relativamente às possibilidades já previstas na Convenção de Valência há já mais de 15 anos para a criação de novas entidades com ou sem personalidade jurídica, mantendo-se as mesmas limitações quanto à possibilidade de institucionalização de uma efetiva natureza e funcionamento supranacionais, ou mais precisamente, transfronteiriça.

Com efeito, a regulamentação europeia é omissa relativamente ao regime fiscal dos AECT e, tal como na Convenção de Valência, estabelece o princípio da localização da sede da entidade num dos dois estados e a inerente submissão às suas regras administrativas, financeiras e fiscais. Ou seja, estimula-se a criação de uma organização supra nacional com personalidade jurídica, vocacionada para uma atuação uniforme num espaço de cooperação dos dois estados, mas ficando condicionada e submetida às regras de um deles.

**Enquanto não for efetivamente promovida uma natureza supranacional às entidades criadas para promoverem a cooperação transfronteiriça, incluindo um regime jurídico e fiscal próprio, as entidades assim criadas estarão sempre limitadas e condicionadas na sua atuação.**

7	comunidades de trabalho
5	AECT
9	associações
4	euro cidades
4	redes (de cidades e outras)
4	centros de estudos
2	outra natureza jurídica

7

Ainda que com uma configuração variável ao longo dos vários ciclos de programação do Interreg, o espaço de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal manteve-se estruturado em cinco áreas de cooperação, assentes na proximidade geográfica, na diversidade do território e numa tradição de cooperação.

1	Galicia - Norte de Portugal
2	Castilla y Leon - Norte de Portugal
3	Castilla y Leon - Centro de Portugal
4	Extremadura - Centro de Portugal - Alentejo
5	Andaluzia - Alentejo - Algarve

As iniciativas de cooperação configuram-se naturalmente à luz desta organização do território. Todavia, além das iniciativas de âmbito e de impacto marcadamente locais e das iniciativas de âmbito regional, verificou-se uma **dinâmica crescente de permeabilidade entre regiões e entre atores**, favorecendo a criação de uma **identidade própria a todo o espaço de cooperação transfronteiriça**.

A iniciativa de criação de uma entidade de natureza associativa representativa do conjunto das entidades que promovem a cooperação transfronteiriça ao longo de todo o território transfronteiriço (a RIET) tem contribuído para essa crescente permeabilidade e agilidade, sendo ao mesmo tempo o resultado da dinâmica que vinha crescentemente a verificar-se.

Reconhecendo-se a utilidade das cinco áreas de cooperação tradicionais, o espaço de cooperação transfronteiriço foi ganhando uma identidade própria, beneficiando de uma análise e visão de conjunto dos seus problemas e desafios.

8

Reconhecendo-se a importância e o impacto positivo dos recursos financeiros mobilizados através dos programas Interreg, não se pode desvalorizar que os **valores de FEDER mobilizados foram diminuindo numa tendência inversa ao verificado no conjunto da UE**, sendo manifestamente insuficientes para fazer face aos problemas específicos de um espaço de cooperação transfronteiriça crescentemente mais vasto, com maiores problemas demográficos, com piores indicadores económicos e com um impacto da crise internacional maior e mais persistente.

2000 - 2013	
Investimento elegível	FEDER
1.491.999.223	1.094.152.343

As consequências negativas desta insuficiência de recursos financeiros são agravadas pela deficiente articulação entre os programas regionais e os programas temáticos nacionais incidentes no espaço de cooperação transfronteiriça com os programas Interreg, que se verifica no desenho dos programas e, sobretudo, na sua aplicação.

Esta desarticulação não é específica do espaço de cooperação transfronteiriça sendo o resultado da insuficiente articulação entre as medidas programáticas do *"main stream"* e a cooperação territorial europeia que se observa na regulamentação europeia.

9

No período 2000-2013, mais de mil entidades (1.063) promoveram iniciativas de cooperação apoiadas pelos programas Interreg, o que expressa uma muito significativa adesão aos objetivos programáticos e às estratégias definidas.

Promotores	Investimento elegível	Parceiros
Administração central, incluindo descentralizada, e Administração Regional	35,0%	262
Administração Local, incluindo entidades por si promovidas	43,0%	319
Universidades, instituições universitárias e centros de I&D	11,6%	128
Outros	10,3%	354

As entidades integrantes da **Administração Local** foram as responsáveis pela maior parte do investimento realizado (43%). Conjuntamente com as administrações Central e Regional, o "Estado" foi responsável por 75% do valor do investimento realizado.

No seu conjunto, os **AECT** e as entidades criadas ao abrigo da **Convenção de Valência** foram promotoras de apenas **5,7% do investimento realizado**. Todavia, esta participação está afetada pelo peso significativo do investimento ligado ao Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, da iniciativa dos dois governos centrais, sem o qual a participação destas entidades se limitaria a 2,6%.

Constata-se assim um aparente distanciamento entre os instrumentos de políticas públicas relativos às entidades vocacionadas para a cooperação transfronteiriça (AECT e Convenção de Valência) e as medidas programáticas de apoio financeiro ao investimento (Interreg).

10

O conjunto das intervenções realizadas no decurso do período 2000-2013 que, pela sua natureza, são suscetíveis de serem inseríveis no âmbito do objetivo temático OT6 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos, representa quase 36% do investimento realizado, surgindo o OT7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas como o segundo em volume de investimento.

<b>10</b>	<p>Este balanço, ainda que verificável em todas as áreas de cooperação, é moldado pela diversidade e especificidade de cada região e área de cooperação, destacando-se a Galiza-Norte de Portugal com o significativo peso das temáticas relativas ao OT1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação (20,4% do investimento realizado) e Castilla y Leon - Centro de Portugal, na qual 20,7% do investimento realizado se insere no OT3 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas.</p> <p>Apesar de se verificar uma significativa e positiva concentração temática, todas as áreas de cooperação evidenciam 3 a 5 objetivos temáticos com uma expressão financeira inferior no seu todo a 4%, o que favorece uma dispersão de recursos e uma menor focalização nas temáticas de cooperação mais relevantes.</p> <p><b>Esta dispersão de recursos é o resultado da atribuição de FEDER aos EM e à inevitável submissão às regras nacionais de orçamentação e disciplina financeira, que não teriam afetado o balanço do investimento realizado no período 2000-2013 se o FEDER tivesse sido atribuído diretamente aos programas com uma natureza verdadeiramente transfronteiriça.</b></p>
-----------	---

## 9.2 | RECOMENDAÇÕES

Com base nas conclusões mais relevantes, sinteticamente apresentadas, e em coerência com o exposto nos pontos anteriores e a informação de base que consta do anexo, formulam-se as seguintes recomendações, que têm como destinatários a Comissão Europeia nuns casos, as autoridades nacionais noutros, ou a autoridade de gestão do atual programa Interreg nos restantes:

<b>1</b>	<p><b>Definir o espaço de cooperação transfronteiriço como um espaço consolidado e coerente</b>, que corresponda à dinâmica de cooperação transfronteiriça, existente e potencial, e com uma dimensão suscetível de conferir um efetivo impacto aos programas de cooperação no território.</p> <p>O espaço de cooperação deverá ter uma estabilidade de médio-longo prazo e ser consagrado como instrumento de aplicação de políticas públicas, assumido pelos dois estados ao mais alto nível e com adequada vinculação, através de uma próxima <b>revisão da Convenção de Valência</b>, tendo aplicação nos programas de cooperação transfronteiriça.</p> <p>A identificação do espaço de cooperação transfronteiriço deverá ter por base o estudo técnico das dinâmicas de cooperação, estudo que a RIET pode desenvolver, obtendo a participação das entidades com experiência na cooperação transfronteiriça e também da Comissão Europeia e da OCDE.</p>
----------	--

<b>2</b>	<p><b>O critério para a distribuição dos recursos financeiros</b> a utilizar na preparação do próximo período de programação dos fundos europeus estruturais e de investimento deverá ter em conta a singularidade histórica, demográfica e socioeconómica deste espaço de cooperação e contribuir para a concretização dos objetivos da Política de Coesão, designadamente na convergência das regiões menos desenvolvidas.</p> <p><b>O critério “população” que tem vindo a ser utilizado pela UE é fortemente penalizador para o espaço de cooperação transfronteiriço entre Espanha e Portugal e tende a perpetuar as suas desvantagens socioeconómicas comparativamente com as restantes zonas transfronteiriças europeias.</b></p> <p>A Comissão Europeia deverá tomar a iniciativa de definir um novo critério com adequada oportunidade e participação pública para que seja mais equitativo e compatível com os objetivos da Política de Coesão e venha a ter uma efetiva utilização na configuração das novas perspetivas financeiras post 2020.</p> <p>A RIET pode colaborar ativamente com a Comissão Europeia na definição de um novo critério.</p>
----------	--

3	<p>A reduzida dimensão dos recursos financeiros alocados à cooperação territorial europeia recomendam que seja <b>promovida uma melhor e mais profunda articulação entre os programas de cooperação transfronteiriça e os programas operacionais regionais e temáticos nacionais</b> com incidência no território transfronteiriço.</p> <p>Esta articulação mais efetiva deverá ser promovida em dois planos complementares:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• No plano regulamentar europeu, consagrando a orientação de diferentes programas para os mesmos objetivos programáticos no mesmo espaço de cooperação, e a definição de mecanismos de acompanhamento, gestão e avaliação que assegurem a sua concretização;</li> <li>• No plano dos dois EM, promovendo, ainda para o atual período de programação, uma articulação que não existe na aplicação dos programas, designadamente na mobilização conjunta de fundos para prioridades e projetos identificados e para um acompanhamento articulado dos programas, em particular com os programas operacionais regionais e na plena utilização dos modelos de programação integrada previstos na regulamentação europeia, em particular das abordagens integradas de desenvolvimento territorial através do recurso ao Instrumento Investimento Territorial Integrado (ITI).</li> </ul> <p>No quadro da preparação do próximo período de programação, a Comissão Europeia deverá promover o aumento dos recursos orientados para a cooperação, bem como uma definição dos novos programas de forma mais articulada.</p>
4	<p><b>As dotações de FEEI deverão ser atribuídas ao programa e não aos EM.</b> Mesmo que seja invocada uma natureza indicativa, a atribuição de uma dotação para a cooperação transfronteiriça a cada um dos estados implica a submissão às regras nacionais.</p> <p>Será assim possível favorecer uma melhor articulação do princípio da transnacionalidade da cooperação transfronteiriça com o princípio da responsabilidade financeira dos EM pelos recursos que lhes são atribuídos.</p> <p>A concentração temática e a concretização dos objetivos programáticos serão também favorecidos. Os constrangimentos decorrentes do desnível de recursos afetos à cooperação por cada uma das partes poderão ser assim superados.</p>
5	<p><b>O modelo de gestão dos programas de cooperação transfronteiriça deverá atender às especificidades da cooperação</b> e da sua incidência supranacional, não podendo ser um simples decalque do modelo regulamentar previsto para os programas nacionais ou regionais do "main stream".</p> <p>As funções de gestão e de secretariado técnico, por um lado, e de auditoria e controlo por outro, deverão atender de facto à natureza supranacional dos programas de cooperação transfronteiriça, que pressupõe ainda um acompanhamento mais estratégico e mais próximo da sua realização articulada com os restantes programas incidentes no mesmo território.</p> <p>É necessário promover procedimentos de gestão mais simples e operacionais, aclarando o papel e as funções de cada órgão de gestão, em particular dos secretariados técnicos.</p> <p>Um novo modelo de gestão que melhor atenda e corresponda aos desafios e às exigências da cooperação transfronteiriça deverá ter consagração na regulamentação post 2020, a partir da auscultação pela Comissão Europeia das entidades com maior experiência acumulada numa oportunidade que permita a realização de experiências de gestão ainda no atual período 2014-2020.</p> <p>Este objetivo poderá ser favorecido através da <b>criação de uma rede europeia de entidades transfronteiriças que apoie a Comissão Europeia na definição de um modelo de gestão melhor adaptado.</b> Esta rede deverá favorecer a perspetiva do utilizador e não da atual gestão.</p>

6	<p>As entidades promotoras de iniciativas de cooperação transfronteiriça e, em particular, das <b>entidades criadas para a cooperação transfronteiriça com natureza jurídica e uma atividade permanente, devem ter uma maior participação</b> na definição dos objetivos e dos programas e no seu acompanhamento.</p> <p>No plano europeu, considera-se que a Comissão Europeia deve promover a criação de <b>um fórum europeu das entidades criadas para a cooperação transfronteiriça com natureza jurídica e uma atividade permanente</b>, com elas promovendo uma avaliação anual da cooperação territorial europeia nos vários espaços, constituindo-se como equivalente à figura do encontro anual da Comissão com cada um dos EM.</p>
7	<p><b>Os comités de acompanhamento deverão desempenhar um papel mais importante e efetivo no acompanhamento dos programas</b>, ainda no atual período de programação.</p> <p>A formalidade de cumprimento da exigência regulamentar de pelo menos uma reunião anual, o mero “visto” dado às propostas da autoridade de gestão e ausência de acompanhamento nos planos estratégico e operacional têm sido a marca do funcionamento deste órgão.</p> <p>Um modelo revisto do funcionamento, da representação e da organização do comité de acompanhamento do programa de cooperação transfronteiriça, no sentido de favorecer o seu papel no acompanhamento estratégico e operacional pressupõe e exige uma maior e mais efetiva participação das entidades criadas para a cooperação transfronteiriça com natureza jurídica e uma atividade permanente.</p> <p>Considera-se que a Comissão Europeia deverá expressar a sua disponibilidade para estudar e ensaiar novas modalidades de funcionamento e de valorização do comité de acompanhamento.</p> <p>A RIET deve disponibilizar-se para elaborar uma proposta de base.</p>
8	<p>O atual programa de cooperação transfronteiriça e a regulamentação europeia do post 2020 deverão desenvolver e aplicar um <b>modelo de convocatórias para a apresentação de candidaturas mais adaptado às exigências e particularidades da cooperação transfronteiriça</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Pré-qualificação dos promotores</b> das operações a apoiar, através de uma candidatura em duas fases, a primeira com base numa proposta síntese do projeto e a segunda fase, apenas para as ideias pré-selecionadas, com base na candidatura detalhada e completa;</li><li>• Favorecer a <b>apresentação e aprovação de planos de trabalho plurianuais</b>, em especial para as entidades criadas para a cooperação transfronteiriça com natureza jurídica e uma atividade permanente, melhorando assim a coerência estratégica do programa e a previsibilidade de atuação para os promotores da cooperação;</li><li>• Lançar <b>convocatórias mais focalizadas e orientadas por temáticas</b>, favorecendo-se uma melhor avaliação do mérito relativo das candidaturas apresentadas, um trabalho de análise melhor repartido ao longo do ano, com tempos de decisão mais curtos e ajustados às expectativas e necessidades dos promotores;</li><li>• <b>Limitar o número de candidaturas a apresentar por cada promotor</b>, favorecendo a concentração dos fundos aprovados para cada promotor;</li><li>• Facilitar o princípio da relação de cada operação com um objetivo específico e com os indicadores de resultado do eixo principal correspondente, evitando a redução artificial do impacto das operações que tendem a ter um leque amplo de ações.</li></ul>

9	<p>O circuito financeiro deverá ser agilizado sem quebra da necessária segurança. Mantendo-se a prática de os pagamentos serem feitos diretamente aos parceiros, com base em indicação do chefe de fila, o que foi prática inovadora introduzida neste espaço de cooperação, deve ser adotado o princípio de que, decorrido determinado período de tempo considerado adequado para a autoridade de gestão efetuar o controlo de gestão necessário, <b>no caso de as verificações de gestão não estarem concluídas nesse prazo, deve o pedido de pagamento ser convertido automaticamente em pagamento a título de adiantamento.</b></p> <p>Como referência para esta medida poderá ser utilizado a prática seguida por Portugal que consagrou o prazo de trinta dias para que o pagamento seja convertido em adiantamento, sem prejuízo de a autoridade de gestão prosseguir as verificações de gestão e adotar as conclusões a que chegar.</p>
10	<p><b>A validação das despesas associadas à realização das operações deverá ser baseada em procedimentos específicos</b> e numa clarificação das funções exercidas pela autoridade de gestão e pelo secretariado conjunto.</p> <p>Os manuais de gestão do programa, que integrem a descrição do sistema de gestão e controlo, devem prever normas claras sobre a elegibilidade das despesas. O processo de aprovação destes manuais deve beneficiar de uma participação alargada das entidades que acompanham e participam na realização do programa, aproveitando a sua experiência na cooperação.</p> <p>A regulamentação comunitária, ao consagrar na prática a prevalência das regras administrativas de cada um dos EM, permitiu que a essas regras acresçam as regras específicas do programa de cooperação transfronteiriça, não resultando desse acréscimo de burocracia o reforço da segurança do programa.</p> <p>Considera-se que a autoridade de gestão deve promover um estudo de avaliação independente que envolva a participação das entidades com experiência na realização de projetos de cooperação transfronteiriça.</p> <p>A RIET deve apresentar formalmente esta proposta à autoridade de gestão mas considera que deve ser reforçada com uma indicação favorável da Comissão Europeia em sede de comité de acompanhamento.</p>
11	<p><b>As entidades criadas para a cooperação transfronteiriça, com natureza jurídica e uma atividade permanente, devem dispor de um regime jurídico e fiscal próprio</b> que atenda à natureza e âmbito supranacional da sua atuação, que não deverá estar condicionada ao regime aplicável em função do local da sua sede.</p> <p>Sem a consagração deste princípio, os AECT e, em geral, as restantes entidades dotadas de personalidade jurídica, terão uma atuação muito limitada e com fortes constrangimentos, sendo estimulados a práticas indesejáveis de simulação da realidade.</p> <p>A definição de um regime jurídico e fiscal próprio para estas entidades tem consagração na revisão do Regulamento (EU) nº 1302/2013, relativamente aos AECT e na revisão da Convenção de Valência, relativamente às restantes entidades criadas para a cooperação transfronteiriça, com natureza jurídica e uma atividade permanente.</p> <p>A RIET deve apresentar formalmente esta proposta junto da Comissão Europeia, relativamente ao Regulamento (EU) nº 1302/2013, e junto dos governos de Espanha e de Portugal, relativamente à revisão da Convenção de Valência.</p>

12	<p>Os <b>procedimentos legais previstos para a criação e reconhecimento dos AECT</b> carecem de uma <b>significativa simplificação e de fixação de prazos de resposta</b> das administrações envolvidas.</p> <p>Ainda que se possa compreender que num primeiro momento a legislação em causa estivesse orientada para a criação de novas entidades, considera-se que <b>deve ser favorecida a evolução de entidades já existentes</b>, através da definição de um procedimento simplificado para a conversão em AECT.</p> <p>A RIET deve apresentar formalmente esta proposta junto da Comissão Mista Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça.</p>
13	<p>Decorrendo das recomendações já formuladas e reiterando-se o reconhecimento dos efeitos positivos que motivou, considera-se que a <b>Convenção de Valência deverá ser objeto de uma significativa revisão e atualização</b>, tarefa que incumbe à Comissão Mista Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça mas que deverá promover a participação ativa das entidades criadas para a cooperação transfronteiriça:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Identificação de um espaço de cooperação transfronteiriço estável e coerente,</li><li>• Definição de um regime jurídico e fiscal próprio para as entidades criadas para a cooperação transfronteiriça, com natureza jurídica e uma atividade permanente,</li><li>• Procedimentos para a criação, conversão e reconhecimento dos AECT.</li></ul> <p>A RIET deve expressar a sua disponibilidade para colaborar nos trabalhos de revisão da Convenção de Valência, apresentando proposta fundamentada.</p>

**ANEXO | 1 – BALANÇO DE 2 CICLOS DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL  
EUROPEIA 2000 – 2013**



## ANEXO | 1 – BALANÇO DE 2 CICLOS DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA 2000 – 2013

Informação de base obtida a partir dos relatórios anuais dos programas Interreg:

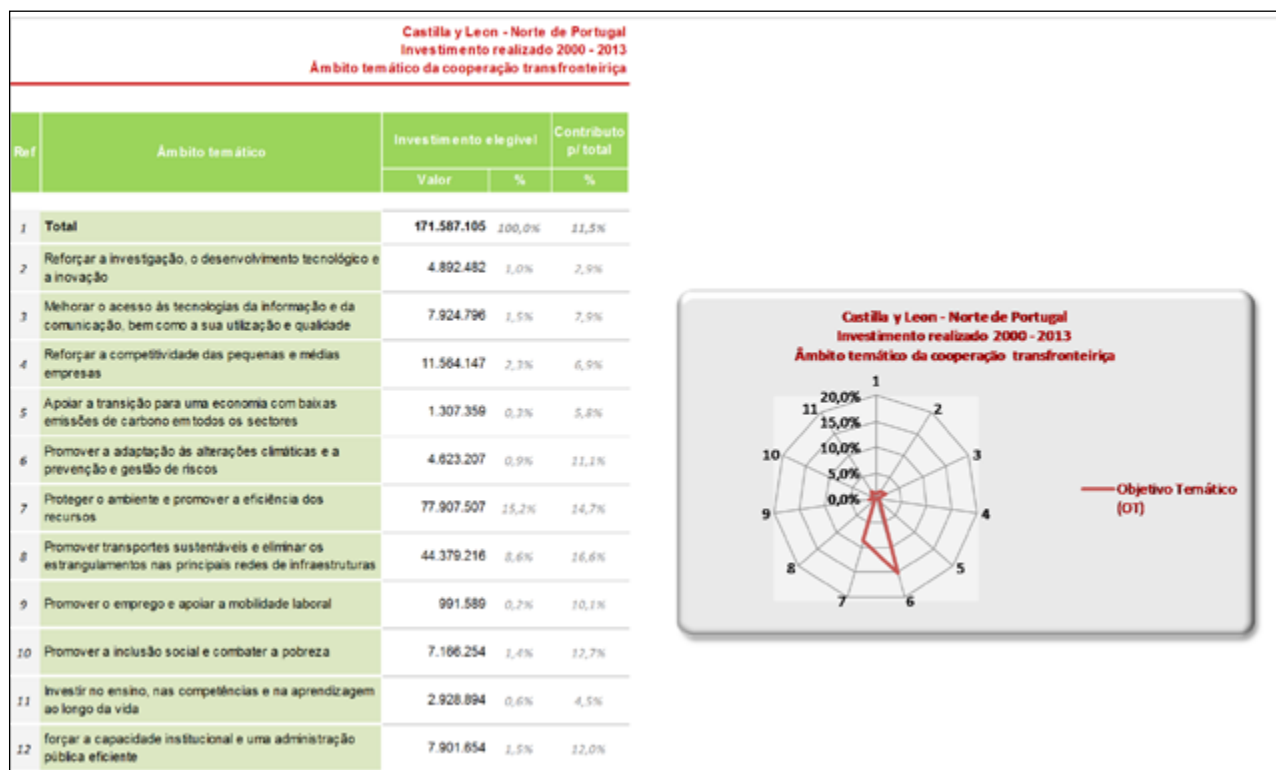
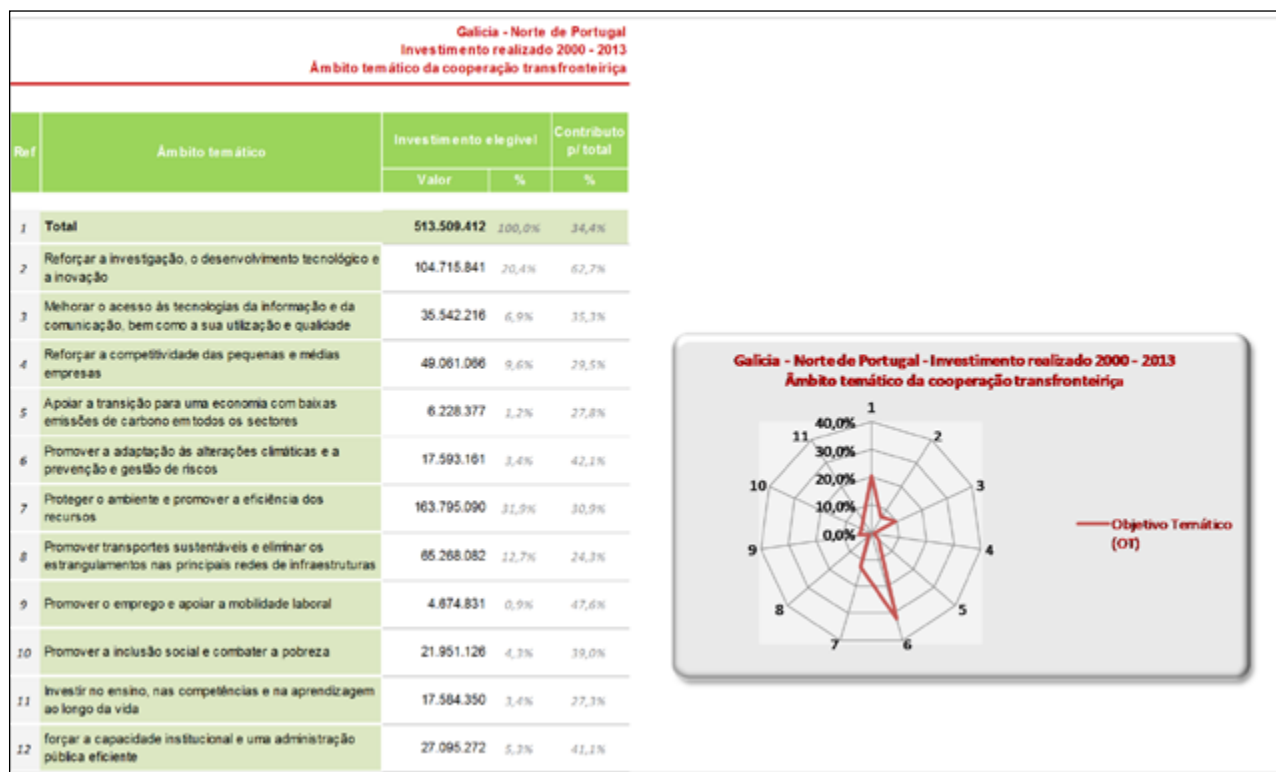
**Quadro 13:** Investimento realizado 2000 - 2013

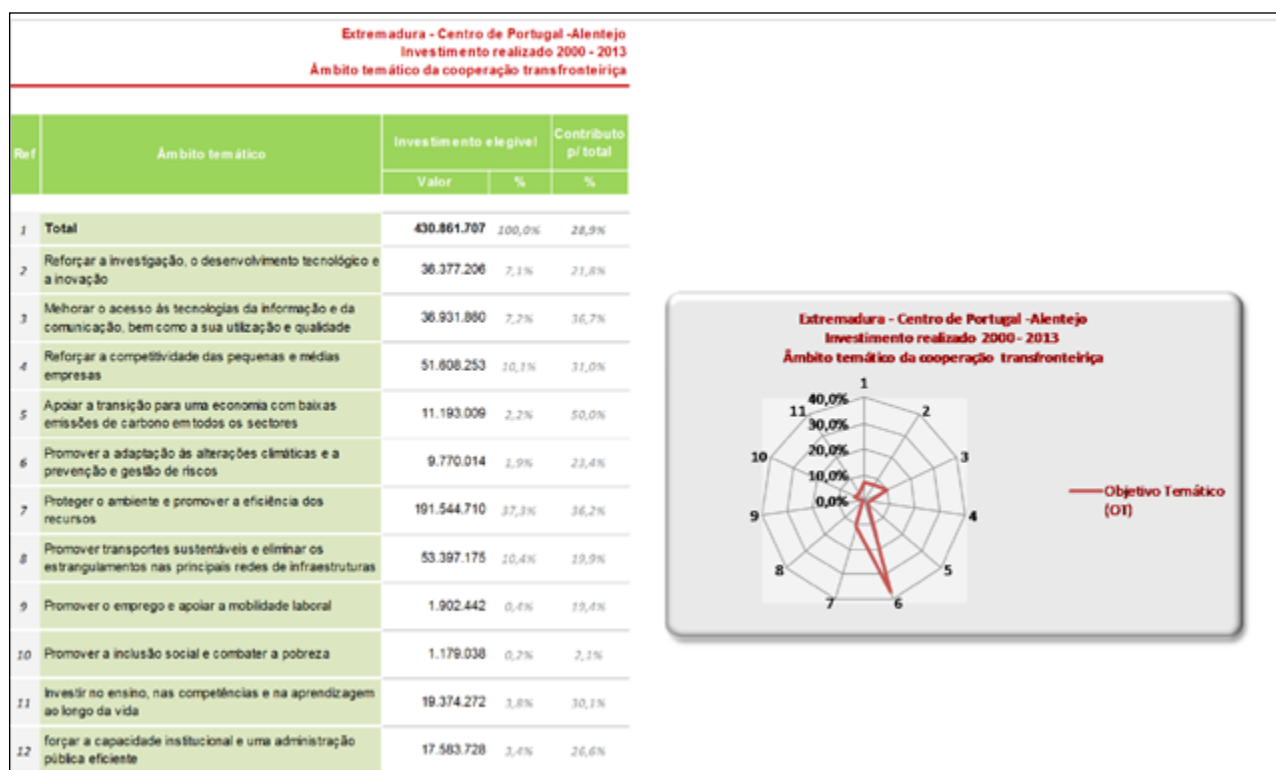
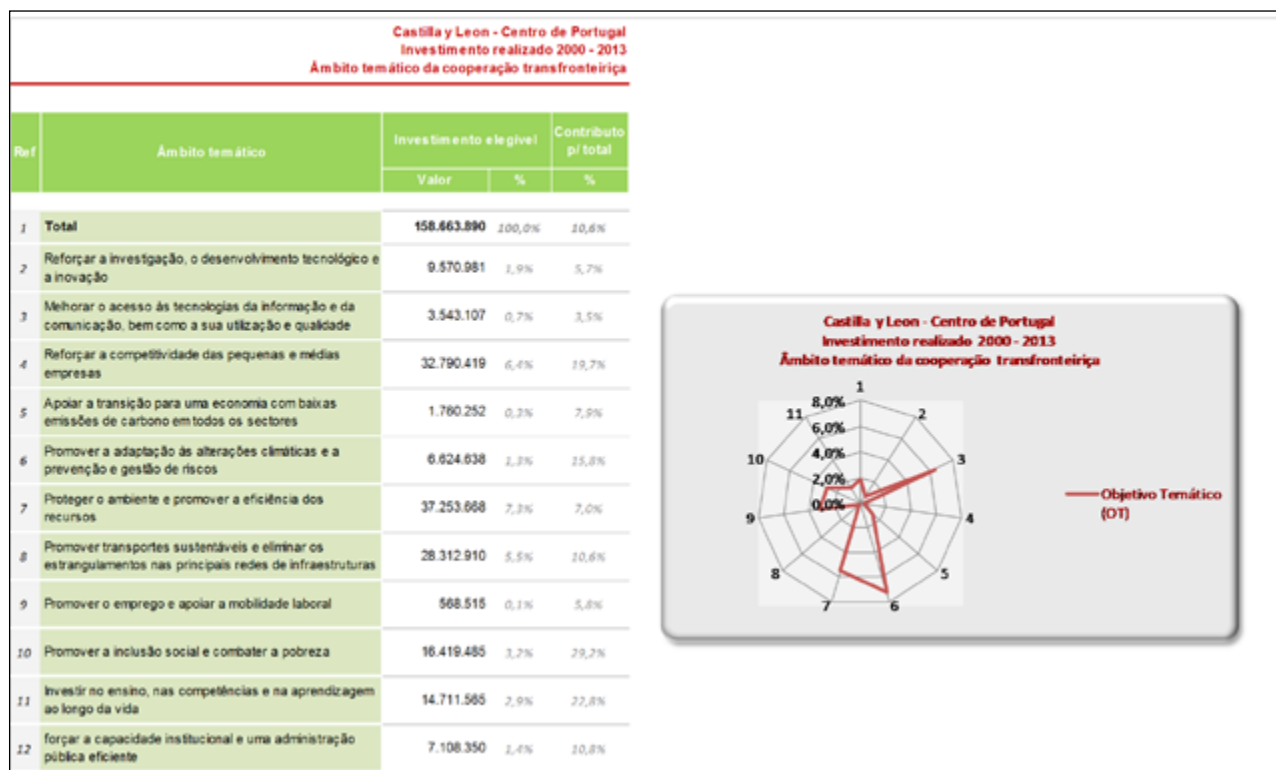
Investimento realizado 2000 - 2013 Áreas de cooperação transfronteiriça									
Ref	Área de cooperação	Investimento elegível		FEB	Parceiros		Operações		
		Valor	%	Valor	nº	%	nº	%	Investimento médio
<b>Total</b>		<b>1.491.999.223</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.094.152.343</b>	<b>1.063</b>	<b>100,0%</b>	<b>730</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.043.835</b>
1	Galícia - Norte de Portugal	513.509.412	34,4%	378.638.390	400	37,6%	221	30,3%	2.323.572
2	Castilla y Leon - Norte de Portugal	171.587.105	11,5%	127.808.279	101	9,5%	98	13,4%	1.750.889
3	Castilla y Leon - Centro de Portugal	158.663.890	10,6%	108.682.526	121	11,4%	95	13,0%	1.670.146
4	Extremadura - Centro de Portugal - Alentejo	430.861.707	28,9%	319.646.254	247	23,2%	150	20,5%	2.872.411
5	Andaluzia - Alentejo - Algarve	217.377.109	14,6%	159.378.895	194	18,3%	166	22,7%	1.309.501

**Quadro 14:** Âmbito temático da cooperação transfronteiriça

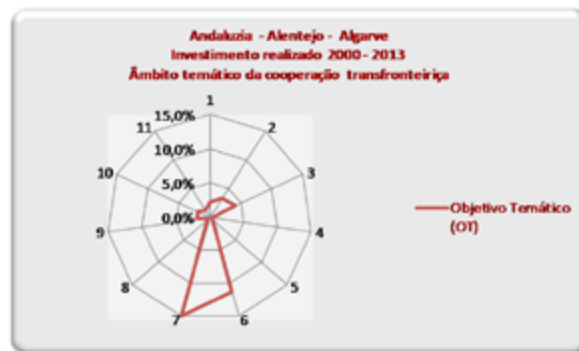
Investimento realizado 2000 - 2013 Âmbito temático da cooperação transfronteiriça													
Ref	Âmbito temático	Investimento realizado											
		Total		Galícia - Norte de Portugal		Castilla y Leon - Norte de Portugal		Castilla y Leon - Centro de Portugal		Extremadura - Centro de Portugal - Alentejo		Andaluzia - Alentejo - Algarve	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Total</b>		<b>1.491.999.223</b>	<b>100,0%</b>	<b>513.509.412</b>	<b>100,0%</b>	<b>171.587.105</b>	<b>100,0%</b>	<b>158.663.890</b>	<b>100,0%</b>	<b>430.861.707</b>	<b>100,0%</b>	<b>217.377.109</b>	<b>100,0%</b>
1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	566.896.671	37,9%	104.715.841	20,4%	4.892.482	2,9%	9.570.981	6,0%	36.377.206	8,4%	11.340.160	5,2%
2	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	100.657.896	6,7%	35.542.216	6,9%	7.924.796	4,6%	3.543.107	2,2%	36.931.860	8,6%	16.715.916	7,7%
3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	166.428.182	11,2%	40.061.066	7,8%	11.564.147	6,7%	32.790.419	20,7%	51.608.253	12,0%	21.404.296	9,8%
4	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores	22.378.635	1,5%	6.228.377	1,2%	1.307.359	0,8%	1.700.262	1,1%	11.193.009	2,6%	1.889.638	0,9%
5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	41.786.412	2,8%	17.593.161	3,4%	4.623.207	2,7%	6.624.638	4,2%	9.770.014	2,3%	3.187.391	1,5%
6	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	529.225.502	35,5%	163.795.090	31,9%	77.907.507	45,4%	37.253.668	23,5%	191.544.710	44,5%	58.724.527	27,0%
7	Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	268.151.749	18,0%	65.268.062	12,7%	44.379.216	25,9%	28.312.910	17,8%	63.367.175	14,8%	76.794.366	35,3%
8	Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	9.817.009	0,7%	4.674.831	9,1%	991.589	0,5%	588.515	0,4%	1.902.442	0,4%	1.679.093	0,8%
9	Promover a inclusão social e combater a pobreza	66.239.775	4,4%	21.951.126	4,3%	7.166.254	4,2%	16.419.485	10,3%	1.179.038	0,3%	9.523.872	4,4%
10	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	64.405.741	4,3%	17.584.350	3,4%	2.928.694	1,7%	14.711.565	9,3%	19.374.372	4,5%	9.606.000	4,5%
11	Forçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente	65.999.592	4,4%	27.095.272	5,3%	7.901.654	4,6%	7.108.350	4,5%	17.583.726	4,1%	6.310.589	2,9%

**Quadro 15:** Âmbito temático da cooperação transfronteiriça por AC





Andaluzia - Alentejo - Algarve Investimento realizado 2000 - 2013 Âmbito temático da cooperação transfronteiriça				
Ref	Âmbito temático	Investimento e legível		Contributo
		Valor	%	pl total
1	<b>Total</b>	<b>217.377.109</b>	<b>100,0%</b>	<b>14,6%</b>
2	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	11.340.160	2,2%	6,6%
3	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	16.715.916	3,3%	16,6%
4	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	21.404.296	4,2%	12,9%
5	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores	1.889.638	0,4%	8,4%
6	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	3.187.391	0,6%	7,6%
7	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	58.724.527	11,4%	11,1%
8	Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	76.794.366	15,0%	28,6%
9	Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	1.679.693	0,3%	17,1%
10	Promover a inclusão social e combater a pobreza	9.523.872	1,9%	16,9%
11	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	9.806.660	1,9%	15,2%
12	forçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente	6.310.589	1,2%	9,6%



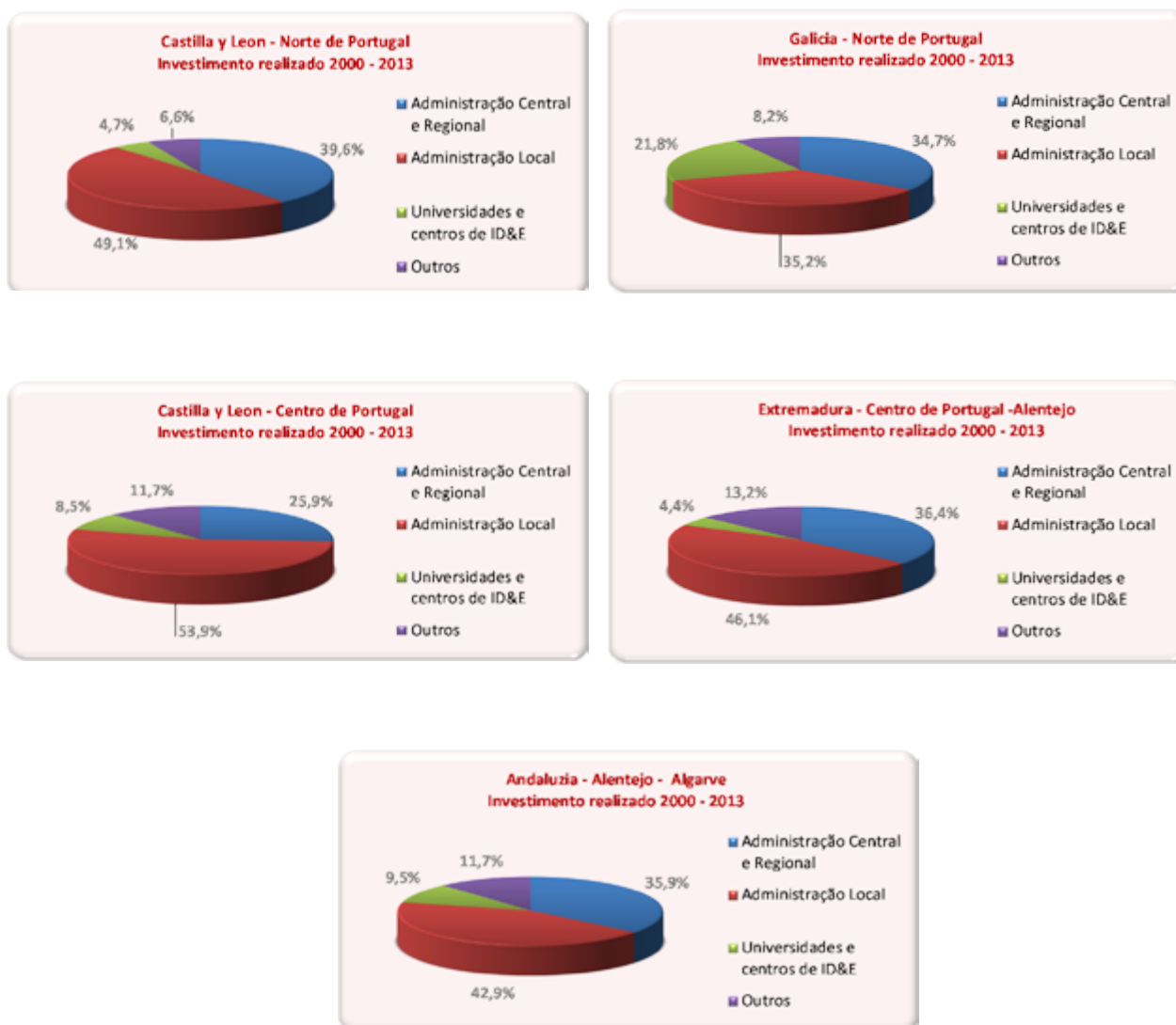
Quadro 16: Investimento realizado por tipologia de promotor

Investimento realizado 2000 - 2013									
Natureza jurídica dos promotores									
Ref	Tipologia de promotores	Investimento elegível			FEB	Parceiros		Operações	
		Valor	%	Valor médio	Valor	nº	%	nº	%
	<b>Total</b>	<b>1.491.999.223</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.043.835</b>	<b>1.094.152.343</b>	<b>1.063</b>	<b>100,0%</b>	<b>730</b>	<b>100,0%</b>
1	Administração central, incluindo desconcentrada, e Administração Regional	522.029.124	35,0%	1.450.081	383.120.337	262	24,6%	360	49,3%
2	Administração Local, incluindo entidades por si promovidas	642.210.926	43,0%	3.029.297	470.336.726	319	30,0%	212	29,0%
3	Universidades, instituições universitárias e centros de ID&E	173.393.331	11,6%	2.222.991	125.022.033	128	12,0%	78	10,7%
4	Outros	154.365.842	10,3%	1.929.573	115.673.247	354	33,3%	80	11,0%

Investimento realizado 2000 - 2013							
Dinâmica da cooperação transfronteiriça							
Ref	Tipologia de promotores	Operações			Parceiros		
		Investimento elegível médio	Contribuição média FEDER	Recursos próprios média	Investimento elegível médio	Contribuição média FEB	Recursos próprios
	<b>Total</b>	<b>2.043.835</b>	<b>1.498.839</b>	<b>544.996</b>	<b>1.403.574</b>	<b>1.029.306</b>	<b>374.268</b>
1	Administração central, incluindo desconcentrada, e Administração Regional	1.450.081	1.064.223	385.858	1.992.478	1.462.291	530.186
2	Administração Local, incluindo entidades por si promovidas	3.029.297	2.218.569	810.727	2.013.200	1.474.410	536.791
3	Universidades, instituições universitárias e centros de ID&E	2.222.991	1.602.847	620.145	1.354.635	976.735	377.901
4	Outros	1.929.573	1.445.916	483.657	436.062	326.761	109.301

Investimento realizado 2000 - 2013											
Iniciativa dos promotores em cada área de cooperação transfronteiriça											
Ref	Tipologia dos promotores	Galicia - Norte de Portugal		Castilla y Leon - Norte de Portugal		Castilla y Leon - Centro de Portugal		Extremadura - Centro de Portugal - Alentejo		Andaluzia - Alentejo - Algarve	
		Investimento elegível		Investimento elegível		Investimento elegível		Investimento elegível		Investimento elegível	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	<b>Total</b>	<b>513.509.412</b>	<b>100,0%</b>	<b>171.587.105</b>	<b>100,0%</b>	<b>158.663.890</b>	<b>100,0%</b>	<b>430.861.707</b>	<b>100,0%</b>	<b>217.377.109</b>	<b>100,0%</b>
1	Administração central, incluindo desconcentrada, e Administração Regional	178.396.657	34,7%	67.867.924	39,6%	41.133.594	25,9%	156.662.945	36,4%	77.968.004	35,9%
2	Administração Local, incluindo entidades por si promovidas	180.703.960	35,2%	84.276.173	49,1%	85.507.516	53,9%	198.457.516	46,1%	93.265.761	42,9%
3	Universidades, instituições universitárias e centros de ID&E	112.151.069	21,8%	8.078.222	4,7%	13.445.185	8,5%	19.057.626	4,4%	20.661.230	9,5%
4	Outros	42.257.726	8,2%	11.364.787	6,6%	18.577.595	11,7%	56.683.619	13,2%	25.482.115	11,7%

**Quadro 17:** Investimento realizado por tipologia de promotor e AC



Quadro 18: Investimento realizado por tipologia de promotor e OT

Investimento realizado 2000 - 2013									
Contributo do promotores por âmbito temático da cooperação transfronteiriça									
Ref	Âmbito temático	Adm inistração central, incluindo des concentrada, e Adm inistração Regional		Administração Local, incluindo entidades por si promovidas		Universidades, instituições universitárias e centros de ID&E		Outros	
		Investimento elegível		Investimento elegível		Investimento elegível		Investimento elegível	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	<b>Total</b>	<b>522.029.124</b>	<b>100,0%</b>	<b>642.210.926</b>	<b>100,0%</b>	<b>173.393.331</b>	<b>100,0%</b>	<b>154.365.842</b>	<b>100,0%</b>
1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	55.414.421	10,6%	23.966.629	3,7%	83.469.027	48,1%	4.046.595	2,6%
2	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	49.286.844	9,4%	18.111.428	2,8%	20.387.515	11,8%	12.872.109	8,3%
3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	19.739.343	3,8%	91.433.392	14,2%	26.477.735	15,3%	28.777.712	18,6%
4	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores	6.033.980	1,2%	8.282.945	1,3%	3.066.960	1,8%	4.994.750	3,2%
5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	21.698.612	4,2%	10.568.901	1,6%	6.845.840	3,9%	2.685.058	1,7%
6	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	167.385.196	32,1%	288.108.322	44,9%	17.816.305	10,3%	55.915.680	36,2%
7	Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	112.845.295	21,6%	147.173.794	22,9%	194.009	0,1%	7.938.651	5,1%
8	Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	2.429.838	0,5%	1.925.948	0,3%	398.766	0,2%	5.062.516	3,3%
9	Promover a inclusão social e combater a pobreza	29.837.486	5,7%	8.775.393	1,4%	874.475	0,5%	16.752.421	10,9%
10	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	25.849.263	5,0%	16.178.388	2,5%	12.409.907	7,2%	9.968.182	6,5%
11	forçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente	31.508.846	6,0%	27.665.785	4,3%	1.452.793	0,8%	5.352.169	3,5%

Quadro 19: Origem do FEDER

Investimento realizado 2000 - 2013 Origem do apoio de FEDER								
Ref	Área de cooperação	Contributo total p/ região	Espanha			Portugal		
			Apoio FEDER		Contributo p/ região	Apoio FEDER		Contributo p/ região
			Valor	%		Valor	%	
<b>Total</b>		100,0%	<b>725.744.332</b>	100,0%	66,3%	<b>368.408.011</b>	100,0%	33,7%
1	Galicia - Norte de Portugal	34,6%	263.915.098	36,4%	69,7%	114.721.292	31,1%	30,3%
2	Castilla y Leon - Norte de Portugal	11,7%	86.126.734	11,9%	67,4%	41.681.545	11,3%	32,6%
3	Castilla y Leon - Centro de Portugal	9,9%	67.555.359	9,3%	62,2%	41.127.166	11,2%	37,8%
4	Extremadura - Centro de Portugal - Alentejo	29,2%	217.391.773	30,0%	68,0%	102.254.480	27,8%	32,0%
5	Andaluzia - Alentejo - Algarve	14,6%	90.755.367	12,5%	56,9%	68.623.528	18,6%	43,1%

Quadro 20: Participação das entidades vocacionadas para a cooperação transfronteiriça

Investimento realizado 2000 - 2013 Participação de entidades vocacionadas para a cooperação transfronteiriça						
Ref	Área de cooperação	Investimento elegível		FEB	Operações	
		Valor	%	Valor	nº	Valor médio
<b>Total</b>		<b>85.740.295</b>	<b>5,7%</b>	<b>59.305.835</b>	<b>38</b>	<b>1.560.680</b>
1	Galicia - Norte de Portugal	66.244.854	12,9%	44.684.254	18	2.482.459
2	Castilla y Leon - Norte de Portugal	3.528.404	2,1%	2.646.303	6	441.051
3	Castilla y Leon - Centro de Portugal	4.803.815	3,0%	3.602.861	5	720.572
4	Extremadura - Centro de Portugal - Alentejo	9.125.086	2,1%	6.843.814	6	1.140.636
5	Andaluzia - Alentejo - Algarve	2.038.137	0,9%	1.528.603	3	509.534

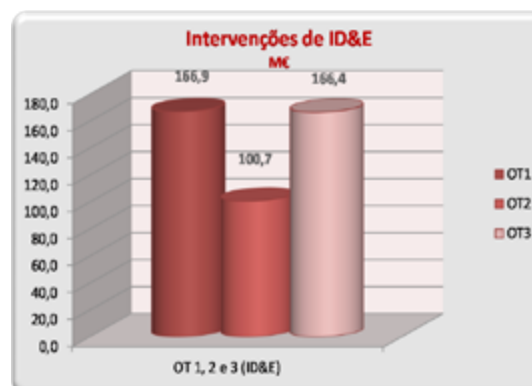
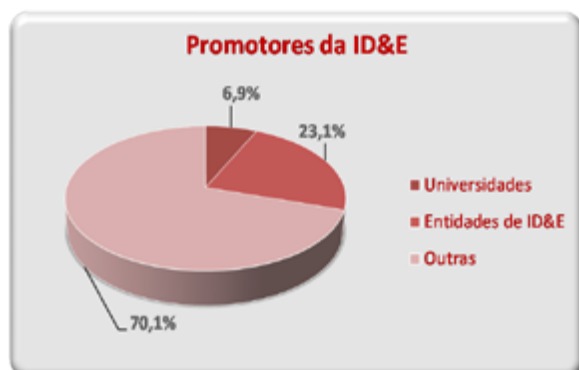
**Quadro 21:** Dimensão financeira das intervenções

Investimento realizado 2000 - 2013													
Dimensão financeira das intervenções													
Ref	Área de cooperação	< 300.000		300.001 a 500.000		500.001 a 1.000.000		1.000.001 a 2.000.000		2.000.001 a 5.000.000		> 5.000.001	
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
	<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>100,0%</b>	<b>97</b>	<b>100,0%</b>	<b>164</b>	<b>100,0%</b>	<b>170</b>	<b>100,0%</b>	<b>139</b>	<b>100,0%</b>	<b>63</b>	<b>100,0%</b>
1	Galicia - Norte de Portugal	19	19,6%	25	25,8%	52	31,7%	62	36,5%	43	30,9%	20	31,7%
2	Castilla y Leon - Norte de Portugal	15	15,5%	10	10,3%	19	11,6%	26	15,3%	17	12,2%	11	17,5%
3	Castilla y Leon - Centro de Portugal	10	10,3%	16	16,5%	27	16,5%	24	14,1%	14	10,1%	4	6,3%
4	Extremadura - Centro de Portugal - Alentejo	21	21,6%	14	14,4%	21	12,8%	27	15,9%	44	31,7%	23	36,5%
5	Andaluzia - Alentejo - Algarve	32	33,0%	32	33,0%	45	27,4%	31	18,2%	21	15,1%	5	7,9%

Investimento realizado 2000 - 2013													
Dimensão financeira das intervenções													
Ref	Investimento (custo total)	Total		Galicia - Norte de Portugal		Castilla y Leon - Norte de Portugal		Castilla y Leon - Centro de Portugal		Extremadura - Centro de Portugal - Alentejo		Andaluzia - Alentejo - Algarve	
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
	<b>Total</b>	<b>730</b>	<b>100,0%</b>	<b>221</b>	<b>100,0%</b>	<b>98</b>	<b>100,0%</b>	<b>95</b>	<b>100,0%</b>	<b>150</b>	<b>100,0%</b>	<b>166</b>	<b>100,0%</b>
1	< 300.000	97	13,3%	19	8,6%	15	15,3%	10	10,5%	21	14,0%	32	19,3%
2	De 300.001 a 500.000	97	13,3%	25	11,3%	10	10,2%	16	16,8%	14	9,3%	32	19,3%
3	De 500.001 a 1.000.000	164	22,5%	52	23,5%	19	19,4%	27	28,4%	21	14,0%	45	27,1%
4	De 1.000.001 a 2.000.000	170	23,3%	62	28,1%	26	26,5%	24	25,3%	27	18,0%	31	18,7%
5	De 2.000.001 a 5.000.000	139	19,0%	43	19,5%	17	17,3%	14	14,7%	44	29,3%	21	12,7%
6	> 5.000.001	63	8,6%	20	9,0%	11	11,2%	4	4,2%	23	15,3%	5	3,0%

Quadro 22: ID&E

Investimento realizado 2000 - 2013						
Temas de ID&E e participação das organizações empresariais						
Âmbito temático	Investimento elegível		Parceiros		Operações	
	Valor	%	nº	%	nº	%
<b>Total dos OT</b>	<b>1.491.999.223</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.063</b>	<b>100,0%</b>	<b>730</b>	<b>100,0%</b>
<b>OT 1, 2 e 3</b>	<b>433.982.748</b>	<b>29,1%</b>	<b>823</b>	<b>77,4%</b>	<b>191</b>	<b>26,2%</b>
Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	166.896.671	11,2%	271	25,5%	70	9,6%
Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	100.657.895	6,7%	248	23,3%	46	6,3%
Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	166.428.182	11,2%	304	28,6%	75	10,3%
<b>Universidades, instituições universitárias e centros de ID&amp;E</b>	<b>130.334.277</b>	<b>8,7%</b>	<b>730</b>	<b>68,7%</b>		
Universidades e instituições de ensino superior	29.796.675	2,0%	146	13,7%		
Entidades de ID&E	100.152.602	6,7%	112	10,5%		
Outras	304.033.471	20,4%	565	53,2%		



**Quadro 23:** Dimensão média das intervenções

<b>Investimento realizado 2000 - 2013</b>				
<b>Intervenções realizadas</b>				
Ref	Âmbito temático	Operações		
		nº	%	Dimensão média
	<b>Total</b>	<b>730</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.043.835</b>
1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	70	9,6%	2.384.238
2	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	46	6,3%	2.188.215
3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	75	10,3%	2.220.625
4	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores	23	3,2%	972.984
5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	26	3,6%	1.607.631
6	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	251	34,4%	2.107.995
7	Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	45	6,2%	5.958.928
8	Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	17	2,3%	577.475
9	Promover a inclusão social e combater a pobreza	57	7,8%	986.663
10	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	55	7,5%	1.171.013
11	forçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente	65	8,9%	1.015.378

Quadro 24: Intervenções promovidas por “outros”

Investimento realizado 2000 - 2013													
Iniciativas dos promotores integradas na natureza jurídica "outros"													
Ref	Âmbito temático	Organizações empresariais e sindicais		Organizações com finalidade económica		Organizações de desenvolvimento regional		Fundações		ONG e outras organizações sem finalidade económica		Outros	
		Investimento elegível											
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Total</b>		<b>26.653.452</b>	<b>100,0%</b>	<b>50.150.979</b>	<b>100,0%</b>	<b>12.344.677</b>	<b>100,0%</b>	<b>37.445.714</b>	<b>100,0%</b>	<b>21.429.186</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.850.642</b>	<b>100,0%</b>
1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	968.345	3,6%	1.599.681	3,2%	76.699	0,6%	229.224	0,6%	43.863	0,2%	1.062.579	38,3%
2	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	2.842.940	10,7%	2.511.757	5,0%	2.012.578	16,3%	1.060.234	2,8%	2.951.958	13,8%	27.689	1,0%
3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	12.421.565	46,6%	13.106.409	26,1%	1.464.109	11,9%	1.509.507	4,0%	276.123	1,3%		0,0%
4	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores	927.488	3,5%	1.350.262	2,7%	1.976.878	16,0%	615.047	1,6%		0,0%		0,0%
5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos		0,0%	1.502.097	3,0%	617.851	5,0%	564.310	1,5%		0,0%		0,0%
6	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	1.789.380	6,7%	23.169.455	46,2%	4.664.993	37,8%	19.613.346	52,4%	6.415.668	29,9%	36.000	1,3%
7	Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas		0,0%	4.398.269	8,8%	33.333	0,3%	3.254.048	8,7%	253.000	1,2%		0,0%
8	Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	2.986.286	11,2%	349.548	0,7%	60.000	0,5%	306.202	0,8%	1.360.460	6,3%		0,0%
9	Promover a inclusão social e combater a pobreza	619.309	2,3%	455.250	0,9%	202.969	1,6%	5.373.781	14,4%	9.413.869	43,9%	687.213	24,1%
10	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	3.116.041	11,7%	1.707.150	3,4%	747.515	6,1%	3.045.244	8,1%	557.100	2,6%	319.160	11,2%
11	Fortalecer a capacidade institucional e uma administração pública eficiente	982.100	3,7%		0,0%	487.753	4,0%	1.874.772	5,0%	157.074	0,7%	688.000	24,1%

**ANEXO | 2 – BOAS PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA  
2000-2013**



## ANEXO | 2 – BOAS PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA 2000-2013

### 1 | AS INFRAESTRUTURAS QUE FAVORECEM A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

PICERGOY  
Ponte internacional sobre o Rio Minho entre Vila Nova de Cerveira e Goian



Construção de uma obra de arte especial, em betão armado pré-esforçado sobre o Rio Minho, entre Vila Nova de Cerveira (Portugal) e Goian (Espanha) que apresenta um desenvolvimento total de 433 metros entre eixos de apoio extremos.

Investimento total	<b>7.338.215 €</b>	Apoio FEDER	<b>5.503.661 €</b>
--------------------	--------------------	-------------	--------------------

Construção de uma ponte sobre o rio Minho, entre Vila Nova de Cerveira e Goian, permitindo a melhoria da permeabilidade dos espaços transfronteiriços, aumentando a eficiência entre os dois centros urbanos. Facilita a integração económica e de mercado aumentando o fluxo de relações económicas e dos visitantes entre ambos os países, incluindo o turismo.

Instituto das Estradas de Portugal  
 Direção Geral de Obras Públicas da Junta da Galiza

### 2 | UMA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE PROXIMIDADE

Eurocidade Chaves - Verin



Promover a cooperação e integração económica e social

Investimento total	<b>1.333.578 €</b>	Apoio FEDER	<b>1.000.184 €</b>
--------------------	--------------------	-------------	--------------------

Reforçar o programa Eurocidade Chaves - Verin para a criação de oferta de serviços sanitários, culturais e de lazer comuns. Maior mobilidade da fronteira, contato entre pessoas e organizações, integração de políticas e reforço da consciência de pertencer a uma eurocidade.

Operacionalização do AECT Eurocidade Chaves-Verin. Potenciar a eurocidade e a organização comum de eventos. Dinamização económica da eurocidade. Estrutura de gestão de interesse comum. Funcionamento de um balcão da Eurocidade para prestação de serviços. Oferta conjunta de atividades desportivas, culturais e de lazer. Aumento dos trânsitos internos na Eurocidade. Melhoria da qualidade de vida.

DX Xuventude e Voluntariado (GA); Deputação de Orense; Município de Verin  
 Câmara Municipal de Chaves; Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular; Instituto Português da Juventude

RED CERLEM

Rede transfronteiriça de centros de reabilitação laboral para pessoas com doenças mentais



Rede transfronteiriça de centros de reabilitação laboral para pessoas com doença mental de evolução grave e prolongada, situada entre a região do Alto Trás-os-Montes e a província de Zamora

Investimento total

2.755.604 €

Apoio FEDER

2.066.703 €

Reparação dos imóveis da Quinta da Trajinha com o objetivo de criar uma unidade de internamento e oficinas de trabalho para doentes de evolução prolongada psiquiátrica. Construção de uma Unidade de Doentes de Evolução Prolongada (UDEP) e de uma Unidade de Vida Autónoma (UVA). Implementação de oficinas de reabilitação. Integração de doentes e sua formação.

Junta de Castilla y Leon, Gerencia Regional de Saúde  
Hospital Distrital de  
Bragança  
Fundación INTRAS  
Asociación de Empresas Sociales de Castilla y León Enfermedad

CALENO

Telemedicina em Castilla y Leon e no Nordeste Transmontano



Resposta à necessidade de melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde dos cidadãos da região de fronteira do Norte de Portugal e Castela e Leão, por força da carência de infraestruturas e a forte dispersão geográfica

Investimento total

1.469.946 €

Apoio FEDER

1.102.460 €

Implementada uma rede de telemedicina na região de Trás-os-Montes e Alto Douro e Castela e Leão, que contribui para minorar os constrangimentos existentes, facilitando o acesso a consultas de especialidade sem necessidade de grandes deslocações físicas e permite rentabilizar os equipamentos e recursos existentes.

Inclui as áreas de radiologia, dermatologia, psiquiatria e alcoolismo.


Junta de Castilla y Leon, Gerencia Regional de Saúde  
Administração Regional de Saúde do Norte

### 3 | A GESTÃO PARTILHADA DOS RECURSOS E DO TERRITÓRIO

<b>PREVINFO</b>			
<b>Estratégia coordenada transfronteiriça de prevenção e luta contra incêndios</b>			
	<p>Promover uma ligação racional entre as intervenções na floresta que incentivem a proteção do ambiente, incluindo a prevenção e combate a incêndios e garantir níveis de aproveitamento económico adequados para sustentar o rendimento das populações rurais.</p>		
<b>Investimento total</b>	<b>3.065.333 €</b>	<b>Apoio FEDER</b>	<b>2.299.000 €</b>
<p>Prevenção e combate a incêndios e garantir níveis de aproveitamento económico adequados para sustentar o rendimento das populações rurais. Lançamento de intervenções destinadas ao planeamento e gestão coordenada dos recursos naturais. Promoção de ações destinadas a proteger e conservar o meio ambiente, incluindo a gestão e reabilitação dos recursos naturais comuns. Facilitar a cooperação em matéria de gestão florestal, caça e pesca. Construção de um heliporto.</p>			
<p>Consejería de Desarrollo Rural, Junta de Extremadura; Ayuntamiento de la Codosera; Deputação de Cáceres Ayuntamiento Valencia de Alcántara; Ayuntamiento de Alcántara; Câmara Municipal de Nisa Câmara Municipal de Idanha-a-Nova; Câmara Municipal de Portalegre; Associação de Municípios do Norte Alentejano Câmara Municipal do Fundão; Câmara Municipal de Penamacor</p>			

<b>Terras do Grande Lago - Alqueva</b>			
	<p>Ações para o desenvolvimento das Terras do Grande Lago Alqueva</p>		
<b>Investimento total</b>	<b>5.894.074 €</b>	<b>Apoio FEDER</b>	<b>4.420.556 €</b>
<p>Intensificar a Cooperação Transfronteiriça, visando o desenvolvimento turístico e valorização ambiental do Grande Lago Alqueva, aproveitando os recursos endógenos e criar condições para a atracção turística e melhoria dos serviços turísticos. Ações dirigidas à prevenção de riscos; Ações de proteção e desenvolvimento do património natural e cultural; Ações para melhoria dos serviços turísticos. Aumento do nº de turistas e visitantes às TGLA através de: promoção e valorização ambiental, cultural e patrimonial; aumento do nº de eventos, de novos equipamentos e Infraestruturas para a prática de atividades náuticas no Grande Lago.</p>			
<p>Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva; Deputação de Badajoz; Câmara Municipal de Serpa ; Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz; Turismo Terras do Grande Lago Alqueva - Alentejo; CONFEDERACIÓN HIDROGRAFICA DEL GUADIANA; D.G. DE TURISMO(EX); Ayuntamiento de Alconchel; Ayuntamiento de Tálaga; Ayuntamiento de Villanueva del Fresno; Câmara Municipal de Alandroal; Câmara Municipal de Moura; Câmara Municipal de Serpa ; Câmara Municipal de Portel; Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz; AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, SA EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA; DG de Urbanismo y Ordenación del Territorio Dirección General de Desarrollo e Infraestruturas Rurales; Ayuntamiento de Olivenza; AMDE - Associação de Municípios do Distrito de Évora; Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central- CIMAC Dirección General del Medio Natural. Consejería de Industria, Energía y Medio Ambiente. Junta de Extremadura</p>			

Gerês - Xurés			
Gestão conjunta do Parque Natural Baixa Limia Serra do Xurés-Parque Nacional da Peneda-Gerês			
	Gestão conjunta do Parque Natural Baixa Limia Serra do Xurés-Parque Nacional da Peneda-Gerês		
	Princípios, políticas e práticas para a valorização do Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés		
Investimento total	3.869.765 €	Apoio FEDER	2.902.323 €
<p>Valorização e integração do património natural protegido transfronteiriço e melhor integração institucional e operacional das entidades responsáveis pela gestão dos espaços protegidos da Euroregião Galicia - Norte de Portugal. Criação do Guia do Habitante, permitindo melhorar a relação entre os cidadãos do parque e o território que habitam. O projeto contribuiu para favorecer o desenvolvimento socioeconómico da região, valorizando os produtos turísticos integrados no espaço transfronteiriço, baseados nos recursos ambientais endógenos.</p>			
<p>Dirección Xeral de Conservación da Natureza. Xunta de Galicia; Instituto da Conservación da Natureza e da Biodiversidade; ADERE Peneda Gerês; Deputación de Ourense; Município de Ourense; Câmara Municipal de Terras de Bouro; Câmara Municipal de Melgaço; Câmara Municipal de Arcos de Valdevez; Câmara Municipal de Ponte da Barca; Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima - CIM ALTO MINHO; ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima; Ecomuseu - Associação de Barroso; Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho</p>			

Guadiana			
Território e navegabilidade do Baixo Guadiana			
	Território e navegabilidade do Baixo Guadiana.		
Investimento total	4.269.387 €	Apoio FEDER	3.202.040 €
<p>Criação de uma estratégia de ordenamento territorial transfronteiriço da bacia do rio Guadiana e valorização da área fluvial como eixo de desenvolvimento regional. O projeto foi desenvolvido com base em quatro atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Elaboração da estratégia transfronteiriça de desenvolvimento territorial do baixo Guadiana,</li> <li>2- Criação de um foro permanente para o desenvolvimento do Baixo Guadiana;</li> <li>3- Melhoria da navegabilidade e acessibilidade da população ao rio Guadiana;</li> <li>4- Elaboração de uma estratégia para a paisagem fluvial transfronteiriça do Baixo Guadiana.</li> </ol>			
<p>Secretaria General de Acción Exterior - Junta de Andalucía; SG de Planificación y Desarrollo Territorial ; EMPRESA PUBLICA DE PUERTOS DE ANDALUCIA; DIPUTACIÓN PROVINCIAL DE HUELVA; Instituto Marítimo Portuário; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; Câmara Municipal de Vila Real de Santo António; Câmara Municipal de Castro Marim; Câmara Municipal de Mértola; VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM SA; Câmara Municipal de Alcoutim;</p>			

## 4 | A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PARA O REFOÇO DA COMPETITIVIDADE

CTAG-CEIIA Autocluster  
Projeto MOBI ONE



Criação de uma plataforma de desenvolvimento tecnológico para o sector automóvel na euro-região. Criação de base de competências técnicas, tecnológicas e científicas em áreas chave e com potencial de desenvolvimento no tecido nacional e galego.

Consolidação da plataforma CEIIA/CTAG através do desenvolvimento e teste de novos produtos e serviços de mobilidade sustentável

Investimento total

**19.307.139 €**

Apoio FEDER

**14.480.354 €**

Promover o desenvolvimento do cluster automóvel na euro-região Galicia-Norte de Portugal, através da constituição de uma plataforma de desenvolvimento tecnológico conjunta entre os dois polos transfronteiriços, fomentando o lançamento de uma rede de cooperação entre empresas, infraestruturas tecnológicas e centros de competência

Consolidar e desenvolver a plataforma CEIIA/CTAG através de um suporte ao desenvolvimento e teste de novos produtos de mobilidade sustentável como principal desafio para mostrar a Euro-região como comunidade de conceção, desenvolvimento, demonstração e ensaio de novos produtos e serviços de mobilidade associados a pequenas séries de produtos e veículos.

CTAG - Fundación para la promoción de la innovación, investigación y desarrollo tecnológico en la industria de la automoción de Galicia  
CEIIA – Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel

Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia



Edificação do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia

Investimento total

**46.505.000 €**

Apoio FEDER

**30.000.376 €**

Criação de um polo de excelência europeia de investigação aplicada em Nanotecnologia que melhore a competitividade regional e promova o emprego qualificado, a criação de empresas e o desenvolvimentos do modelo relacional Administração-INL-empresas-universidades.

Edificação de umas infraestruturas competitivas para conseguir a integração de cientistas de primeiro nível NANO. Desenvolvimento das metodologias para a criação do ecossistema de spin-offs. Ações de integração do INL em redes de conhecimento. Dispor de Infraestruturas tecnológicas competitivas no plano internacional. Aumento da competitividade regional de empresas, universidades e centros tecnológicos. Melhorar as capacidades regionais de criação e sobrevivência de spin-offs. Formar tecnólogos.

Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia

Cloud PME  
infraestrutura de apoio à inovação das PME



Promoção e inserção nas PME fabricantes de tecnologia Open Source Software (OSS) para a simulação numérica e CAD/COM

<b>Investimento total</b>	<b>419.783 €</b>	<b>Apoio FEDER</b>	<b>314.837 €</b>
---------------------------	------------------	--------------------	------------------

Criação de uma infraestrutura de apoio à inovação das PME mediante as seguintes ações:
 

- Facilitar o acesso a infraestruturas de HPC (High Performance Computing) nas PME da região para melhorar a sua competitividade,
- Fomentar a implantação de PLM (Product Lifecycle Management) para melhorar a eficiência no desenvolvimento de novos produtos,
- Dinamizar o uso de plataformas de Open Innovation,
- Criar uma dinâmica de inovação através do uso destas plataformas.

Centro de Supercomputación de Galicia - CESGA; ASOCIACION DE INVESTIGACION METALURGICA DEL NOROESTE (AIMEN)  
 CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica; Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos de Portugal

## 5 | O FUTURO PREPARADO EM COOPERAÇÃO

Desenvolvimento do Sistema Urbano Interior da Euro-região Galícia - Norte de Portugal



Promover uma maior coesão territorial na Euro-região Galícia - Norte de Portugal, facilitando e apoiando o desenvolvimento do sistema urbano do interior através da criação de polos de competitividade baseados nos recursos endógenos

<b>Investimento total</b>	<b>1.394.439 €</b>	<b>Apoio FEDER</b>	<b>1.045.829 €</b>
---------------------------	--------------------	--------------------	--------------------

Desenvolver uma estratégia de desenvolvimento do interior da Euroregião baseada nas áreas de produtos tradicionais, mercados e artesanato, antiguidades e restauração. Favoreceu uma maior coesão territorial, estruturas permanentes de cooperação, empresas envolvidas na promoção conjunta dos seus produtos, criando canais de comercialização adequados e incrementando a sua competitividade.

Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular  
 DIPUTACIÓN DE ORENSE; Ayuntamiento de Barco de Valdeorras; Município de Barcelos





## BIBLIOGRAFIA

- CE, C. E. (2003). Parecer do Comité das Regiões sobre “Estratégias para a promoção da cooperação transfronteiriça e inter-regional numa Europa alargada - um documento fundamental de orientação para o futuro”. Bruxelas: Comité das Regiões.
- CPC, C. d. (2014). Documento de Trabajo para la programación 2014-2020: ANÁLISIS DE LA SITUACIÓN ECONÓMICA, SOCIAL Y AMBIENTAL DE LA ZONA FRONTERIZA DE ESPAÑA Y PORTUGAL. União Europeia, POCTEP 2007-2013, CPC.
- Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal Interreg IIIA (2000-2006)
- Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal POCTEP (2007-2013)
- Declaração final da Autoridade de Gestão do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal Interreg IIIA (2000-2006), MEH, 2010
- Informação da Autoridade de Gestão do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal POCTEP (2007-2013) ao Comité de Acompanhamento, MEH, 2014
- Herrschel, T. (2011). Regional Development, Peripheralisation and Marginalisation - and the Role of Governance. En T. Herrschel, & P. Tallberg, The Role of Regions? Networks, scale, territory (págs. 85-102). Sweden: Kristianstads Boktryckeri.
- Lange da Silva, E. (2015). A Cooperação Transfronteiriça como Oportunidade de Desenvolvimento das Regiões de Fronteira. Da Raia Ibérica à Euroregião Galiza-Norte de Portugal (Vol. Tese de Doutoramento em Geografia Humana). Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- Medeiros, E. (2009). A Cooperação Transfronteiriça na Raia Ibérica. Uma síntese geográfica dos impactes territoriais do INTERREG-A. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa.
- PIRES, I. M. (2010). BORDERS AS “SLIPPERY SPACES” IN IBERIAN PENINSULA. ACTAS DA EUROPEAN CONFERENCE OF THE ASSOCIATION FOR BORDERLANDS STUDIES ON MULTIFACETED ECONOMIC AND POLITICAL GEOGRAFIES OF INTERNAL AND EXTERNAL EU BORDERS (PÁGS. 77-96). VERIA: ARISTOTELEION UNIVERSITY OF THESSALONIKI, 23-25 SETEMBRO.

## ÍNDICE DAS FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

<b>Figura 1:</b> Área de intervenção do POCTEP 2007-2014	25
<b>Figura 2:</b> Índice de Envelhecimento e Índice de Dependência	27
<b>Figura 3:</b> Centros urbanos com mais de 20 mil habitantes, 2001	28
<b>Figura 4:</b> Taxa de desemprego	29
<b>Figura 5:</b> Mobilidade laboral transfronteiriça	30
<b>Figura 6:</b> Migrações transfronteiriças, 2006	30
<b>Figura 7:</b> Número de empresas por NUTS III na Península Ibérica	32
<b>Figura 8:</b> Dinamismo económico das NUTS 3do espaço de cooperação transfronteiriço	33
<b>Figura 9:</b> Dimensão das empresas por número de assalariados (% em 2009)	33
<b>Figura 10:</b> Centros de Educação Superior Públicos no Espaço de Cooperação Transfronteiriço	35
<b>Figura 11:</b> Gasto em I&D por entidades executoras no ano de 2010 (%)	36
<b>Figura 12:</b> Índice de inovação regional (2012)	37
<b>Figura 13:</b> Principais zonas protegidas na Raia Ibérica, 2006	39
<b>Gráfico 1:</b> Investimento total previsto por OT (2014-2020)	51
<b>Gráfico 2:</b> Investimentos por objetivo temático (2000-2013)	56
<b>Gráfico 3:</b> Intervenções apoiadas em cada área de cooperação (2000-2013)	58
<b>Gráfico 4:</b> Investimentos por área de cooperação e por objetivo temático	58
<b>Gráfico 5:</b> Investimento total por tipologia de beneficiário (2000-2013)	60
<b>Gráfico 6:</b> Investimento realizado por tipologia de beneficiário e por objetivo temático (2000-2013)	60
<b>Gráfico 7:</b> Investimento realizado por área de cooperação e por tipologia de beneficiário (2000-2013)	61
<b>Gráfico 8:</b> Investimentos realizados pelos beneficiários "outros" (2000-2013)	62
<b>Gráfico 9:</b> Quantitativo de intervenções por objetivo temático	62
<b>Gráfico 10:</b> Quantitativo de intervenções promovidas por área de cooperação (2000-2013)	63
<b>Gráfico 11:</b> Dimensão financeira das intervenções	64
<b>Gráfico 12:</b> Investimento médio unitário por OT (2000-2013)	64
<b>Gráfico 13:</b> Investimento médio unitário por tipologia de promotor	65
<b>Gráfico 14:</b> Quantitativo de parceiros por área de cooperação (2000-2013)	65
<b>Gráfico 15:</b> Investimento apoiado por área de cooperação (2000-2013)	66
<b>Gráfico 16:</b> Participação das entidades vocacionadas para a cooperação transfronteiriça (2000-2013)	66
<b>Gráfico 17:</b> Origem do FEDER em cada área de cooperação	67

<b>Gráfico 18:</b> Evolução comparada da dotação de FEDER	67
<b>Gráfico 19:</b> Tipologia de beneficiários	78
<b>Gráfico 20:</b> Participação relativa das tipologias de beneficiários	78
<b>Gráfico 21:</b> Repartição do investimento realizado	79
<b>Gráfico 22:</b> Intervenções promovidas por tipologia de beneficiário (2000-2013)	79
<b>Quadro 1:</b> Nº de ECT criadas segundo os períodos de programação INTERREG	21
<b>Quadro 2:</b> Variação e densidade populacional	26
<b>Quadro 3:</b> PIB por Habitante em Paridade de Poder Aquisitivo, por NUTS III (UE27=100)	31
<b>Quadro 4:</b> Gasto em I&D executado pelo sector empresarial (%)	36
<b>Quadro 5:</b> Recursos humanos em ciência e tecnologia a tempo completo, sobre o total da população empregada (%)	37
<b>Quadro 6:</b> Lugares com acesso a Internet de Banda Larga (% sobre total de lugares)	38
<b>Quadro 7:</b> Projetos e investimentos dos programas Interreg	43
<b>Quadro 8:</b> Projetos e investimentos Interreg III	47
<b>Quadro 9:</b> Projetos e investimentos Interreg IV	49
<b>Quadro 10:</b> Plano financeiro por objetivo temático (2014-2020)	51
<b>Quadro 11:</b> Estruturas de cooperação permanentes, com personalidade jurídica (por ordem alfabética)	81
<b>Quadro 12:</b> Estruturas de cooperação sem personalidade jurídica cujo funcionamento se rege por convénios ao abrigo da Convenção de Valência	82
<b>Quadro 13:</b> Investimento realizado 2000 – 2013	99
<b>Quadro 14:</b> Âmbito temático da cooperação transfronteiriça	99
<b>Quadro 15:</b> Âmbito temático da cooperação transfronteiriça por AC	100
<b>Quadro 16:</b> Investimento realizado por tipologia de promotor	103
<b>Quadro 17:</b> Investimento realizado por tipologia de promotor e AC	104
<b>Quadro 18:</b> Investimento realizado por tipologia de promotor e OT	105
<b>Quadro 19:</b> Origem do FEDER	106
<b>Quadro 20:</b> Participação das entidades vocacionadas para a cooperação transfronteiriça	106
<b>Quadro 21:</b> Dimensão financeira das intervenções	107
<b>Quadro 22:</b> ID&E	108
<b>Quadro 23:</b> Dimensão média das intervenções	109
<b>Quadro 24:</b> Intervenções promovidas por "outros"	110



CANDIDATURA APRESENTADA NA PRIMEIRA CONVOCATÓRIA DO PROGRAMA INTERREG V-A ESPANHA-PORTUGAL (POCTEP) 2014-2020\*

